

PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA DE ARACAJU



2025-2035



PREFEITURA
ARACAJU

UMA NOVA CIDADE



ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Prefeita

Emília Corrêa

Vice-prefeito

José Ricardo Marques dos Santos

Secretário Municipal de Governo

Itamar Bezerra

Secretária Municipal da Comunicação Social

Gleice Ane Queiroz

Procurador-Geral do Município

José Hinaldo Santos da Mota

Controlador-Geral do Município

Paulo Márcio Ramos Cruz

Secretário Municipal da Fazenda

Sidney Thiago dos Santos

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

Rodrigo Thyago da Silva Santos

Secretária Municipal da Educação

Edna Quitéria do Amorim Costa

Secretária Municipal da Saúde

Débora Cristina Fontes Leite

Secretária Municipal da Família e da Assistência Social

Simone Chrystine Santana Valadares

Secretário Municipal da Juventude e do Esporte

José Aquiles Silveira Silva

Secretária Municipal do Meio Ambiente

Jéssica Emília Sérgio de Aquino Golzio

Secretário Municipal de Turismo

Fábio Araújo de Andrade

Secretário Municipal da Infraestrutura

Sérgio Guimarães

Secretário Municipal da Defesa Social e da Cidadania

André David Caldas Rosa Rodrigues

Secretário Municipal do Respeito as Políticas para as Mulheres

Elaine Cristina da Silva Oliveira

Secretário Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Antônio Luiz dos Santos

Secretário Municipal da Cultura
Paulo Côrrea Sobrinho

Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Inovação
Dilermando Garcia Ribeiro Júnior

Secretário Municipal de Articulação Política e das Relações Institucionais
Fábio Oliveira Uchôa

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Diretor-Presidente do Instituto de Previdência de Aracaju
Luciano Paz Xavier

Superintendente Municipal de Transporte e Trânsito
Nelson Felipe da Silva Filho

Presidente da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho
Melissa Rollemberg Camboim

Presidente da Fundação Cultural Cidade de Aracaju
Irineu Silva Fontes Junior

Presidente da Empresa Municipal de Serviços Urbanos
Hugo Esoj dos Santos

Presidente da Empresa Municipal de Obras e Urbanização
Antônio Sérgio Rozendo Guimarães

Diretor-Geral da Guarda Municipal de Aracaju
José Ricardo Silva

Diretora-Geral da Defesa Civil
Valéria Bispo dos Santos

Coordenadora-Geral do Procon Aracaju
Rosineide Santiago de Araújo

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Alex Ramalho das Neves
Ana Lucia Siqueira di Blasi
Aricio da Silva Andrade Filho
Bárbara Cunha Sá de Araújo
Dayse Xavier de Santana
Flávia Laisa Matos Bispo
Givanilde de Santana
Josefa da Assunção Souza Brito Lisboa
José Alberto Oliveira
Kelly Sandra Santos Pereira de Oliveira
Lourdes Regina Caldas Santos
Michelle Marry Costa Campos
Natália Pereira Dalto
Raquel Oliveira Silva
Samira Lopes Timbó Rocha
Soraya Ferreira Almeida Moura

ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA DE ARACAJU

Coordenadora Geral do PMPI Aracaju
Edna Quitéria do Amorim Costa – SEMED

Consultora de Assuntos Governamentais SEMED
Dayse Góes Prado

Chefe de Gabinete SEMED
Kramer da Silva Rodrigues

Diretora do Departamento de Educação Básica SEMED
Osvaldina Ribeiro da Cruz

Coordenadora do Grupo de Trabalho Intersetorial
Kelly Sandra Santos Pereira de Oliveira – SEMED

Grupo de Trabalho Intersetorial
Ana Carolina Alves Nabuco de Carvalho – SMS
Ana Elvira Galvão Carvalho – SEMA
Elíne Santos Costa – SETUR
Elvia Gislene Prudente Barbosa Vaqueiro – SEMINFRA/EMURB
Fagner dos Santos Bomfim – SEJESP
Grazielle Rodrigues Nery – SERMULHER
Mariroze Vilanova de Gois – SEMFAS
Rosimari Cavalcanti da Silva Roiz – SEMDEC/GMA

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Coordenação
Kelly Sandra Santos Pereira de Oliveira – SEMED

Redatores
Ana Carolina Alves Nabuco de Carvalho – SMS
Aracelly Matos Santos – SEMDEC/GMA
Elíne Santos Costa – SETUR
Elvia Gislene Prudente Barbosa Vaqueiro – SEMINFRA/EMURB
Gracianne Rodrigues Fonseca – SEMED
Heynan Lucas Brito de Almeida – SEMA
Jéssica Emilia Sérgio de Aquino Golzio – SEMA
Kaio Luan Dantas Campos – SEMFAS
Kelly Sandra Santos Pereira de Oliveira – SEMED
Matheus Augusto Andrade dos Santos – SEJESP
Pedro Vinícius Bertulino de Menezes – SEMA

Revisora
Magnólia Pacheco Andrade – SEMED

Diagramação
Jorge Dias Junior – SEMED
Monique dos Santos Costa – SEMED

Colaboradores
Alana Danielly Vasconcelos – PMA
Danielle Santana Moisés – SMS
Elani Silva Góis – PMA
Elidia Domingos dos Santos – SMS

Fábio Kleber Oliveira Barreto – SEMFAS
Flávia Calumby Barretto Motta Miccieli – SEMFAS
Gabriela Chagas Lima Santos – SEMED
Gabriela Oliveira do Nascimento Carvalho – SMS
Jeilson Santos de Assunção – SEMED
Josimara Oliveira Santos – SEMED
Maria de Lourdes Moreira de Jesus Alves – SEMFAS
Mayra de Oliveira Mendonça – SMS
Michelle Marry Costa Campos – SEMFAS
Rosahyarah Alves Gouveia – SEMED
Rosamaria de Farias Santos – SEMED
Soraya Ferreira Almeida Moura – SMS
Valdinete Paes Silva de Jesus – SEMED
Vanessa Barreto Vasconcelos Garcez Santana – SEMFAS
Victoria Cavalcanti da Silva – SEMED

PARCEIROS

Instituto da Infância
Luzia Torres Gerosa Lafitte
Neilza A. Buarque Costa

Fundação Van Leer
Cláudia Vidigal

PARTICIPANTES

Associação das Catadoras e dos Catadores de Mangaba Padre Luiz Lemper
Maria Aliene dos Santos

Associação do Quilombo Maloca
Roberto Amorim

Centro de Apoio Pedagógico a Deficientes Visuais
Joana D'Arc Meireles dos Santos

Instituto de Apoio Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe
Dayse Xavier de Santana

LISTA DE SIGLAS

- CAP** – Centro de Apoio Pedagógico
- CAPS ID** – Centro de Atenção Psicossocial Infantil
- CMDCA** – Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes
- Conanda** – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CT** – Conselho Tutelar
- EMEI** – Escola Municipal de Educação Infantil
- EMEFTI** – Escola Municipal de Educação Fundamental em Tempo Integral
- EMSURB** – Empresa Municipal de Serviços Urbanos
- EMURB** – Empresa Municipal de Obras e Urbanização
- ESF** – Equipe Saúde da Família
- FUNCAJU** – Fundação Cultural Cidade de Aracaju
- FUNDAT** – Fundação Municipal do Trabalho
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IFAN** – Instituto da Infância
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- PAEFI** – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
- PMPI** – Plano Municipal pela Primeira Infância
- PNAD** – Programa Nacional por Amostras de Domicílios
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PNPI** – Plano Nacional pela Primeira Infância
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPA** – Plano Plurianual
- PSF** – Programa de Saúde da Família
- SALVE** – Sistema de Aviso Legal por Violência e Exploração contra Crianças e Adolescentes
- SCFV** – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
- SEJESP** – Secretaria Municipal da Juventude e do Esporte
- SEMA** – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
- SEMED** – Secretaria Municipal da Educação
- SMS** – Secretaria Municipal de Saúde
- SEMFAS** – Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social
- SEMDEC** – Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania
- SEMINFRA** – Secretaria Municipal da Infraestrutura
- SETUR** – Secretaria Municipal de Turismo
- SGD** – Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- SRM** – Sala de Recursos Multifuncionais



“Se eu fosse a prefeita, eu pintaria todas as casinhas pobres e deixaria coloridas, consertaria as ruas que estão cheias de buracos e faria uma praça com uma roda gigante bem grande para ficar olhando tudo lá de cima para saber o que precisa consertar”.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Apresentação..... | 9 |
| 1. Introdução..... | 10 |
| 2. Princípios e diretrizes..... | 13 |
| 2.1 Princípios..... | 13 |
| I Proteção integral e efetiva da criança..... | 13 |
| II Prioridade Absoluta..... | 14 |
| III Intersetorialidade e integração das políticas públicas..... | 14 |
| IV Atendimento integral, humanizado e prioritário às crianças em situação de vulnerabilidade..... | 15 |
| V Urbanismo sensível à infância..... | 15 |
| VI Participação da criança e escuta qualificada..... | 16 |
| VII Respeito à diversidade e à pluralidade das infâncias..... | 16 |
| VIII Coerência, complementariedade e coesão entre as políticas públicas..... | 17 |
| IX. Gestão pública democrática e responsável..... | 17 |
| 2.2 Diretrizes..... | 18 |
| 3. Diagnóstico Situacional da Primeira Infância no Município de Aracaju: realidades, desafios e potencialidades..... | 19 |
| 3.1. Panorama Sociodemográfico e Econômico de Aracaju: cenário da Primeira Infância no Município..... | 20 |
| 3.2. Indicadores da educação infantil: acesso, atendimento e desafios em Aracaju..... | 31 |
| 3.3. Panorama da saúde na primeira infância: desafios e potencialidades em Aracaju..... | 46 |
| 3.4 A rede de assistência social e o cuidado com a primeira infância em Aracaju..... | 50 |
| 3.5 Segurança, cidadania e direitos: o papel da defesa social na primeira infância..... | 57 |
| 4. A voz das crianças e suas famílias no Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju..... | 59 |
| 4.1 A escuta e o protagonismo das crianças: reconhecer suas vozes como fundamento das políticas públicas..... | 80 |
| 4.2 A participação das famílias: escuta qualificada, saberes cotidianos e corresponsabilidade na construção do PMPI..... | 82 |
| 5. Eixos Estruturantes..... | 98 |
| Eixo 1: Educação, Desenvolvimento e Cultura Lúdica na Primeira Infância..... | 98 |
| Eixo 2: Saúde Integral e Inclusão para o Desenvolvimento Pleno..... | 103 |
| Eixo 3: Assistência Social, Cuidado e Garantia de Direitos na Primeira Infância..... | 109 |
| Eixo 4: Segurança, Proteção e Cidadania..... | 112 |
| Eixo 5: Habitação, Ambiente Urbano, Esporte, Cultura e Lazer..... | 116 |
| Eixo 6: Planejamento, Coordenação e Avaliação de Resultados..... | 122 |
| 6. Monitoramento e Avaliação..... | 125 |
| Reflexões finais..... | 127 |
| Referências..... | 128 |
| Anexos..... | 134 |

Cidadãs e cidadãos de Aracaju,

É com imenso comprometimento e responsabilidade que apresentamos o Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (PMPI), uma ferramenta essencial para orientar as ações da nossa cidade na valorização do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos.

Este plano demonstra o empenho da nossa administração em estabelecer a infância como uma prioridade absoluta. É fruto de um esforço conjunto, elaborado com a cooperação de especialistas de diferentes setores, organizações governamentais e da sociedade, que se dedicaram a escutar, refletir e planejar o presente e o futuro das nossas crianças.

Mais do que diretrizes e metas, o PMPI é um compromisso em favor do cuidado, da afetividade e da valorização dos primeiros anos de vida – uma fase decisiva para o desenvolvimento humano. Ele aponta direções para ampliar o acesso à educação, à saúde, à proteção social e ao direito de brincar, crescer e se desenvolver em um ambiente seguro, saudável e acolhedor.

Sabemos que investir na primeira infância é investir em uma Aracaju mais equitativa, mais humana e com mais oportunidades para todos. Por isso, este plano nasce com o propósito de transformar políticas públicas em ações eficazes, que aprimorem a qualidade de vida das crianças e de suas famílias.

Convidamos cada aracajuana e aracajuano a conhecer, apoiar e monitorar a execução deste plano. A responsabilidade de cuidar da infância é de todos nós, e é através do envolvimento coletivo que vamos construir uma cidade mais receptiva e dedicada ao bem-estar das próximas gerações.

Com respeito e dedicação

Emília Corrêa
Prefeita de Aracaju

1. INTRODUÇÃO



“O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade.”
Karl Mannheim.



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

A primeira infância constitui um momento crucial em que são cultivados os princípios, relacionamentos e competências que sustentarão toda trajetória humana. Entre o nascimento e os 6 anos, estabelecem-se alicerces essenciais para o crescimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças. Portanto, assegurar os direitos fundamentais, desde os primeiros anos, é uma abordagem que promove a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável tanto para o presente quanto para o futuro de uma comunidade.

“O desenvolvimento da arquitetura cerebral é influenciado pelas experiências precoces. O que acontece durante os primeiros anos de vida tem efeitos duradouros sobre o aprendizado, o comportamento e a saúde física e mental”

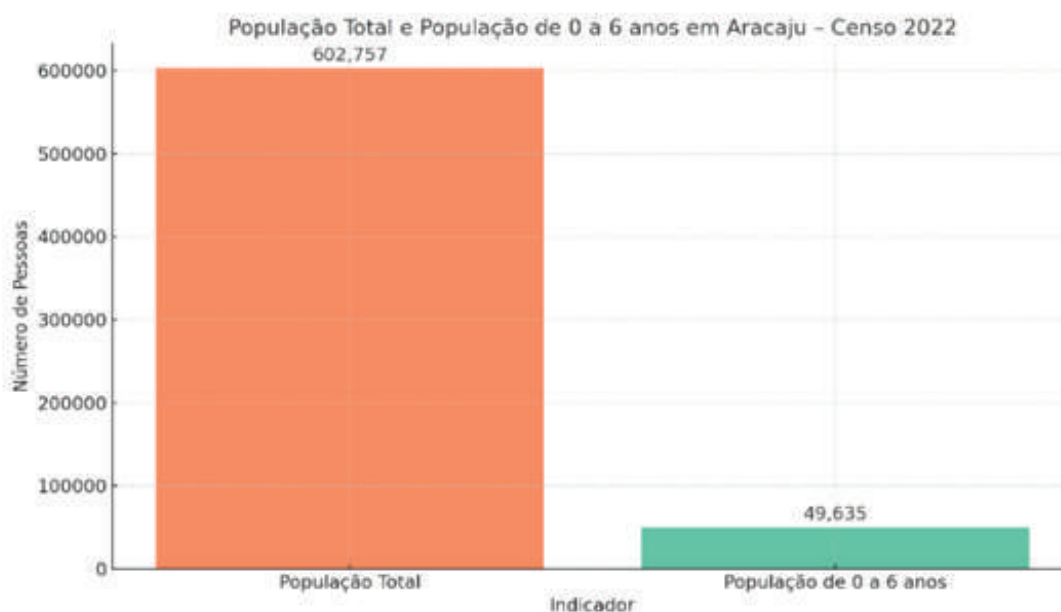
(SHONKOFF; PHILLIPS, 2000, p. 6).

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (2025–2035) surge da convicção de que proporcionar um bom cuidado às crianças é o investimento mais eficaz que uma administração pública pode fazer. Através desse Plano, a cidade reafirma seu compromisso com o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030/ONU) e, estrategicamente, com o Plano Estadual da Primeira Infância de Sergipe (2024–2034), visando promover a colaboração entre diferentes níveis de governo e reforçar políticas públicas integradas em todo o estado de Sergipe.

Assegurar os direitos fundamentais, desde os primeiros anos, é uma abordagem que promove a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável tanto para o presente quanto para o futuro de uma comunidade. Como destaca o economista James Heckman (2008, p. 49), “a forma mais eficaz de aumentar a equidade e a produtividade na sociedade é através do investimento em desenvolvimento infantil na primeira infância”

Aracaju, capital do estado de Sergipe, possui uma população de 602.757 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse total, 49.635 são crianças com idade entre 0 e 6 anos, o que representa aproximadamente 8,23% da população municipal. Esses pequenos cidadãos vivem em contextos sociais, culturais e geográficos diversos, o que reforça a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas que sejam inclusivas, intersetoriais e sensíveis às especificidades de cada fase da infância, garantindo o pleno desenvolvimento e a efetivação dos seus direitos.

Gráfico 1 – População total e População da Primeira Infância em Aracaju



Fonte: IBGE 2022

Esse Plano Municipal foi elaborado com base em diálogos intersetoriais, revisão de dados oficiais e, principalmente, na escuta atenta das crianças, valorizando-as como cidadãs com direitos. A abordagem metodológica incluiu processos participativos que engajaram várias Secretarias Municipais, Instituições do Sistema de Garantia de Direitos, ONGs e representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, além da escuta ativa de crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade.

Esse processo valorizou a diversidade das infâncias em sua plenitude, assegurando a escuta e a participação de crianças quilombolas, indígenas, surdas, atípicas e de diferentes contextos étnico-raciais, culturais e territoriais. Também foram incluídas crianças vinculadas à Associação de Catadoras de Mangaba, presentes em Aracaju, cujas vivências expressam modos de vida tradicionais e saberes ancestrais. Ao reconhecer essas múltiplas vozes e realidades, o Plano reafirma seu compromisso com a equidade, a representatividade e a construção de políticas públicas verdadeiramente inclusivas, capazes de contemplar os diferentes jeitos de ser criança na cidade.

Trata-se de um Plano que compreende a infância como plural e que respeita os direitos de todas as crianças, sem exceção. Mais do que uma ferramenta de planejamento, o PMPI Aracaju atua como uma agenda para o futuro, estabelecendo cinco diretrizes estratégicas:

1.Educação, Desenvolvimento Integral e Cultura Lúdica.

2.Saúde e Inclusão para o Desenvolvimento Pleno.

3.Assistência Social, Cuidado e Garantia de Direitos.

4.Segurança, Proteção e Cidadania.

5.Meio Ambiente, Esporte, Turismo e Urbanismo para a Infância.

6.Planejamento, Coordenação e Avaliação de Resultados.

Inspirado pelo conceito de “cidade para as crianças”, o Plano enfrenta o desafio de imaginar Aracaju na altura de 95 cm, conforme sugerido pela Rede Urban95, da qual a cidade é parte. Isso implica em considerar a vivência urbana de um bebê ou de uma criança pequena como base para políticas públicas mais humanas, acessíveis e justas. Adicionalmente, o PMPI Aracaju integra os compromissos do Plano Estadual da Primeira Infância de Sergipe, promovendo uma conexão entre diretrizes e objetivos que garantam que nenhuma criança sergipana fique para trás, alinhando-se com o princípio de equidade e com a responsabilidade constitucional de prioridade absoluta para a infância (CF/88, art. 227).

O Plano Municipal de Aracaju, válido de 2025 a 2035, é um chamado à ação coletiva. Um convite para que a sociedade, em união com o governo, construa um espaço onde cada criança tenha direito ao cuidado, ao carinho, ao lazer, à educação de qualidade, à saúde integral, à cultura, à cidade e a um futuro promissor.

É, de fato, um Plano técnico. Mas é, sobretudo, um manifesto de esperança. Colocar as crianças no foco das decisões é, acima de tudo, recordar quem éramos no passado e, a partir desse ponto, criar a cidade que aspiramos a ser.

2. PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Toda política pública que se propõe a cuidar da infância precisa nascer enraizada em valores sólidos e direções claras. O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (2025–2035) é mais do que um conjunto de metas: é uma declaração de compromisso com a dignidade, a singularidade e o potencial de cada criança que habita este território.

É com essa convicção que se apresentam, a seguir, os princípios e diretrizes que sustentam o Plano: referências éticas, jurídicas e técnicas que orientam cada ação, cada investimento, cada decisão em favor da Primeira Infância.

Eles expressam a escolha de uma cidade que quer crescer a partir da base, com coragem de colocar a criança no centro do planejamento urbano, da política social, da educação, da saúde, da cultura e da proteção. Uma cidade que compreende que cuidar da infância é cuidar de si mesma e que o futuro se cultiva no agora, com afeto, presença e justiça.

Nesse espírito, os princípios e diretrizes aqui descritos formam o alicerce de uma política integrada, intersetorial, sensível às diversidades e comprometida com a equidade. São eles que iluminam o caminho para que nenhuma infância fique para trás.

2.1 Princípios

I – Proteção integral e efetiva da criança

A proteção integral é um princípio fundamental que reconhece a criança como sujeito pleno de direitos civis, humanos e sociais, desde a gestação. Previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 227) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n.º 8.069/1990 – esse princípio determina que todas as políticas e ações públicas voltadas à infância devem assegurar seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social, respeitando sua dignidade e peculiaridades.

De acordo com a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI, 2010), a proteção integral envolve o compromisso intersetorial de garantir às crianças condições adequadas de vida, cuidados, saúde, educação, convivência familiar e comunitária.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016) reforça essa abordagem ao integrar a atenção desde a gestação, reconhecendo a importância dos primeiros anos para o desenvolvimento humano. A neurociência e os estudos de desenvolvimento infantil apontam que o período da primeira infância é determinante para a formação das bases cognitivas, afetivas e sociais da pessoa (SHONKOFF; PHILLIPS, 2000). Assim, a proteção integral exige um olhar sensível, contínuo e sistêmico das instituições públicas e da sociedade como um todo.

II. Prioridade Absoluta

A prioridade absoluta é um princípio constitucional que assegura às crianças tratamento privilegiado na formulação e execução de políticas públicas, na destinação de recursos orçamentários e no acesso aos serviços essenciais. Previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e reiterado no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei n.º 8.069/1990), trata-se de um princípio com força normativa vinculante: não é uma diretriz genérica, mas uma obrigação legal e ética que impõe ao Estado, à família e à sociedade civil o dever de garantir, com primazia, a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

Esse princípio ganha contornos ainda mais contundentes no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), que reconhece as especificidades da faixa etária de 0 a 6 anos e reforça a necessidade de políticas públicas sensíveis às singularidades dessa etapa do desenvolvimento. Nesse sentido, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2016) aponta que os investimentos realizados nos primeiros anos de vida geram os maiores retornos sociais e econômicos, uma vez que o cérebro humano apresenta sua maior plasticidade nesse período, tornando as intervenções precoces mais eficazes e duradouras.

Como reforça o economista James Heckman (2006), prêmio Nobel em Economia, a prioridade absoluta deve se traduzir em ações concretas, mesmo em cenários de escassez de recursos, pois investir na primeira infância é não apenas justo, mas também economicamente eficiente. Garantir prioridade, portanto, significa adotar um planejamento estratégico que assegure recursos adequados, transparência na gestão pública e articulação intersetorial permanente para a promoção de uma infância plena, segura e protegida.

III – Intersetorialidade e integração das políticas públicas

A intersetorialidade consiste na articulação efetiva entre diferentes áreas do governo e da sociedade civil com o objetivo de assegurar a atenção integral à criança, reconhecendo a complexidade e a indivisibilidade de seus direitos. Para garantir esse atendimento holístico, é fundamental que setores como saúde, educação, assistência social, cultura, direitos humanos, urbanismo e meio ambiente atuem de maneira integrada, superando práticas fragmentadas e promovendo ações coordenadas e complementares.

De acordo com o Guia para Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância (AVANTE, 2017), a intersetorialidade permite o compartilhamento de conhecimentos, recursos e estratégias, contribuindo para a construção de respostas mais eficazes às demandas das infâncias e prevenindo tanto a sobreposição de ações quanto a existência de lacunas nos serviços ofertados. O Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016), por sua vez, estabelece que o planejamento, a execução e o monitoramento das políticas públicas voltadas à Primeira Infância devem ser realizados de forma articulada entre os diferentes setores e níveis de governo.

A literatura especializada em políticas públicas também enfatiza os ganhos dessa abordagem. Para Junqueira (2009), a integração intersetorial contribui para elevar a qualidade do atendimento prestado às famílias e potencializa os impactos das políticas sociais, ao alinhar objetivos e otimizar recursos.

Na prática, consolidar a intersetorialidade requer o fortalecimento de espaços permanentes de diálogo interinstitucional, a construção de protocolos conjuntos de atuação, a formação continuada dos profissionais envolvidos e a adoção de mecanismos de governança compartilhada. Essa abordagem não apenas garante maior eficiência e equidade na gestão pública, como também reafirma o compromisso com a efetivação plena dos direitos das crianças, em sua diversidade e integralidade.

IV – Atendimento integral, humanizado e prioritário às crianças em situação de vulnerabilidade

O atendimento integral e humanizado às crianças em situação de vulnerabilidade exige políticas públicas sensíveis às desigualdades sociais, econômicas, raciais, territoriais, culturais e de gênero. Trata-se de um compromisso legal e ético fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, arts. 7º e 11) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), que asseguram prioridade absoluta à atenção de crianças expostas a riscos como negligência, violência, pobreza extrema ou violações sistemáticas de direitos.

A literatura especializada (UNICEF, 2020) evidencia que as vulnerabilidades na infância são interseccionais e afetam de forma direta e cumulativa o desenvolvimento infantil, dificultando o acesso equitativo a serviços essenciais. Para romper esses ciclos de exclusão, é necessário adotar abordagens integradas e centradas na dignidade da criança.

A humanização no atendimento implica acolher com empatia, escutar com atenção e reconhecer a singularidade de cada criança e de sua família. Como destaca Franco (2005), essa postura valoriza a subjetividade no cuidado, promovendo vínculos de confiança e respeito. Nessa perspectiva, o cuidado integral deve ser sensível aos contextos culturais e territoriais, conforme defendem Kramer (2003) e a Rede Nacional Primeira Infância (2010), garantindo ambientes seguros, acolhedores e inclusivos.

A efetivação desse princípio exige o fortalecimento e a qualificação da rede de proteção social, com a capacitação contínua dos profissionais, a ampliação da oferta de serviços em áreas periféricas e a atenção específica a grupos historicamente marginalizados, como crianças com deficiência, migrantes, indígenas, negras e em situação de rua. Garantir equidade no atendimento é assegurar o direito de todas as crianças a um desenvolvimento pleno, com justiça social e respeito à diversidade.

V – Urbanismo sensível à infância

Um urbanismo sensível à infância parte do princípio de que a cidade deve ser pensada a partir da perspectiva das crianças. Isso significa promover espaços urbanos seguros, acessíveis, estimulantes e afetivos, que favoreçam o brincar, a convivência e o pleno desenvolvimento infantil. Mais do que adaptar estruturas existentes, trata-se de integrar as necessidades da primeira infância ao centro das decisões de planejamento urbano, reconhecendo as crianças como cidadãs de direitos.

O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001) e o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016) estabelecem que o planejamento urbano deve assegurar o direito das crianças à cidade, à mobilidade e ao brincar, em consonância com a função social dos espaços públicos. Essa abordagem é sustentada por pensadores como Francesco Tonucci (1997), que propõe a “cidade das crianças”, como um novo paradigma de cidadania, onde o espaço urbano é concebido a partir da lógica infantil, e por Fernandes (2007), que defende a inserção de critérios de justiça social no desenho das cidades.

A Rede Nacional Primeira Infância (2010) reforça que praças, calçadas, Unidades de Saúde, equipamentos culturais, escolas e outros espaços públicos devem ser planejados de forma intersetorial e com foco no bem-estar, na segurança e na autonomia das crianças pequenas. Um território acolhedor para a infância é, em essência, uma cidade melhor para todas as pessoas – mais justa, inclusiva e sustentável. Nesse sentido, estudos recentes (SANTOS et al., 2018) demonstram que a promoção de ambientes urbanos favoráveis à infância contribui para a melhoria da qualidade de vida coletiva e para o fortalecimento dos laços comunitários.

A construção de uma cidade sensível às infâncias exige o engajamento de arquitetos, urbanistas, gestores públicos, famílias e da sociedade civil na formulação de políticas urbanas integradas. É necessário investir em infraestrutura adequada, garantir mobilidade ativa e segura, e ampliar a presença da natureza e do brincar nos espaços urbanos. Assim, as crianças deixam de ser apenas usuárias do espaço para se tornarem protagonistas na construção de cidades mais humanas, equitativas e resilientes.

VI – Participação da criança e escuta qualificada

O direito à participação é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva, e está assegurado no artigo 12 da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), no artigo 16 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016). Esses dispositivos reconhecem a criança como sujeito de direitos, capaz de expressar opiniões sobre todos os assuntos que lhe dizem respeito, devendo tais manifestações ser consideradas em função da sua idade e maturidade.

A escuta qualificada representa um avanço na compreensão da infância, ao reconhecer a criança como protagonista de sua história e participante ativa da construção social. Hart (1997) propõe um modelo de participação em graus – conhecido como “escada da participação” – que evidencia a importância de ambientes e metodologias apropriadas para garantir formas autênticas e não simbólicas de envolvimento infantil. Nesse sentido, a escuta ativa deve ir além do ouvir: implica acolher, valorizar e incorporar as contribuições das crianças nos processos de decisão, planejamento e avaliação de políticas públicas.

Pesquisadoras como Kramer (2003) e Rinaldi (2005) destacam que a escuta da criança fortalece os vínculos intergeracionais, amplia a empatia e contribui para políticas mais sensíveis e eficazes. A Rede Nacional Primeira Infância (2010) reforça que a participação infantil deve ocorrer em todos os espaços da vida pública – como creches, escolas, Unidades de Saúde, Conselhos de Direitos e audiências públicas – com metodologias lúdicas e acessíveis, ajustadas à linguagem e às capacidades infantis.

Garantir a escuta ativa e a participação efetiva das crianças exige formação continuada dos profissionais, práticas pedagógicas participativas e o desenvolvimento de canais permanentes de diálogo, respeitando os tempos, modos de ser, diversidades culturais e contextos sociais em que as crianças estão inseridas. Assim, cria-se um ambiente democrático onde as infâncias são não apenas protegidas, mas também ouvidas e consideradas como parte legítima na construção de uma sociedade mais justa e plural.

VII – Respeito à diversidade e à pluralidade das infâncias

O respeito à diversidade parte do reconhecimento de que não há uma única forma de viver a infância: ela é vivida de maneiras múltiplas, determinadas por fatores étnico-raciais, territoriais, de gênero, orientação sexual, identidade cultural, religião e condições socioeconômicas. Essa perspectiva é respaldada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especialmente em seus artigos 5º e 7º, que asseguram a proteção integral e a igualdade de direitos sem qualquer forma de discriminação. Da mesma forma, a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI, 2010) defende o compromisso com a equidade e o combate às desigualdades históricas que afetam diferentes grupos sociais.

Kramer (2003) destaca que o uso do termo “infâncias” no plural é fundamental para romper com visões homogêneas e universalizantes, permitindo compreender cada criança em sua singularidade e em relação ao seu contexto de vida. Políticas públicas eficazes devem, portanto, ser pautadas pela justiça social e pela equidade, reconhecendo e atendendo às necessidades específicas de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas, migrantes, crianças com deficiência, negras, periféricas e outras em situação de vulnerabilidade (UNICEF, 2020).

Valorizar a diversidade na infância implica garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade dos atendimentos em creches, Unidades de Saúde, espaços culturais e educativos. Isso requer a adoção de práticas inclusivas, a disponibilização de materiais didáticos representativos da pluralidade cultural brasileira e a criação de ambientes de escuta respeitosa, que acolham as múltiplas vozes e modos de ser das crianças. Trata-se, portanto, de um princípio estruturante das políticas públicas para a infância, voltado à promoção da cidadania plena, da dignidade e da coesão social.

VIII – Coerência, complementariedade e coesão entre as políticas públicas

Esse princípio fundamenta-se na necessidade de garantir articulação, continuidade e coerência nas políticas públicas voltadas à Primeira Infância. A integração entre programas, projetos e ações dos diferentes setores e níveis de governo potencializa os efeitos das intervenções, evita sobreposições, reduz lacunas no atendimento e assegura o uso eficiente dos recursos públicos (AVANTE, 2017; MATIAS PEREIRA, 2010).

A complementariedade entre as políticas públicas permite a construção de trajetórias integradas e contínuas para o desenvolvimento pleno da criança, respeitando suas fases de crescimento, singularidades e potencialidades. O Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) orienta que a gestão pública promova o alinhamento entre planos setoriais, políticas territoriais e metas de desenvolvimento social e humano, assegurando o caráter transversal das ações governamentais.

Junqueira (2009) destaca que a coesão político-institucional amplia os impactos sociais das políticas públicas, evitando a fragmentação das ações e fortalecendo a proteção integral da infância. Nesse sentido, a transversalidade é essencial para assegurar os direitos das crianças em todas as suas dimensões – física, emocional, cognitiva, social e cultural.

Na prática, esse princípio exige planejamento conjunto entre setores, monitoramento integrado das ações e mecanismos de governança intersetorial, com espaços permanentes de diálogo entre estado e sociedade civil. Fortalecer essa articulação é garantir que as políticas públicas de primeira infância se sustentem no tempo, promovendo cuidado, proteção e oportunidades contínuas desde o nascimento.

IX – Gestão pública democrática e responsável

A gestão pública voltada à Primeira Infância deve ser orientada pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, sobretudo, pela participação social. Esses fundamentos asseguram que o processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas seja democrático, ético e comprometido com os direitos das crianças.

Segundo Matias Pereira (2010), a boa governança pública deve pautar-se pela transparência, pela focalização em resultados e pela centralidade nos direitos dos cidadãos. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) estabelece diretrizes para o planejamento responsável e sustentável da administração pública, exigindo equilíbrio entre metas, despesas e receitas, com foco na qualidade do gasto.

A gestão democrática requer a criação e o fortalecimento de espaços de participação e controle social, como conselhos, fóruns e conferências, com ampla representação da sociedade civil. Tais instâncias devem garantir a escuta ativa de crianças, famílias e profissionais, assegurando a construção coletiva das decisões que impactam a infância.

O Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016) e o Guia para Elaboração de Planos Municipais pela Primeira Infância (AVANTE, 2017) destacam que a participação intersetorial e a avaliação permanente das políticas públicas são indispensáveis para garantir a efetividade das ações. O acompanhamento sistemático das metas, indicadores e orçamento público é essencial para promover o aprimoramento contínuo do Plano.

Assim, este princípio sustenta todo o ciclo de gestão do Plano Municipal com base na responsabilidade, no compromisso ético e na corresponsabilidade entre estado e sociedade, consolidando uma cultura de planejamento participativo e orientado à garantia plena dos direitos da criança.

2.2. Diretrizes

I. Apoiar as famílias como primeiro espaço de cuidado, proteção e vínculo afetivo, fortalecendo seu papel na criação de ambientes seguros, amorosos e estimulantes para o desenvolvimento das crianças, desde a gestação.

II. Ampliar e qualificar o acesso de todas as crianças aos serviços essenciais, como saúde, educação, cultura, assistência, nutrição e proteção, com atenção especial àquelas em contextos de vulnerabilidade ou com necessidades específicas.

III. Garantir que a escuta e a participação da criança façam parte da gestão pública, valorizando suas formas de expressão e considerando suas percepções na construção de políticas, espaços e serviços que impactam sua vida.

IV. Valorizar a presença ativa de figuras parentais, especialmente o envolvimento de pais, responsáveis ou cuidadores, promovendo corresponsabilidade no cuidado e no fortalecimento de vínculos afetivos, desde os primeiros anos de vida.

V. Integrar ações entre os diferentes setores da administração municipal, promovendo articulação entre políticas e serviços, evitando sobreposição de esforços e assegurando respostas mais eficazes às demandas da Primeira Infância.

VI. Planejar com responsabilidade e visão de futuro, garantindo que os compromissos com a infância estejam refletidos nos instrumentos de gestão pública, como planos, orçamentos e metas, com continuidade entre gestões.

VII. Assegurar recursos financeiros adequados e estáveis para a execução das ações, garantindo que o cuidado com a infância seja acompanhado de investimentos concretos e proporcionais às suas necessidades.

VIII. Investir na formação continuada de profissionais que atuam com crianças pequenas, com foco na atuação humanizada, no respeito às diversidades e na capacidade de trabalhar de forma intersetorial.

IX. Desenvolver políticas e estratégias de proteção integral, com foco na prevenção e enfrentamento de todas as formas de violência, negligência e violação de direitos, assegurando atendimento sensível e eficaz.

X. Promover o direito ao brincar, ao tempo livre e à convivência comunitária, garantindo espaços seguros, acessíveis e inspiradores para que as crianças se expressem, criem e construam relações com o mundo ao seu redor.

XI. Pensar e planejar a cidade a partir da perspectiva das crianças, assegurando que o ambiente urbano favoreça seu bem-estar, autonomia, mobilidade segura e conexão com a natureza.

XII. Estimular parcerias e pactos locais, fortalecendo a cooperação entre instituições públicas, privadas e comunitárias que atuam em defesa da infância, com base em objetivos compartilhados e estratégias comuns.

XIII. Incluir o cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade no cotidiano da infância, incentivando vivências que promovam o respeito à natureza, o uso consciente dos recursos e a valorização dos territórios onde vivem.

XIV. Monitorar e avaliar continuamente as ações e os impactos das políticas públicas para a infância, garantindo transparência, correção de rumos e participação social, no acompanhamento da execução do Plano.

3. Diagnóstico Situacional da Primeira Infância no Município de Aracaju: Realidades, Desafios e Potencialidades

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (PMPI) é fruto de um compromisso ético, social e político com a promoção e a garantia dos direitos das crianças de 0 a 6 anos, assegurados pela Constituição Federal (art. 227), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016). Sua construção fundamenta-se nas diretrizes do Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI), que orienta que todo Plano Municipal deve, obrigatoriamente, estar ancorado em um diagnóstico situacional robusto, atualizado e sensível às realidades locais.

De acordo com o PNPI, o diagnóstico é etapa estruturante e indispensável para qualquer Plano Municipal, pois permite compreender com precisão quem são, onde estão e quais as condições de vida das crianças na Primeira Infância, além de identificar os fatores que impactam seus direitos, seus processos de desenvolvimento e seu bem-estar.

Assim, esse diagnóstico não se resume à coleta de dados. Ele representa um instrumento estratégico de leitura do território e das infâncias, que orienta a formulação de políticas públicas eficazes, territoriais, intersetoriais e ajustadas às especificidades das crianças de Aracaju, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade social, econômica, ambiental e cultural.

Guiado pelos princípios do PNPI, esse processo busca oferecer uma análise qualificada e sensível da realidade, de forma a subsidiar decisões, definir prioridades, estruturar metas e construir estratégias capazes de garantir o desenvolvimento integral das crianças e a efetivação de seus direitos.

A construção desse diagnóstico se deu por meio de um trabalho intersetorial e colaborativo, articulado pelo Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI), com participação ativa das Secretarias Municipais, dos Conselhos de Direitos, de Organizações da Sociedade Civil e de representantes das comunidades. A metodologia adotada seguiu o modelo recomendado pelo Instituto da Infância (IFAN) e articulou informações provenientes de bases oficiais, como IBGE (Censo 2022), PNAD Contínua, DataSUS, além de registros administrativos locais e escutas realizadas com famílias e comunidades.

Os dados analisados abrangem uma perspectiva ampla, integrando indicadores populacionais, socioeconômicos, educacionais, de saúde, assistência social, cultura, urbanismo, meio ambiente, esporte e segurança, que permitem uma leitura multidimensional das condições que cercam a infância em Aracaju.

Este diagnóstico evidencia, de forma clara, as desigualdades presentes nos territórios, as lacunas nas políticas públicas, mas também os avanços, as potências e as oportunidades existentes. Dessa forma, consolida-se como uma ferramenta viva e indispensável, não apenas para a formulação do PMPI, mas também para seu acompanhamento, monitoramento e constante aprimoramento ao longo da sua vigência.

É fundamental reconhecer que a produção e a atualização permanente de dados são desafios contínuos, especialmente para assegurar que as políticas públicas sejam de fato baseadas em evidências e alinhadas às reais necessidades das crianças.

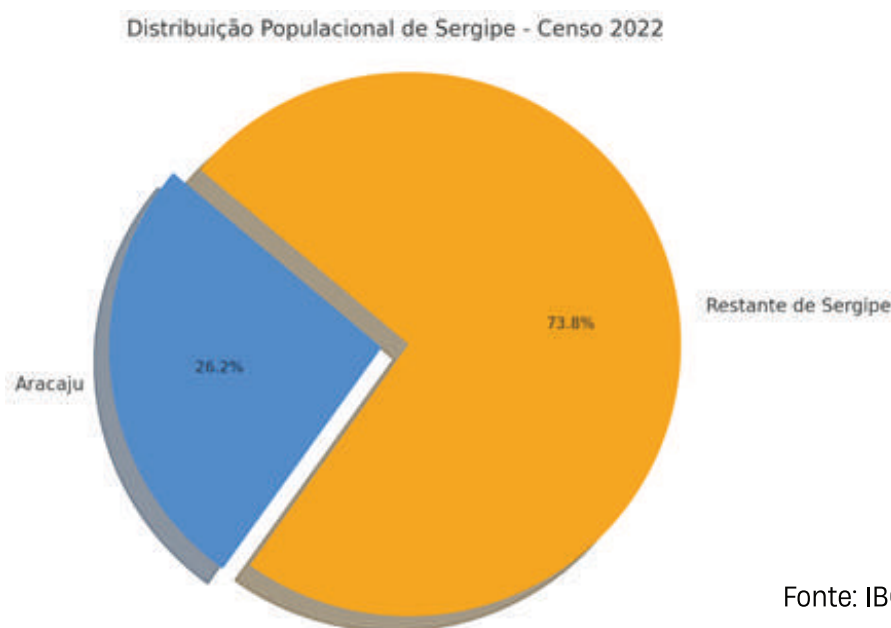
Portanto, esse diagnóstico não representa um ponto final, mas sim um marco de partida, estruturante e essencial, que fortalece a construção de uma cidade mais justa, inclusiva, acolhedora e comprometida com a promoção do desenvolvimento integral das crianças na Primeira Infância.

Por fim, reafirma-se que cuidar, proteger e garantir os direitos das crianças não é uma tarefa exclusiva do poder público, mas uma responsabilidade compartilhada entre governo, famílias, comunidades, Conselhos e toda a sociedade civil organizada. É, a partir desse compromisso coletivo, sustentado por um diagnóstico consistente, que Aracaju consolida seu Plano Municipal pela Primeira Infância como uma agenda permanente de cuidado, proteção e desenvolvimento.

3.1. Panorama Sociodemográfico e Econômico de Aracaju: Cenário da Primeira Infância no Município

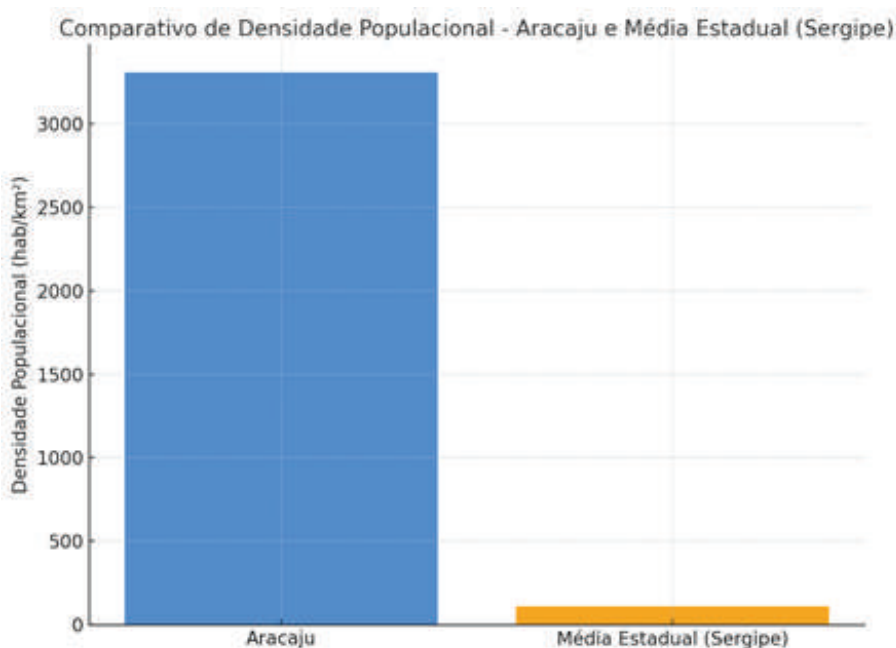
Aracaju, capital do estado de Sergipe, está localizada na região Nordeste do Brasil e ocupa uma área de aproximadamente 182,16 km². De acordo com o Censo Demográfico de 2022, a cidade possui uma população total de 602.757 habitantes, o que representa cerca de 26,1% da população estadual, consolidando-se como o município mais populoso e com maior densidade demográfica do estado, alcançando 3.309,7 habitantes por quilômetro quadrado. Esse número é significativamente superior à média estadual de Sergipe, que é de 108,5 habitantes por quilômetro quadrado, evidenciando que Aracaju é um território altamente urbanizado e densamente povoado em comparação aos demais municípios sergipanos.

Gráfico 2 – Distribuição Populacional de Sergipe



Fonte: IBGE Cidades 2022

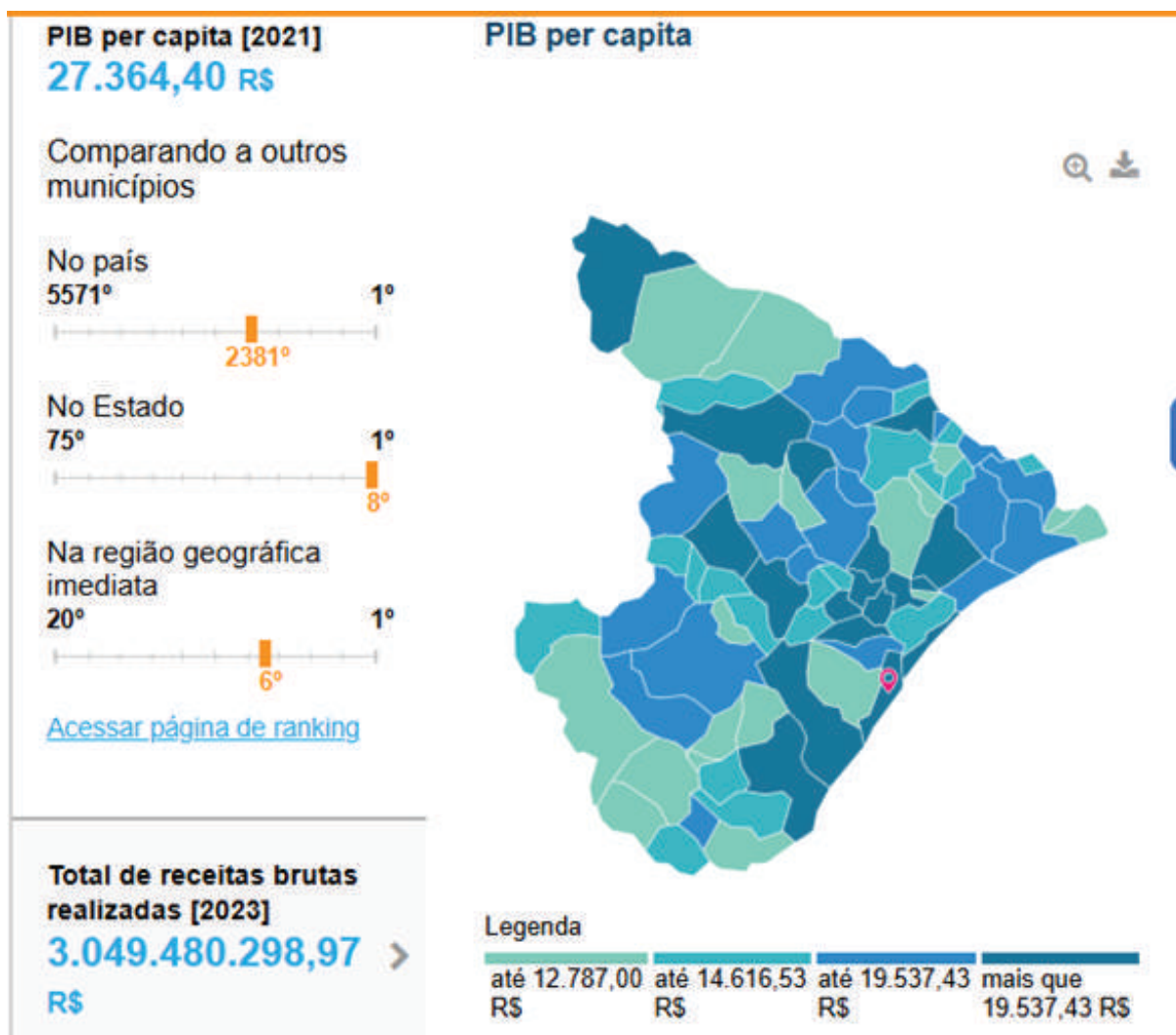
Gráfico 3 – Comparativo de Densidade Populacional



Fonte: IBGE Cidades, 2022.

O município destaca-se como um centro urbano, econômico, político e administrativo de Sergipe, com uma economia fortemente baseada nos setores de comércio, serviços, administração pública e turismo, além de apresentar crescimento em setores como tecnologia, inovação e construção civil. Seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita é de R\$ 27.364,40 (IBGE, 2021), superior à média estadual, evidenciando uma economia relativamente estável e diversificada, no contexto nordestino.

Mapa 1 – Produto Interno Bruto de Aracaju

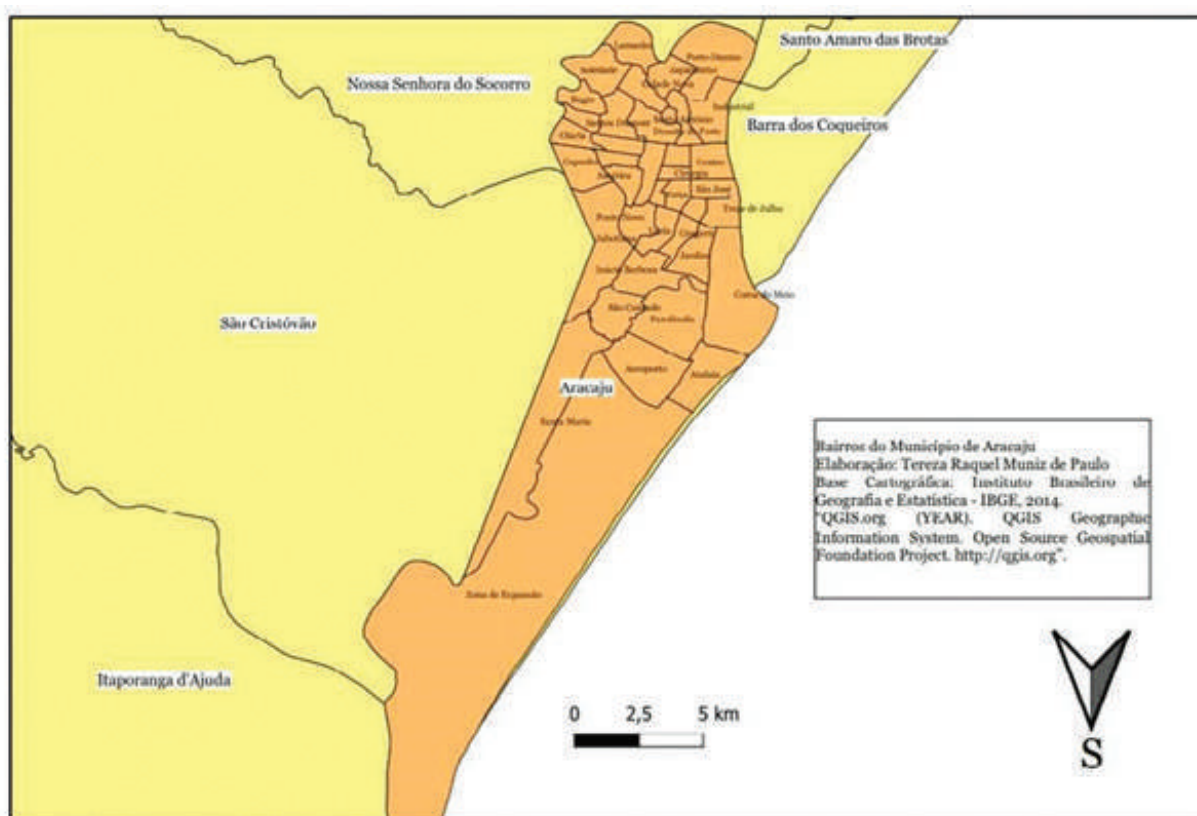


Fonte: Anuário Estatístico de Aracaju 2024

| Indicador | Valor (R\$) |
|---|-------------------|
| Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes | 18.405.677.790,00 |
| PIB per capita | 27.364,40 |
| Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes | 16.049.035.060,00 |
| Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes | 2.356.642.730,00 |

Com base no Anuário Estatístico de Aracaju 2024 (ano-base 2023) e em informações complementares, é possível delinear a divisão do município por bairros da seguinte forma: a capital está organizada em três grandes zonas – Zona Sul, Centro, Zona Norte/Oeste –, com perfil populacional, urbanístico e socioeconômico bastante distinto. A Zona Sul, que abriga bairros nobres praianos como Atalaia e 13 de Julho, caracteriza-se por elevada atratividade turística e forte presença da rede hoteleira, além de serviços de lazer sofisticados. Já o Centro concentra atividades comerciais, administrativas e culturais, funcionando como epicentro urbano. Na Zona Norte/Oeste, destacam-se bairros como Cidade Nova, Santos Dumont, Siqueira Campos e Olaria, com maior densidade demográfica, especialmente nos bairros Santos Dumont e Cidade Nova, que concentram significativa população popular e oferta de serviços cotidianos.

Mapa 2 – Divisão de Aracaju por bairros



O município também está territorialmente organizado em oito regiões administrativas, que agrupam bairros e comunidades de acordo com critérios geográficos, populacionais e de gestão pública. Essa divisão regional tem como objetivo otimizar a implementação das políticas públicas, facilitar o planejamento, a gestão dos serviços e o atendimento às demandas específicas de cada território, considerando suas características sociais, econômicas e culturais.

Quadro 1 – Divisão regional do município de Aracaju, com números de comunidades e bairros.

| Regional | Número de comunidades/ bairros |
|-----------|--------------------------------|
| 1ª Região | 4 |
| 2ª Região | 6 |
| 3ª Região | 5 |
| 4ª Região | 4 |
| 5ª Região | 7 |
| 6ª Região | 6 |
| 7ª Região | 2 |
| 8ª Região | 6 |

Essa configuração territorial permite uma melhor articulação das ações intersetoriais, fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à Primeira Infância, uma vez que considera as especificidades e desigualdades presentes em cada território do município.

A distribuição territorial de Aracaju, conforme dados consolidados do IBGE, revela que bairros como América, Bugio, Cidade Nova, Jardim Centenário, Luzia, Novo Paraíso, Palestina, Pereira Lobo, Ponto Novo, Santos Dumont, Siqueira Campos e Suíça apresentam densidades populacionais superiores a 10.000 habitantes por quilômetro quadrado. Esses territórios, caracterizados por estruturas urbanas consolidadas, combinam alta concentração residencial, intensa atividade comercial e ampla oferta de serviços essenciais. Tal configuração reflete um dinamismo urbano que, ao mesmo tempo em que potencializa o acesso a oportunidades, também demanda atenção redobrada do poder público no planejamento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas à Primeira Infância, considerando os desafios relacionados à mobilidade, à infraestrutura, aos equipamentos públicos e à qualidade dos espaços de convivência comunitária.

Quadro 2 – Área Geográfica dos bairros de Aracaju

| Bairro | Área Geográfica (km²) | Bairro | Área Geográfica (km²) |
|------------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| Aeroporto | 5,6012 | Luzia | 1,5926 |
| América | 1,3464 | Marivan | 1,495 |
| Atalaia | 3,9309 | Novo Paraíso | 0,9114 |
| Bugio | 1,5031 | Ofaria | 1,4182 |
| Capucho | 2,6281 | Palestina | 0,3159 |
| Centro | 2,1502 | Pereira Lobo | 0,5244 |
| Cidade Nova | 0,8246 | Ponto Novo | 1,8467 |
| Cirurgia | 0,6179 | Porto Dantas | 6,3059 |
| Corna do Meio | 9,1205 | Salgado Filho | 0,6651 |
| Dom Luciano | 0,870 | Santa Maria | 11,0222 |
| Farolândia | 6,3238 | Santo Antônio | 1,3630 |
| Getúlio Vargas | 0,8625 | Santos Dumont | 2,1792 |
| Grageru | 1,2791 | São Conrado | 3,0790 |
| Inácio Barbosa | 3,5454 | São José | 1,3440 |
| Industrial | 3,1450 | Siqueira Campos | 1,7424 |
| Jabotiana | 6,9591 | Soledade | 2,9698 |
| Japãozinho | 1,9656 | Suíça | 1,0986 |
| Jardim Centenário | 0,8947 | Zona de Expansão | 76,7031 |
| Jardins | 2,4235 | 13 de Julho | 1,5931 |
| José Conrado de Araújo | 1,1119 | 17 de Março | 1,959 |
| Lamarão | 2,5491 | 18 do Forte | 2,0785 |
| | | Total | 181,860 |

Apesar de divergências no ritmo de crescimento entre as regiões, o desenvolvimento urbano tem sido equilibrado, com investimentos em infraestrutura e mobilidade em bairros periféricos (ex.: Soledade, Dom Luciano, Cidade Nova), ampliando a cobertura de drenagem, redes sanitárias e vias pavimentadas. Esse movimento promove maior integração entre as zonas e reduz as disparidades históricas no padrão habitacional e no acesso a equipamentos públicos.

Aracaju apresenta um tecido urbano segmentado por zonas bem definidas. A Zona Sul é marcada por bairros de renda mais elevada e forte vocação turística, destacando-se pela presença de importantes pontos de lazer, como a Orla de Atalaia, reconhecida nacionalmente pela sua infraestrutura completa, que inclui hotéis, restaurantes, equipamentos de esporte, cultura e lazer, além de praias que atraem visitantes de todo o país. Essa região concentra também áreas residenciais valorizadas e serviços de alto padrão.

O Centro exerce papel estratégico como polo comercial, administrativo e cultural, reunindo grande fluxo de pessoas em função do comércio tradicional, repartições públicas e instituições históricas. Já as zonas Norte e Oeste são compostas por bairros de alta densidade populacional, perfil predominantemente popular e que, nos últimos anos, têm recebido investimentos públicos voltados à ampliação da infraestrutura urbana, como pavimentação, mobilidade, redes de saneamento e equipamentos comunitários, promovendo uma integração mais equilibrada entre as diferentes regiões da cidade.

A análise da distribuição territorial e socioeconômica de Aracaju revela que, embora a cidade possua importantes equipamentos de lazer concentrados principalmente na Zona Sul, como a Orla de Atalaia, parques, praças e espaços culturais, ainda existem desafios significativos quanto à oferta de espaços públicos adequados para a Primeira Infância nas zonas Norte e Oeste. Essas regiões concentram os bairros de maior densidade populacional, como Santos Dumont, Cidade Nova, Bugio, Jardim Centenário, Santa Maria e Olaria, que, em sua maioria, apresentam perfil socioeconômico popular e menor acesso a áreas verdes, parques infantis seguros e espaços de convivência qualificados.

A carência de pontos de lazer destinados às crianças pequenas nesses territórios impacta diretamente o desenvolvimento integral na Primeira Infância, uma vez que limita o acesso a experiências fundamentais para o desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional. Além disso, muitas praças existentes carecem de manutenção, possuem equipamentos inadequados ou não são pensadas para atender às especificidades desse público, como brinquedos inclusivos, sombreamento, segurança e acessibilidade.

Portanto, é urgente priorizar a implantação e a revitalização de espaços lúdicos, parques, praças temáticas e ambientes de convivência nas zonas Norte e Oeste do município. Essa ação deve ser integrada às políticas públicas de urbanismo, educação, saúde e assistência social, garantindo que todas as crianças tenham o direito de brincar em ambientes seguros, estimulantes e próximos de suas residências. Investir em espaços de lazer voltados para a Primeira Infância, nesses territórios, representa, não apenas um avanço no desenvolvimento urbano mais equitativo, mas também um compromisso concreto com os direitos da criança e a construção de uma cidade mais justa, inclusiva e acolhedora para todos.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Aracaju é considerado alto, refletindo um cenário de avanços significativos nas áreas de educação, longevidade e renda. Segundo os dados mais recentes divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDHM de Aracaju é de 0,770, classificação que indica alto desenvolvimento humano. A dimensão que mais contribui para esse índice é a educação, com indicador de 0,823, seguida pela renda, com 0,784, e pela longevidade, com 0,708.

Esse desempenho posiciona Aracaju como o município com maior IDHM do estado de Sergipe. Além disso, o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que mede as áreas de emprego e renda, educação e saúde, aponta que Aracaju possui um índice de 0,6906, classificado como desenvolvimento moderado. Esse resultado revela que, apesar dos avanços históricos, especialmente na área da educação, o município enfrenta desafios contemporâneos relacionados à geração de emprego, renda e acesso qualificado à saúde.

Quadro 3 – Indicador Social de Aracaju

| Indicadores Sociais - Aracaju | | | | |
|-------------------------------|---------|-----------|-----------------|--------------|
| Anos | IDH - M | IDH Renda | IDH Longevidade | IDH Educação |
| 1991 | 0,545 | 0,669 | 0,639 | 0,379 |
| 2000 | 0,548 | 0,719 | 0,729 | 0,519 |
| 2010 | 0,77 | 0,784 | 0,823 | 0,708 |
| Indicadores Sociais - Sergipe | | | | |
| Ano | IDH - M | IDH Renda | IDH Longevidade | IDH Educação |
| 2022 | 0,665 | 0,672 | 0,781 | 0,56 |

Fonte: PNUL, IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP

Quadro 4 – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal

| Anos | IFDM Educação | IFDM Saúde | IFDM Emprego e Renda | IFDM Consolidado |
|------|---------------|------------|----------------------|------------------|
| 2011 | 0,6449 | 0,7992 | 0,8221 | 0,7554 |
| 2012 | 0,6542 | 0,8082 | 0,8028 | 0,755 |
| 2013 | 0,6689 | 0,8157 | 0,7326 | 0,7391 |
| 2014 | 0,6778 | 0,8115 | 0,7691 | 0,7525 |
| 2015 | 0,6766 | 0,811 | 0,5967 | 0,6948 |
| 2016 | 0,6812 | 0,8108 | 0,664 | 0,7187 |

Quadro 5 – Faixas de Desenvolvimento Humano – IDH X Faixas de Desenvolvimento

| | |
|--------------------|-------------------|
| Muito Alto | de 0,800 a 1,000; |
| Alto | de 0,700 a 0,799; |
| Médio | de 0,600 a 0,699; |
| Baixo | de 0,500 a 0,599; |
| Muito Baixo | de 0 a 0,499; |

Fonte: PNUL, IPEA e Fundação João Pinheiro - FJP

| | |
|-----------------|-------------------------|
| Alto | Superiores a 0,8 pontos |
| Moderado | Entre 0,4 e 0,6 pontos |
| Baixo | Inferiores a 0,4 pontos |

Fonte: Sistema FIRJAN

Fonte: Anuário de Aracaju, 2024

Assim, embora os indicadores educacionais permaneçam em patamares elevados, é necessário que as políticas públicas estejam cada vez mais focadas na promoção da saúde integral e no fortalecimento da economia local, como estratégias para elevar, ainda mais, o desenvolvimento humano da capital sergipana.

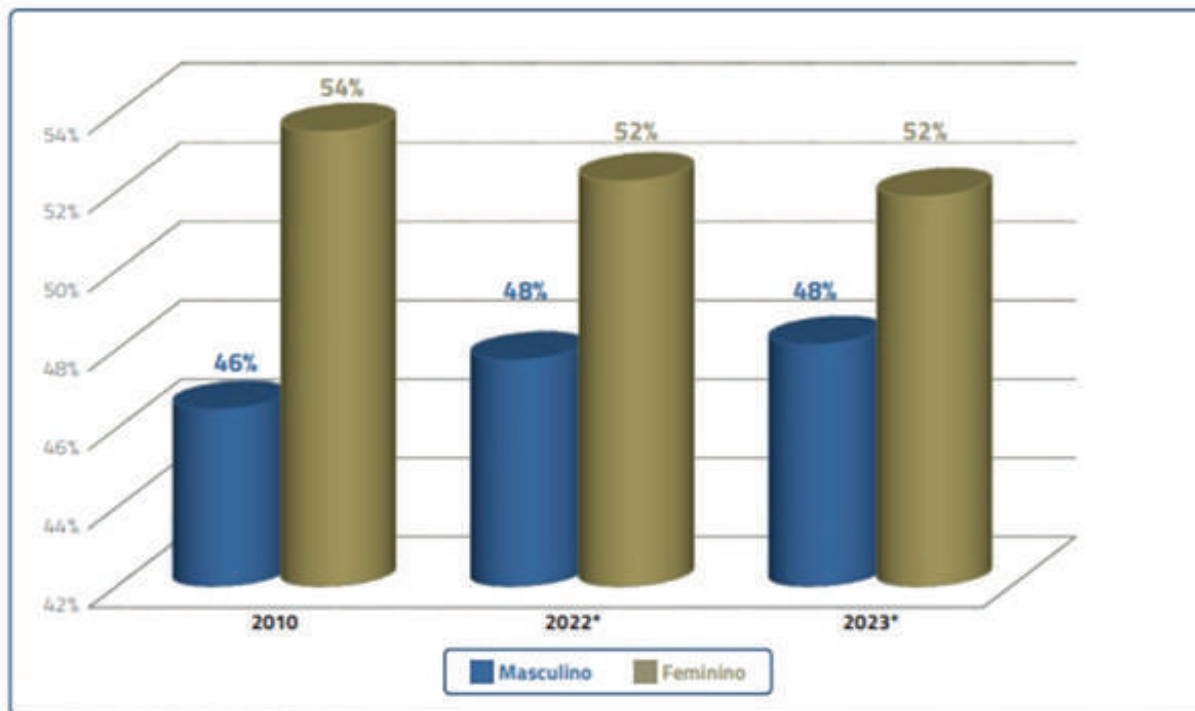
A análise territorializada do município evidencia que ainda persistem situações de vulnerabilidade, onde os desafios relacionados à renda, acesso a serviços, moradia adequada e saneamento impactam de forma mais significativa as infâncias, sobretudo nas periferias e em comunidades tradicionais.

Considerando a distribuição da população residente em Aracaju, segundo o sexo, os números apresentam uma leve predominância do sexo feminino, refletindo um padrão demográfico semelhante ao observado em nível nacional. Conforme dados do IBGE, divulgados no Anuário Estatístico de Aracaju (ano-base 2023), 52,2% da população é composta por mulheres, enquanto os homens correspondem a 47,8%. Esse cenário é resultado de fatores estruturais, como a maior expectativa de vida das mulheres e padrões diferenciados de mortalidade, que contribuem para a formação de uma sociedade majoritariamente feminina em contextos urbanos como o de Aracaju.

Quadro 6 – População residente, segundo o sexo, em Aracaju

| Discriminação | 2010 | | 2022* | | 2023* | |
|--------------------|----------------|------------|----------------|------------|----------------|------------|
| | Qtd | % | Qtd | % | Qtd | % |
| Homens | 265.484 | 46 | 325.905 | 48 | 332.079 | 48 |
| Mulheres | 305.665 | 54 | 356.896 | 52 | 357.948 | 52 |
| Total Geral | 571.149 | 100 | 682.801 | 100 | 690.027 | 100 |

Gráfico 4 – População Residente, segundo o sexo, em Aracaju



*Fonte: Pnad Contínua 4º Trimestre 2022 e 2023

Fonte: Anuário de Aracaju, 2024.

No recorte etário, observa-se um movimento claro de redução da proporção de crianças e adolescentes e aumento da população idosa, refletindo o avanço do processo de transição demográfica no município.

A faixa etária de 0 a 6 anos, que representa a Primeira Infância, tem apresentado queda proporcional ao longo dos anos. Em 2010, esse grupo representava aproximadamente 9,5% da população, percentual que caiu para cerca de 7,8%, em 2022, mantendo-se nesse patamar, em 2023. Esse dado evidencia a diminuição das taxas de natalidade, fenômeno que impacta diretamente na formulação de políticas públicas voltadas para a infância, uma vez que, embora haja redução proporcional, o grupo continua expressivo em números absolutos e demanda atenção qualificada.

| Idade | 2010 | | | | | 2022* | | | | | 2023* | | | | |
|--------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Homens | % | Mulheres | % | Total | Homens | % | Mulheres | % | Total | Homens | % | Mulheres | % | Total |
| < 1a | 4.141 | 5,56 | 3.929 | 5,29 | 8.070 | 4.425 | 5,36 | 2.416 | 6,88 | 6.841 | 4.562 | 5,37 | 3.277 | 6,97 | 8.039 |
| 01-04a | 16.594 | 6,25 | 16.009 | 5,24 | 32.603 | 18.635 | 5,72 | 17.709 | 4,96 | 36.344 | 22.162 | 6,67 | 16.525 | 5,45 | 41.687 |
| 05-09a | 20.507 | 7,72 | 19.935 | 6,52 | 40.442 | 27.138 | 8,33 | 16.691 | 4,68 | 43.829 | 21.133 | 6,36 | 19.969 | 5,58 | 41.102 |
| 10-14a | 23.686 | 8,92 | 23.112 | 7,56 | 46.798 | 23.010 | 7,06 | 24.352 | 6,82 | 47.362 | 24.135 | 7,27 | 16.932 | 4,73 | 41.067 |
| 15-19a | 23.842 | 8,98 | 25.190 | 8,24 | 49.032 | 27.419 | 8,41 | 26.274 | 7,36 | 53.693 | 25.544 | 7,69 | 23.802 | 6,65 | 49.346 |
| 20-24a | 27.700 | 10,43 | 30.575 | 10,00 | 58.275 | 27.806 | 8,53 | 30.395 | 8,52 | 58.201 | 30.440 | 9,17 | 27.572 | 7,70 | 58.012 |
| 25-29a | 27.507 | 10,36 | 31.445 | 10,29 | 58.952 | 33.800 | 10,37 | 29.825 | 8,36 | 63.625 | 25.834 | 7,78 | 33.718 | 9,42 | 59.552 |
| 30-34a | 23.941 | 9,02 | 28.552 | 9,34 | 52.493 | 29.341 | 9,00 | 29.326 | 8,22 | 58.667 | 31.004 | 9,34 | 25.291 | 7,09 | 56.295 |
| 35-39a | 20.229 | 7,62 | 24.278 | 7,94 | 44.507 | 22.417 | 6,88 | 27.788 | 7,77 | 50.155 | 29.656 | 8,93 | 27.173 | 7,59 | 56.829 |
| 40-44a | 18.211 | 6,86 | 22.332 | 7,31 | 40.543 | 18.216 | 5,59 | 29.452 | 8,25 | 47.668 | 20.579 | 6,20 | 26.736 | 7,47 | 47.315 |
| 45-49a | 15.851 | 5,97 | 19.557 | 6,40 | 35.408 | 25.647 | 7,87 | 25.607 | 7,17 | 51.254 | 19.613 | 5,91 | 26.371 | 7,37 | 45.984 |
| 50-54a | 13.002 | 4,90 | 16.070 | 5,36 | 29.072 | 21.092 | 6,47 | 24.086 | 6,75 | 45.178 | 20.174 | 6,08 | 19.657 | 5,49 | 39.831 |
| 55-59a | 9.994 | 3,74 | 13.073 | 4,28 | 23.067 | 12.885 | 3,95 | 18.378 | 5,15 | 31.263 | 15.561 | 4,69 | 24.641 | 6,88 | 40.202 |
| 60-64a | 7.555 | 2,85 | 10.026 | 3,28 | 17.581 | 13.474 | 4,13 | 18.302 | 5,13 | 31.776 | 14.892 | 4,48 | 16.197 | 4,52 | 31.089 |
| 65-69a | 4.984 | 1,88 | 7.006 | 2,29 | 11.990 | 8.847 | 2,71 | 13.778 | 3,86 | 22.625 | 10.112 | 3,05 | 15.897 | 4,44 | 26.009 |
| 70-74a | 3.416 | 1,29 | 5.326 | 1,74 | 8.742 | 7.632 | 2,34 | 10.178 | 2,85 | 17.810 | 8.710 | 2,62 | 10.483 | 2,93 | 19.203 |
| 75-79a | 1.994 | 0,75 | 3.849 | 1,26 | 5.843 | 2.083 | 0,64 | 4.990 | 1,40 | 7.073 | 4.111 | 1,24 | 8.558 | 2,39 | 12.669 |
| 80+ | 2.330 | 0,88 | 5.401 | 1,77 | 7.731 | 2.038 | 0,63 | 7.399 | 2,07 | 9.437 | 3.857 | 1,16 | 11.829 | 3,31 | 15.686 |
| Total | 265.484 | 100,00 | 305.665 | 100,00 | 571.149 | 325.905 | 100,00 | 354.896 | 100,00 | 682.801 | 332.079 | 100,00 | 357.948 | 100,00 | 690.027 |

Fontes: IBGE e Pnad - Contínua - 4º Trimestre 2021 e 2022.

Fonte: Anuário de Aracaju, 2024

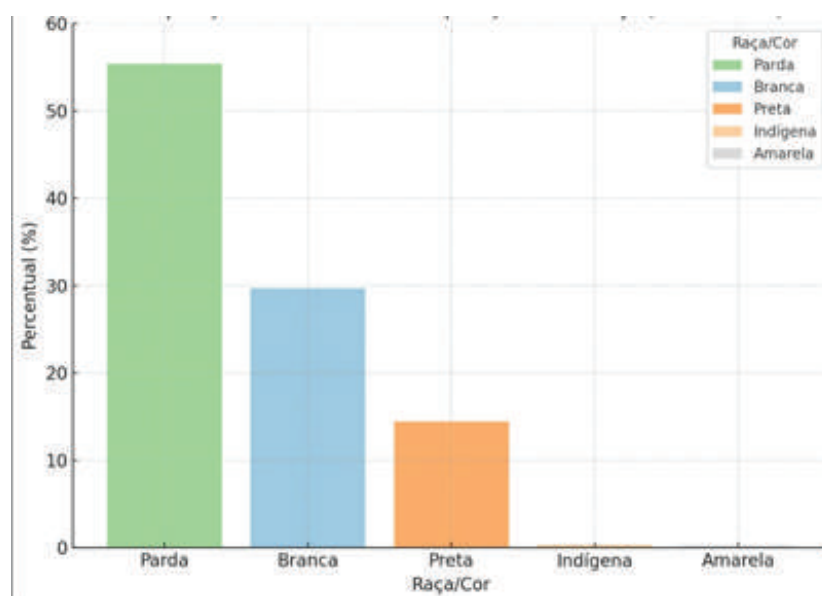
A diminuição do percentual da Primeira Infância não significa menor importância desse público, mas sim reforça a necessidade de investir na qualificação dos serviços oferecidos, como expansão e melhoria da Educação Infantil, fortalecimento das Redes de Saúde materno-infantil, proteção social, segurança alimentar e, especialmente na ampliação dos espaços públicos adequados ao desenvolvimento infantil, como praças, parques e áreas de lazer seguras e acessíveis.

Por outro lado, a população em idade produtiva, de 15 a 59 anos, segue sendo maioria, representando cerca de 66% da população, o que mantém Aracaju com um bônus demográfico relevante, impactando na dinâmica econômica e social da cidade. Já o grupo de 60 anos ou mais apresenta crescimento constante, passando de 10,5%, em 2010, para 14,2%, em 2022, indicando o envelhecimento populacional como um dos grandes desafios para os próximos anos.

Portanto, os dados reforçam que, mesmo com a redução proporcional do público de 0 a 6 anos, este grupo requer atenção prioritária, pois investir na Primeira Infância gera impactos positivos e estruturantes para toda a sociedade, além de ser um direito garantido. É fundamental que as políticas públicas estejam alinhadas a essa dinâmica demográfica, assegurando condições para que as crianças cresçam em ambientes seguros, saudáveis, estimulantes e promotores de desenvolvimento integral.

Diante dos dados mais recentes, a necessidade de implementar políticas públicas intersetoriais e inclusivas para a Primeira Infância em Aracaju, especialmente voltadas às minorias étnico-raciais, é evidente. De acordo com o Censo Demográfico 2022, a população autodeclarada parda corresponde a 55,4% dos moradores de Aracaju, seguida pela população branca (29,7%), preta (14,4%), indígena (0,3%) e amarela (0,2%). Esse perfil demográfico reforça a identidade multicultural e diversa do município e, ao mesmo tempo, evidencia desigualdades estruturais que exigem atenção diferenciada nas políticas voltadas à infância. Nesse contexto, a ênfase deve recair na promoção da equidade racial, no enfrentamento ao racismo estrutural e na valorização das identidades culturais locais. (IBGE,2023).

Gráfico 5 – Composição Étnico-Racial da População de Aracaju



Fonte: Censo 2022.

Famílias pretas e pardas, em Aracaju, seguem enfrentando maiores vulnerabilidades, quando observados indicadores sociais como renda, acesso a saneamento, violência e encarceramento, reflexo de um racismo estrutural, historicamente, consolidado no Brasil. Segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2019), o rendimento domiciliar per capita das pessoas pretas e pardas correspondia a apenas 39,8% do rendimento da população branca, evidenciando uma desigualdade econômica persistente. Além disso, 24% das mulheres pretas ou pardas, chefes de família, sem cônjuge e com filhos menores, viviam abaixo da linha de extrema pobreza, com menos de 1,90 dólar por dia, e 62,4% abaixo da linha de pobreza, com menos de 5,50 dólares por dia. Essa realidade se reflete também no acesso precário ao saneamento básico, que impacta, de forma desproporcional, às populações negras e periféricas.

A violência letal também apresenta um recorte racial alarmante. Dados apontam que, em Aracaju, jovens pretos, pardos e indígenas possuem uma taxa de homicídio 26 vezes maior do que jovens brancos ou amarelos, sendo 47,36 por mil, entre jovens negros, contra 1,81 por mil, entre os brancos, o que evidencia uma desigualdade que compromete gravemente o direito à vida e à segurança. Além disso, estudos indicam que pessoas negras vivem, em média, quase 12 anos menos do que pessoas brancas, revelando o impacto acumulado das desigualdades raciais em todas as dimensões da vida, inclusive na saúde e na longevidade.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que as políticas públicas voltadas à Primeira Infância dialoguem com as realidades e experiências das comunidades negras urbanas, como a Maloca, um quilombo urbano localizado no Bairro Cirurgia, que abriga atualmente cerca de 267 moradores, distribuídos em 91 famílias. A Maloca se configura como um espaço de resistência, preservação cultural e luta por direitos, sendo exemplo da importância de práticas comunitárias que fortalecem os vínculos familiares, a cultura de pertencimento e a construção de redes de apoio e proteção. Incorporar a escuta e a participação ativa dessas comunidades no planejamento de políticas públicas é essencial para romper com ciclos intergeracionais de pobreza, exclusão e desigualdade racial, promovendo uma infância digna, protegida e com plenas oportunidades de desenvolvimento.

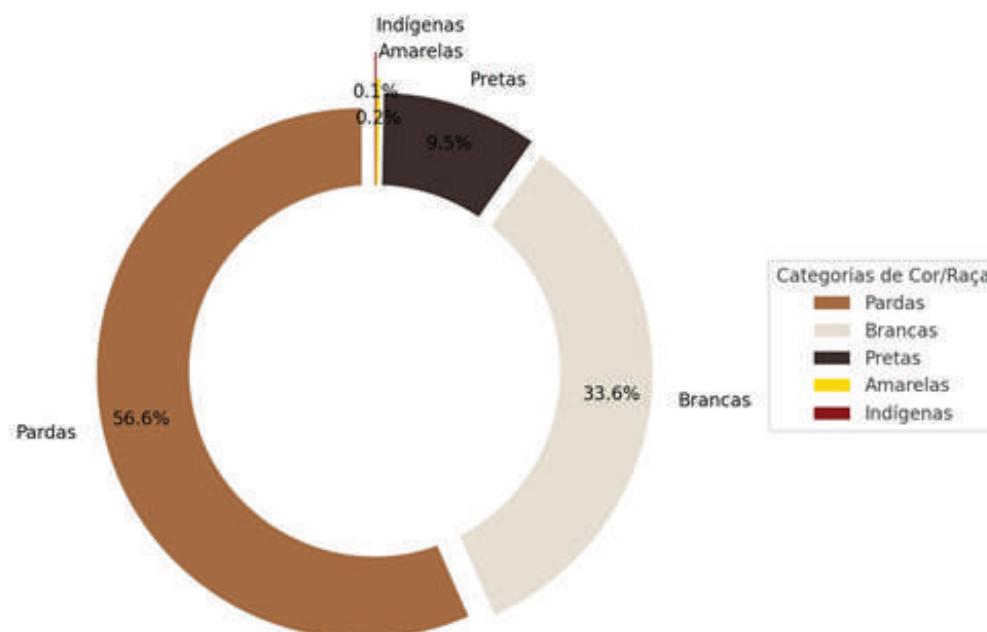
Embora pequena em número, a população indígena de Aracaju (1.944 pessoas, segundo o Censo 2022) é a maior dentre os municípios sergipanos. A maioria (82,5%) reside em áreas urbanas e merece políticas públicas que respeitem ancestralidades, línguas e símbolos, além de práticas educacionais que recuperem suas memórias culturais. O município pode fortalecer essas ações integrando a vivência urbana ao vínculo com povos originários como os Xocós, situados na Ilha de São Pedro, em Porto da Folha.

Diante desse cenário, é fundamental reconhecer que a diversidade étnica e cultural de Aracaju, somada à considerável presença da população infantil, impõe ao município o desafio de construir políticas públicas que sejam, ao mesmo tempo, universais e sensíveis às especificidades. Isso significa garantir que as ações voltadas à Primeira Infância contemplem, de forma integrada, as particularidades de grupos, como as crianças indígenas e quilombolas, preservando suas identidades, memórias e saberes, ao mesmo tempo em que asseguram acesso equitativo aos direitos básicos, especialmente nas regiões mais vulneráveis da cidade.

No recorte específico da Primeira Infância, os dados do Censo Demográfico de 2022, (gráfico 6), confirmam que a composição étnico-racial de adultos em Aracaju se reproduz entre as crianças de 0 a 6 anos. As crianças pardas representam a maioria desse grupo etário, refletindo a identidade racial predominante do município. Em seguida, aparecem as crianças brancas, seguidas por percentuais menores de crianças pretas, amarelas e indígenas, cuja presença, embora numérica reduzida, é socialmente significativa e demanda atenção específica. Esse perfil reforça a urgência de que as políticas públicas voltadas à Primeira Infância sejam construídas sob a perspectiva da equidade racial, da diversidade cultural e da valorização das identidades, combatendo, desde os primeiros anos de vida, as práticas excludentes e os efeitos do racismo estrutural.

Além disso, é fundamental reconhecer que a infância vivenciada por crianças negras, indígenas e de outras minorias étnico-raciais, frequentemente, está atravessada por maiores índices de vulnerabilidade social, restrições de acesso a serviços e limitações no usufruto de direitos, quando comparada às infâncias brancas. Dessa forma, o PMPI de Aracaju se compromete a incorporar essa análise racial como eixo estruturante para o desenvolvimento de ações afirmativas e intersetoriais, que garantam não apenas a acessibilidade aos serviços, mas também a promoção de ambientes educativos, culturais, urbanos e sociais que respeitem, acolham e fortaleçam as diversas identidades étnico-raciais, presentes no município.

Gráfico 6 – Composição Étnico-Racial das Crianças de 0 a 6 anos em Aracaju



Fonte: Censo 2022

Aracaju é uma cidade essencialmente urbana, com desafios característicos de grandes centros, como mobilidade urbana, acesso a serviços, segurança, habitação e infraestrutura. Apesar dos avanços expressivos nas últimas décadas, sobretudo nas áreas de saúde, educação, assistência social e habitação, persistem desigualdades socioeconômicas e territoriais, especialmente nas periferias urbanas e em comunidades tradicionais.

Atualmente, Aracaju conta com aproximadamente 218.513 domicílios particulares permanentes, segundo dados do Censo Demográfico de 2022, sistematizados no Anuário Estatístico de Aracaju 2024. Desse total, cerca de 197.089 domicílios estão efetivamente ocupados por moradores, o que evidencia uma elevada taxa de ocupação habitacional e reflete a consolidação do padrão urbano da cidade.

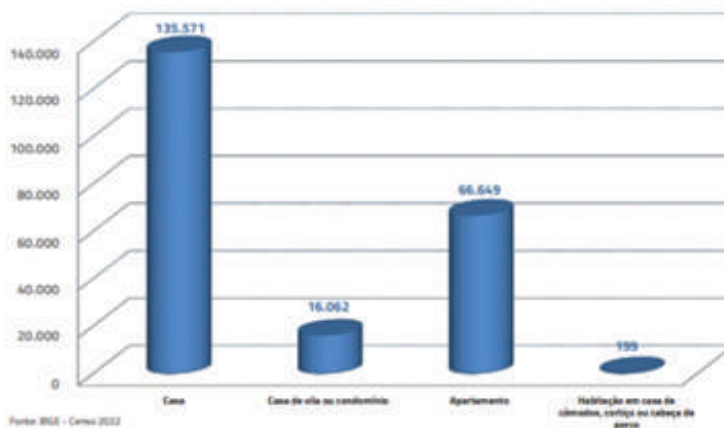
A média de moradores por domicílio é de aproximadamente 3 a 3,5 pessoas, indicador que acompanha a tendência dos grandes centros urbanos brasileiros, caracterizados por núcleos familiares compostos, majoritariamente, por casais com filhos, famílias monoparentais e, em menor proporção, arranjos unipessoais. Esse perfil habitacional demonstra tanto a estabilidade na estrutura domiciliar quanto a necessidade de manter políticas públicas voltadas à ampliação de moradias, infraestrutura urbana e serviços comunitários, especialmente nas áreas de maior adensamento populacional.

Quadro 8 – Domicílios particulares, recenseados por espécie e por tipo de domicílio em Aracaju

| Espécie | Quantidade | Tipo | Quantidade |
|-----------------------------------|------------|--|------------|
| Particular permanente ocupado | 218.511 | Casa | 135.571 |
| Particular permanente não ocupado | 348.085 | Casa de vila ou condomínio | 16.062 |
| Particular improvisado | 335 | Apartamento | 66.649 |
| Coletivo | 138 | Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco | 199 |

Fonte: IBGE - Censo 2022

Gráfico 7 – Domicílios particulares permanentes, segundo o tipo de domicílio em Aracaju



Fonte: Anuário de Aracaju, 2024

O perfil das moradias, em Aracaju, demonstra avanços importantes no acesso aos serviços essenciais. A maioria dos domicílios, cerca de 97,43%, possui abastecimento de água, por meio de rede geral, assegurando o acesso regular e contínuo a esse serviço fundamental. A cobertura de esgotamento sanitário atende aproximadamente 73,3% dos domicílios, o que, embora represente um avanço em relação a décadas anteriores, ainda evidencia desafios para a universalização desse serviço básico, especialmente, em algumas áreas periféricas e em territórios com maior vulnerabilidade social.

O cenário de Aracaju revela uma cidade que, embora apresente indicadores positivos em abastecimento de água e gestão de resíduos, ainda enfrenta desafios relacionados à expansão dos sistemas de saneamento, à qualificação dos espaços urbanos e à promoção de moradias dignas, seguras e adequadas. Tais aspectos são fundamentais, não apenas para o desenvolvimento urbano sustentável, mas também para assegurar os direitos sociais, especialmente para as crianças na Primeira Infância e suas famílias, que são diretamente impactadas pela qualidade das condições habitacionais e dos serviços urbanos.

As desigualdades demonstradas impactam diretamente as condições de vida das crianças na Primeira Infância, tornando ainda mais urgente o fortalecimento de políticas públicas que considerem as particularidades de cada território, buscando reduzir vulnerabilidades e promover oportunidades equitativas para todas as crianças.

Esses dados sociodemográficos, quando analisados em conjunto, reforçam a urgência e a relevância de políticas públicas que não apenas assegurem o acesso das crianças aos serviços essenciais, mas que também sejam capazes de enfrentar as desigualdades históricas, promover a inclusão, valorizar a diversidade e construir uma cidade que cuide, proteja e ofereça oportunidades, desde os primeiros anos de vida.

Aracaju reúne características que a posicionam como uma cidade com elevado potencial para a implementação de políticas públicas efetivas, sensíveis às diversidades territoriais, sociais e culturais. Sua população na Primeira Infância, combinada a uma estrutura institucional consolidada e a um ambiente econômico relativamente estável, oferece uma base consistente para a construção de um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) que promova desenvolvimento integral, equidade e justiça social.

Portanto, compreender a realidade populacional, étnico-racial, econômica e social da Primeira Infância, em Aracaju, não é apenas um exercício técnico, mas sim um compromisso ético e político com a construção de uma cidade onde todas as crianças possam crescer de forma saudável, segura, acolhida e com plenas condições para desenvolver todo o seu potencial.

3.2. Indicadores da Educação Infantil: Acesso, Atendimento e Desafios em Aracaju

3.2.1 Acesso e Matrículas na Educação Infantil

O acesso das crianças de 0 a 6 anos à Rede Municipal de Educação de Aracaju, nas etapas de Creche (berçário e infantil 1, 2 e 3) e Pré-escola (infantil 4 e 5), acontece por meio do sistema de Matrícula Online, disponibilizado pela Secretaria Municipal da Educação (SEMED), através do seu Sistema Integrado de Gestão Educacional. As famílias realizam a inscrição no site oficial – <https://siged.educacao.aju.br/matriculaoonline/> –, no período definido pela Secretaria, indicando até três opções de Unidades de Ensino, de acordo com a localidade ou preferência.

Após a solicitação online, é necessário comparecer à escola escolhida para apresentar a documentação exigida, que inclui certidão de nascimento da criança, CPF dos responsáveis, comprovante de residência, carteira de vacinação atualizada e, se for o caso, laudo médico para crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades.

A Secretaria Municipal da Educação de Aracaju também disponibiliza suporte para as famílias que não possuem acesso à internet, oferecendo pontos de atendimento nas próprias escolas da Rede, onde os responsáveis podem utilizar o Wi-Fi gratuito e receber auxílio dos profissionais da Unidade. Além disso, a Central da Matrícula funciona como canal de apoio, prestando esclarecimentos via telefone e WhatsApp durante todo o período do processo.

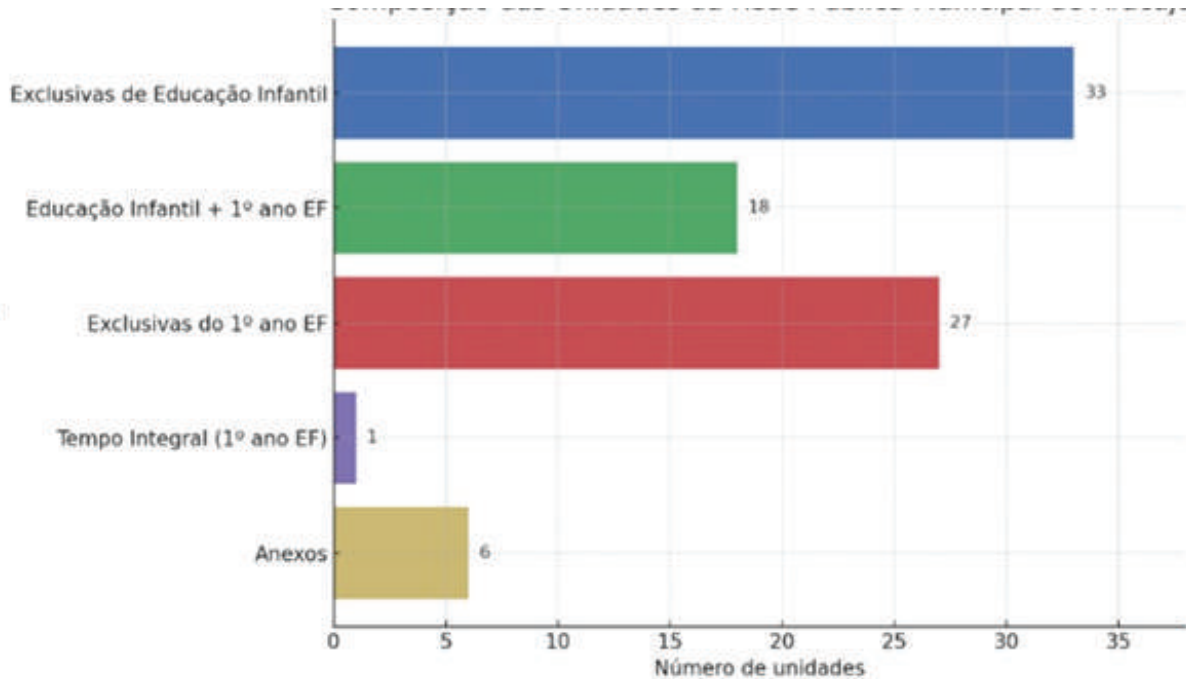
Esse modelo tem se mostrado eficiente, democrático e inclusivo, garantindo que todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos tenham acesso à Educação Pública Municipal, de forma organizada, segura e sem necessidade de deslocamentos desnecessários ou longas esperas.

3.2.2 Infraestrutura da Rede Municipal: Número de Escolas, Anexos e Oferta de Vagas na Educação Infantil

Atualmente, a Rede Pública Municipal de Aracaju é composta por 79 (setenta e nove) Unidades de Ensino e 6 (seis) anexos. Desse total, 33 (trinta e três) escolas atendem, exclusivamente, crianças da Educação Infantil, nas etapas de Creche e/ou Pré-escola. Outras 18 (dezoito) Unidades oferecem atendimento integrado à Educação Infantil e ao 1º ano do Ensino Fundamental, promovendo a continuidade dos processos educativos na Primeira Infância. Além disso, 27 (vinte e sete) escolas são destinadas, exclusivamente, às turmas do 1º ano do Ensino Fundamental, e há ainda 1 (uma) Unidade que funciona em tempo integral, atendendo, especificamente, o 1º ano, assegurando uma jornada ampliada de aprendizagem e cuidado, conforme gráfico 8.

É importante destacar que, para a realização do diagnóstico da Primeira Infância na Rede Pública Municipal de Ensino de Aracaju, foram utilizadas duas fontes de dados: o Censo Escolar 2024 e o SIGED 2024 – Sistema Integrado de Gestão Educacional de Aracaju. Ressalta-se que pode haver pequenas divergências entre os dados fornecidos por essas fontes, em razão das diferenças nos períodos de coleta, nos critérios de registro e nos objetivos de cada sistema de informação.

Gráfico 8 – Composição das Unidades da Rede Pública Municipal de Aracaju

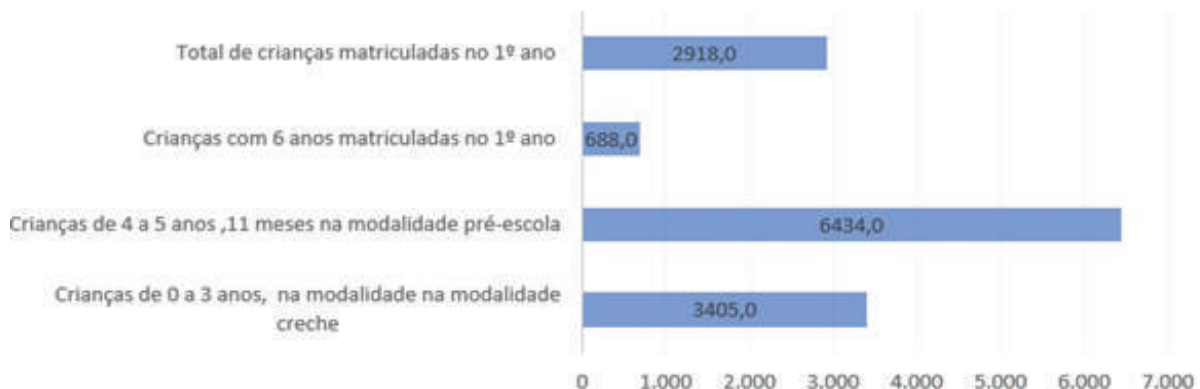


Fonte: SIGED/SEMED.

Considerando que o público da Primeira Infância abrange crianças de 0 a 6 anos de idade, e que a Educação Infantil e o 1º ano do Ensino Fundamental atendem, especificamente, a esse grupo etário, os dados apresentados a seguir referem-se, exclusivamente, a crianças matriculadas na Rede Pública de Ensino do Município de Aracaju.

Os dados do Censo Escolar 2024 revelam que Aracaju atende, atualmente, a 9.839 crianças matriculadas na Educação Infantil, considerando tanto as Creches (para crianças de 0 a 3 anos) quanto as Pré-escolas (para crianças de 4 e 5 anos), nas modalidades de tempo parcial e integral. No que se refere ao 1º ano do Ensino Fundamental, foram contabilizadas 2.918 matrículas, também abrangendo as duas modalidades de atendimento, das quais 688 eram de crianças com 6 anos completos, até 31 de março de 2024, conforme os critérios etários estabelecidos pela legislação educacional vigente.

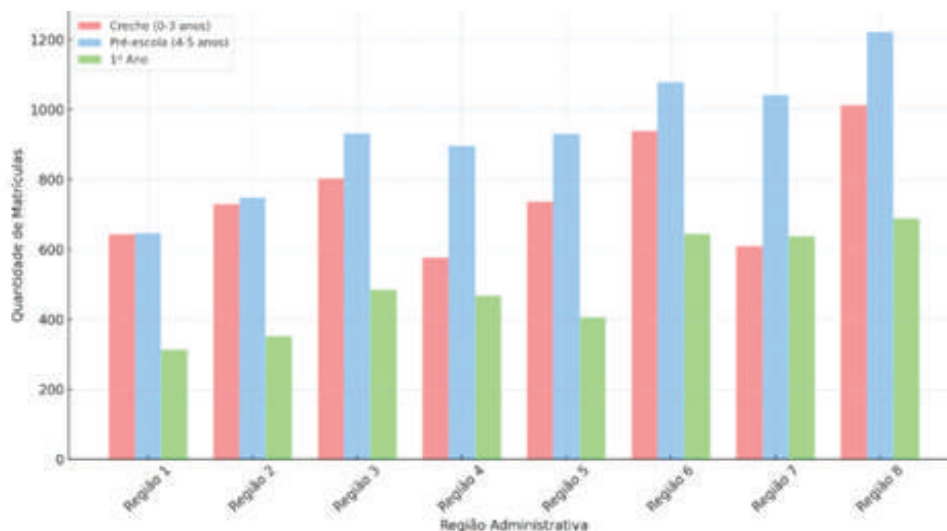
Gráfico 9 – Crianças matriculadas na Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, em Aracaju



Fonte: Censo Escolar 2024.

A Rede Municipal de Educação de Aracaju está dividida em 8 Regiões Educacionais. A seguir, apresentamos a distribuição das matrículas de crianças de 0 a 6 anos, nas Unidades de Ensino que integram cada uma dessas Regiões, com base nos dados do SIGED- Sistema Integrado de Gestão Educacional, da SEMED/Aracaju.

Gráfico 10 – Comparativo de Matrículas – Creche, Pré-escola e 1º Ano, por região



Fonte: SIGED/SEMED.

A 1ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:

Bugio, Lamarão, Santos Dumont e Soledade.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de crianças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|---------------------------------------|---|---|
| EMEF Manoel Bomfim | | 12 |
| EMEF Sérgio Francisco da Silva | | 20 |
| EMEF Prof.ª Letícia Soares de Santana | | 12 |
| EMEF Olga Benário | | 8 |
| EMEF Deputado Jaime Araújo | | 22 |
| EMEI Monsenhor João Moreira Lima | 513 | |
| EMEI Maria Clara Machado | 287 | |
| EMEI Maria Givalda da Silva Santos | 166 | |
| EMEI Manoel Eugênio Nascimento | 159 | |
| TOTAL | 1.125 | 74 |
| TOTAL GERAL | | 1.199 |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 2ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
18 Do Forte, Cidade Nova, Japãozinho, Palestina e Porto Dantas.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|---|---|--|
| EMEF Otília de Araújo Macedo | 88 | 11 |
| EMEF Sabino Ribeiro | | 3 |
| EMEF Ministro Geraldo Barreto Sobral | | 9 |
| EMEF Olavo Bilac | | 12 |
| EMEF João Teles Menezes | 42 | 11 |
| Centro Social São Francisco | 192 | |
| EMEI Dr. José Augusto Arantes Savazine | 201 | |
| EMEI Prof.ª Etelvina Amália de Siqueira | 525 | |
| EMEI Berenice Campos | 136 | |
| EMEI Hermes Fontes | 81 | |
| TOTAL | 1.265 | 46 |
| TOTAL GERAL | 1.311 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 3ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
América, Capucho, Jardim Centenário, Novo Paraíso e Olaria.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|--------------------------------------|---|--|
| EMEF Santa Rita de Cássia | 169 | 29 |
| EMEF Professora Maria Thétis Nunes | 151 | 07 |
| EMEF Marechal Henrique Teixeira Lott | | 8 |
| EMEF Zalda Gama | 154 | 8 |
| EMEF Dr. Carvalho Neto | | 8 |
| EMEF Oviêdo Teixeira | | 45 |
| EMEF Jornalista Orlando Dantas | | 7 |
| EMEI Dr. Fernando José Guedes Fontes | 148 | |
| EMEI Dom Avelar Brandão Vilela | 573 | |
| EMEI Joaquim Cardoso de Araújo | 70 | |
| TOTAL | 1.195 | 112 |
| TOTAL GERAL | 1.377 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 4ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
Cirurgia, Getúlio Vargas, José Conrado de Araújo e Siqueira Campos.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|--|---|--|
| EMEF Ágape | | 16 |
| EMEF Alencar Cardoso | | 15 |
| EMEF Prof. José Antônio da Costa Melo | | 12 |
| EMEF Presidente Vargas | | 11 |
| EMEF Prof. ^a Rachel Cortes Rollemberg | 71 | 12 |
| EMEI Neuzice Barreto | 153 | |
| EMEI Ana Luiza Mesquita Rocha | 255 | |
| EMEI José Garcez Vieira | 299 | |
| EMEI Quintina Diniz | 140 | |
| TOTAL | 918 | 66 |
| TOTAL GERAL | 984 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 5ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
Industrial, Jabotiana, Pereira Lobo, Ponto Novo, Santo Antônio, São José e Suíssa.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|--|---|--|
| EMEF Maria da Glória Macedo | | 14 |
| EMEF Prof. Alcebíades Melo Vilas Boas | | 2 |
| EMEF José Airton Andrade | 45 | 5 |
| EMEF Presidente Tancredo Neves | | 7 |
| EMEF Dom José Vicente Távora | 128 | 24 |
| EMEF Prof. ^a Izabel Cristina Santos Silva | 66 | 11 |
| EMEF Oscar Nascimento | | 7 |
| EMEI Pierre Averan | 58 | |
| EMEI Dom Hélder Câmara | 248 | |
| EMEI Dom José Brandão de Castro | 281 | |
| TOTAL | 826 | 70 |
| TOTAL GERAL | 896 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 6ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
Atalaia, Coroa do Meio, Inácio Barbosa, Luzia, São Conrado e Jardins.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|--------------------------------------|---|--|
| EMEF Anísio Teixeira | | 9 |
| EMEF Presidente Juscelino Kubitschek | | 25 |
| EMEF Prof.ª Núbia Marques | | 19 |
| EMEF Bebê Tiúba | 76 | 10 |
| EMEF José Conrado de Araújo | | 29 |
| EMEF Arthur Bispo do Rosário | 103 | 24 |
| EMEI Prof. Nunes Mendonça | 346 | |
| EMEI Benjamin Alves de Carvalho | 281 | |
| EMEI Francisco Guimarães Rollemberg | 170 | |
| EMEI Júlio Prado Vasconcelos | 319 | |
| EMEI Prof.ª Áurea Melo/Zamor | 231 | |
| TOTAL | 1.526 | 116 |
| TOTAL GERAL | 1.642 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 7ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
17 De Março, Santa Maria e Marivan.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|---|---|--|
| EMEF José Souza de Jesus | | 27 |
| EMEF Prof. Laonte Gama da Silva | | 18 |
| EMEF Papa João Paulo II | 140 | 12 |
| EMEF Professor Diomedes Santos Silva | | 41 |
| EMEFTI João Oliva Alves | | 7 |
| EMEF Dr. José Calumby Filho | 278 | |
| EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso | 195 | |
| EMEI Irene Romão de Brito | 493 | |
| EMEI Professora Michelle de Jesus | 221 | |
| EMEI Prof. João Batista "Douglas,, de Souza | 414 | |
| TOTAL | 1.741 | 105 |
| TOTAL GERAL | 1.846 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

A 8ª Região Educacional de Aracaju é composta pelos bairros:
Aeroporto, Farolândia e Zona de Expansão.

| Unidade de Ensino | Matrículas de crianças com até 5 anos e 11 meses. | Matrículas de cri-anças com até 6 anos completos, até 31 de março. |
|------------------------------------|---|--|
| EMEF Nossa Senhora Aparecida | 73 | 13 |
| EMEF Prof.ª Maria Carlota de Melo | 26 | 9 |
| EMEF Prof. Florentino Menezes | 116 | 13 |
| EMEF José Carlos Teixeira | 36 | 10 |
| EMEF Tenisson Ribeiro | 123 | 29 |
| EMEF Elias Montalvão | 344 | 25 |
| EMEI Jovino Pinto | 159 | |
| EMEI Joana Maria da Silva | 91 | |
| EMEIEMI Antônio Valença Rollemberg | 184 | |
| EMEI Irmão Mirella e Marcell Moura | 249 | |
| TOTAL | 1.401 | 99 |
| TOTAL GERAL | 1500 | |

Fonte: SIGED 2024, SEMED/Aracaju.

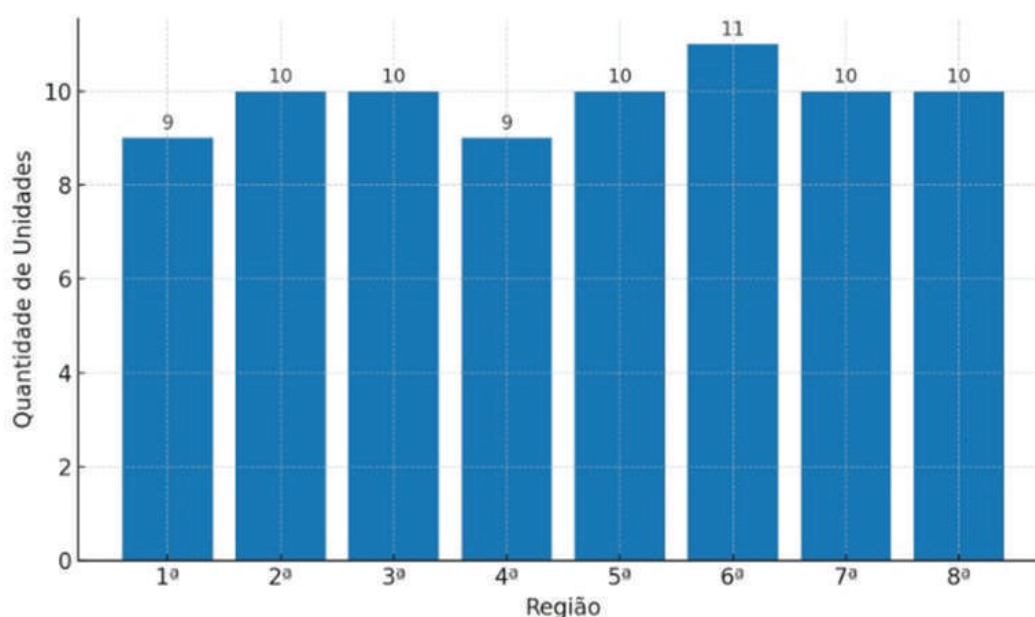
A distribuição das Unidades de Ensino por região em Aracaju revela um cenário relativamente equilibrado, com variação pequena entre as áreas – de 9 a 11 unidades –, o que demonstra o empenho da Rede Municipal em atender todas as regiões da cidade. Essa proximidade nos números é um indicativo positivo de que há um esforço contínuo para reduzir desigualdades territoriais e garantir acesso à educação infantil e ao ensino fundamental próximo das famílias.

As Regiões 06 e 02 concentram o maior número de unidades, com 11 e 10, respectivamente, o que as coloca em posição estratégica para absorver uma demanda expressiva. Regiões como 03, 05, 07 e 08, também com 10 unidades, apresentam boa capacidade de atendimento, contribuindo para uma cobertura educacional ampla e distribuída.

As Regiões 01 e 04, com 9 unidades cada, embora apresentem ligeira desvantagem numérica, mantêm uma rede ativa e com potencial de expansão. Nessas áreas, o desafio é ampliar gradualmente a oferta, sobretudo na etapa de creche, para acompanhar o crescimento da demanda e fortalecer a equidade no acesso.

Esse panorama aponta avanços importantes, especialmente na universalização da Pré-escola, mas também reforça que o fortalecimento da rede – por meio de novas construções, ampliações e melhoria da infraestrutura – continua sendo fundamental. Com planejamento e foco nos territórios de maior vulnerabilidade, Aracaju tem condições de avançar na consolidação de uma política educacional que combina qualidade, acesso e equidade para todas as crianças desde os primeiros anos de vida.

Quadro 9 – Quantidade de escolas por região



Fonte: SIGED 2024/SEMED.

A análise quantitativa da Rede revela que o município vem respondendo, de forma significativa, às demandas da Educação Infantil, especialmente na etapa da Pré-escola (Infantil 4 e 5), que apresenta taxa de cobertura em todas as regiões. Esse cenário demonstra o comprometimento da gestão municipal em assegurar o cumprimento da obrigatoriedade legal da Pré-escola, consolidando essa etapa como um direito efetivado para a infância em Aracaju.

No entanto, o maior desafio ainda se concentra na ampliação da oferta de vagas na etapa de Creche (0 a 3 anos), especialmente no berçário. Apesar dos avanços observados, essa etapa continua sendo a mais restrita em termos de cobertura, tanto pelo número reduzido de vagas disponíveis, quanto pela concentração dessas ofertas, em determinadas regiões. A ampliação das vagas de Creche surge, portanto, como uma estratégia urgente e necessária para promover a equidade no acesso, especialmente nas regiões que hoje apresentam menor capacidade instalada.

Além das questões quantitativas, é fundamental destacar que o crescimento da Rede deve estar associado à melhoria contínua da qualidade do atendimento, garantindo espaços adequados, materiais pedagógicos de qualidade, formação continuada dos profissionais e práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que coloca o brincar, as interações e os direitos de aprendizagem no centro do processo educativo.

O fortalecimento da articulação intersetorial, envolvendo educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança alimentar e urbanismo, constitui um pilar estratégico para assegurar não apenas o acesso à educação, mas também o desenvolvimento integral das crianças. Nesse sentido, o município de Aracaju reúne condições técnicas, institucionais e de planejamento para avançar na expansão da oferta de vagas, com prioridade para os territórios mais vulneráveis, e na consolidação de uma política pública que reconhece e valoriza a primeira infância como prioridade absoluta.

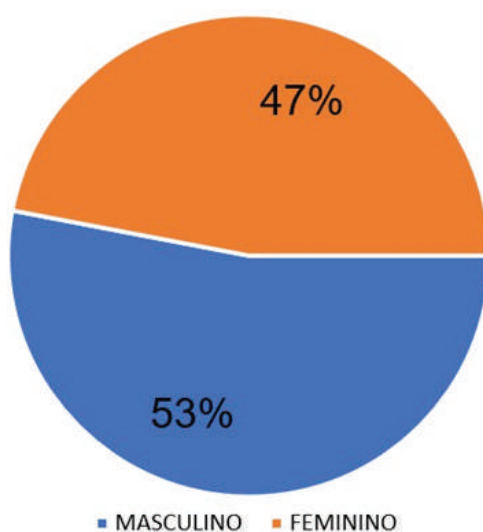
Portanto, os números do Censo Escolar 2024 revelam avanços importantes, sobretudo na etapa da Pré-escola e no 1º Ano do Ensino Fundamental, mas também reforçam o desafio de ampliar e qualificar o atendimento em Creches, garantindo o direito ao desenvolvimento integral das crianças, a equidade territorial e a efetivação dos princípios de uma educação pública, gratuita, inclusiva e de qualidade para todas as crianças de Aracaju.

3.2.3 Perfil das Crianças de 0 a 6 Anos na Rede Municipal de Educação

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, a população infantil de Aracaju, na faixa etária de 0 a 6 anos, é estimada em aproximadamente 49.635 crianças. Deste total, cerca de 51,1% são do sexo masculino e 48,9% do sexo feminino.

Na Rede Municipal de Educação de Aracaju, o número de matrículas na Educação Infantil e no 1º Ano do Ensino Fundamental totalizam 12.755 crianças. Dentre essas, 6.742 (53%) são do sexo masculino e 6.013 (47%) do sexo feminino, conforme ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Número de Matrículas por sexo



Fonte: Censo Escolar 2024, MEC, INEP.

Esses dados permitem observar uma leve predominância de matrículas de meninos em relação às meninas, o que se alinha, de forma geral, à distribuição demográfica por sexo da população, nessa faixa etária, no município.

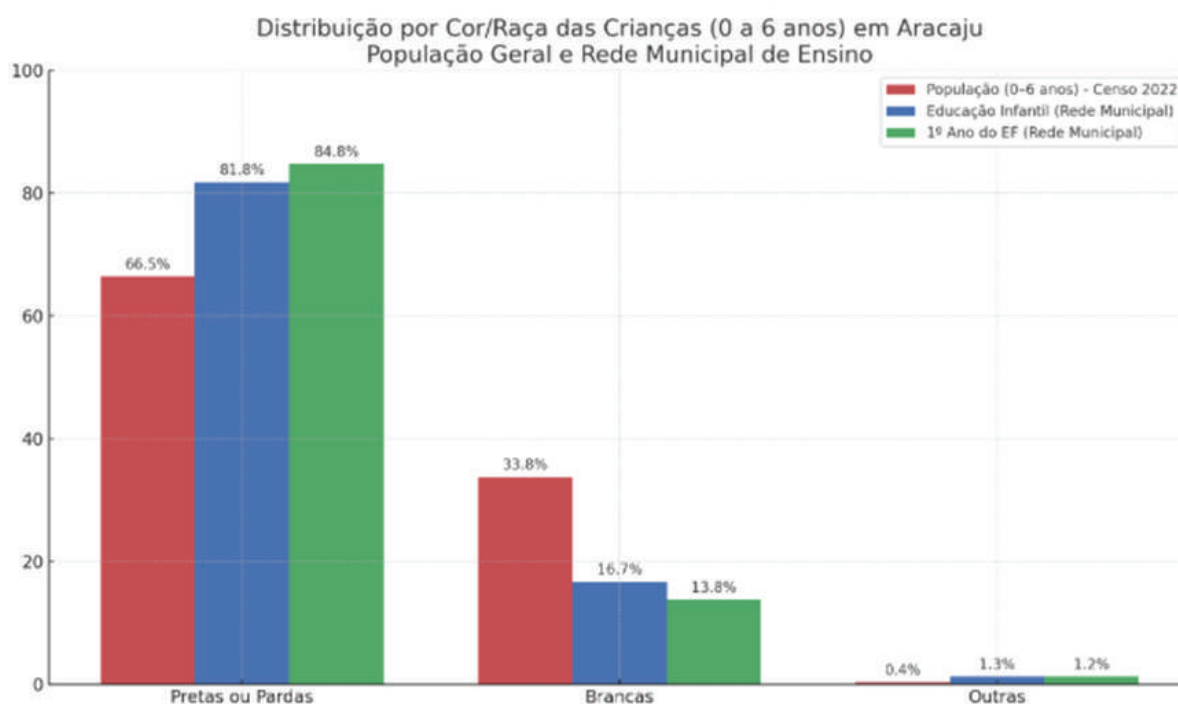
Com base na autodeclaração de cor/raça informada no momento do Censo Demográfico, observa-se que, entre as crianças de 0 a 6 anos, residentes em Aracaju, 56,9% são identificadas como pardas, 33,78% como brancas, 9,57% como pretas, 0,18% como amarelas e 0,18% como indígenas.

No que se refere à Rede Municipal de Educação de Aracaju, dados do Censo Escolar de 2024 indicam que 9.839 crianças estão matriculadas na Educação Infantil, distribuídas entre Creches e Pré-escolas. Dentre essas, 81,8% foram declaradas como pretas ou pardas, 16,7% como brancas, e 1,26% pertencem a outras classificações de cor/raça.

No 1º Ano do Ensino Fundamental, o total de crianças matriculadas é de 2.918, sendo 84,8% autodeclaradas como pretas ou pardas, 13,8% como brancas e 1,25% classificadas em outras categorias.

A partir do gráfico a seguir, é possível observar maior presença de crianças pretas e pardas na Rede Pública Municipal, evidenciando uma expressiva representação em comparação com sua proporção na população geral da faixa etária de 0 a 6 anos. Esses dados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à equidade racial no acesso, permanência e qualidade da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Aracaju.

Gráfico 12 – Distribuição por cor/raça das crianças (0 a 6 anos), em Aracaju, População Geral e Rede Municipal de Ensino



Fonte: Censo 2022.

A oferta de educação em tempo integral na Rede Municipal de Educação de Aracaju representa um importante avanço no atendimento às necessidades das crianças na Primeira Infância, em consonância com os princípios do desenvolvimento integral preconizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) e pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017).

Na Educação Infantil, o atendimento em tempo integral para crianças de 0 a 3 anos é realizado por meio de 116 turmas, alcançando um total de 2.222 crianças. Para a faixa etária de 4 e 5 anos, a oferta em tempo integral está presente em 5 turmas, contemplando 103 crianças. Já no 1º Ano do Ensino Fundamental, o atendimento em tempo integral é ofertado em 2 turmas, atendendo a 52 estudantes.

Quadro 10 – Modalidade de Atendimento Integral x Quantidade de turmas

| Modalidade de atendimento integral | Quantidade de turmas |
|---|----------------------|
| Creche (Crianças de 0 a 3 anos, 11 meses e 29 dias) | 116 |
| Pré-Escola (crianças de 4 e 5 anos, 11 meses e 29 dias) | 5 |
| 1º Ano do Ensino Fundamental | 2 |
| Total | 123 |

A ampliação da oferta de educação integral, especialmente na Primeira Infância, responde aos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), que assegura o direito à educação com vistas ao pleno desenvolvimento da criança em seus aspectos físico, emocional, cognitivo e social. Além disso, a Política Nacional de Educação Infantil nas Diretrizes Curriculares Nacionais ressalta a importância da ampliação da jornada escolar como estratégia para garantir equidade e qualidade no processo educativo.

Nesse sentido, a ampliação progressiva da oferta de tempo integral constitui um eixo estratégico para o fortalecimento da Rede Municipal de Ensino, especialmente no que se refere à promoção de uma educação que respeite os direitos de aprendizagem, o brincar e a proteção integral das crianças, conforme previsto no Marco Legal da Primeira Infância (BRASIL, 2016).

3.2.4 Educação Especial na Rede Municipal: Edificando Caminhos de Inclusão desde a Primeira Infância

A Educação Especial na Primeira Infância constitui um componente indispensável para a efetivação de uma educação pública inclusiva, equitativa e de qualidade. Ao reconhecer a diversidade presente nas infâncias, essa modalidade assegura o atendimento às crianças público-alvo da educação especial, desde os primeiros anos de vida, considerando suas singularidades, potencialidades e necessidades específicas.

Na Rede Municipal de Ensino de Aracaju, esse compromisso se materializa na oferta de práticas pedagógicas inclusivas e no fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando à promoção do desenvolvimento integral em contextos acessíveis, acolhedores e de qualidade. De acordo com a legislação vigente (BRASIL, 2008), são consideradas público-alvo da educação especial as crianças com deficiência (física, intelectual, auditiva, visual, surdocegueira e múltiplas deficiências), com transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação. Garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem a essas crianças, desde a Primeira Infância, é assegurar, na prática, o direito à educação como fundamento para uma sociedade mais justa, inclusiva e diversa.

Ao reconhecer que a diversidade é constitutiva da infância, a educação especial deve estar integrada ao cotidiano das Instituições de Educação Infantil, com práticas pedagógicas acessíveis, ambientes acolhedores e recursos de apoio que favoreçam a participação e a aprendizagem de todas as crianças, conforme os princípios estabelecidos pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010).

A educação especial na Primeira Infância, ancorada no paradigma da inclusão, compreende que o desenvolvimento infantil ocorre em contextos relacionais e interativos, nos quais a singularidade de cada criança é respeitada como parte de sua identidade. Segundo Vygotsky (1997), a mediação social e a oferta de experiências significativas são elementos fundamentais para o avanço das funções psicológicas superiores, o que implica garantir, desde cedo, o acesso a ambientes educativos ricos, responsivos e afetivamente seguros. Nesse sentido, a presença das crianças público-alvo da educação especial, em contextos escolares inclusivos, é essencial para que elas possam construir vínculos, desenvolver a linguagem, ampliar sua autonomia e exercer plenamente o direito à infância.

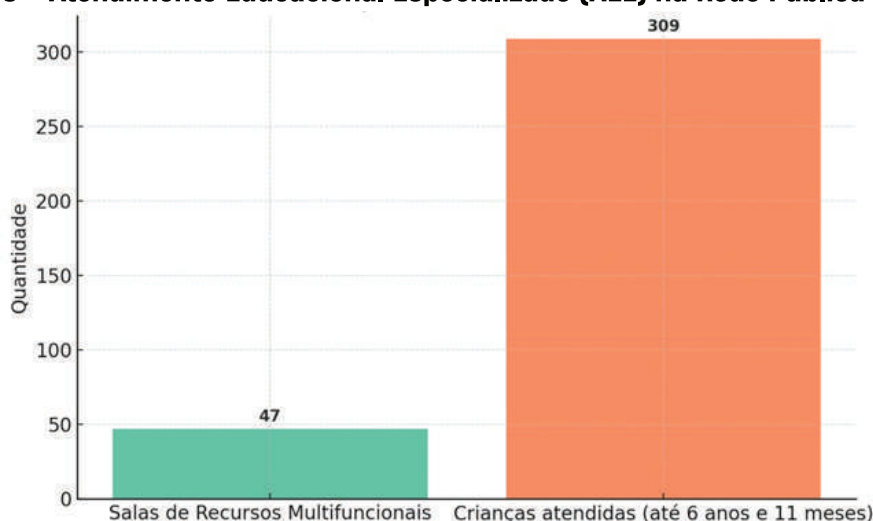
O Censo Escolar 2024 indica que há, no total, 1.018 crianças de até 6 anos de idade, público-alvo da educação especial, inseridas diretamente nas turmas regulares da Educação Infantil e do 1º Ano do Ensino Fundamental na Rede Pública Municipal. Esses dados refletem o compromisso do município com a construção de uma educação que valoriza a diversidade e garante o direito de aprender e conviver em ambientes inclusivos.

O AEE (Atendimento Educacional Especializado), conforme definido na política nacional, deve ser oferecido de forma complementar ou suplementar ao ensino comum, com foco na construção de estratégias pedagógicas individualizadas, que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada criança. Glat e Blanco (2007) destacam que esse atendimento deve ser articulado com os demais profissionais da unidade escolar e com as famílias, promovendo ações integradas que favoreçam a inclusão efetiva. Dessa forma, a atuação intersetorial, envolvendo educação, saúde, assistência social e direitos humanos, é indispensável para garantir um processo educativo integral.

A Rede Municipal de Ensino de Aracaju tem buscado garantir o direito à educação inclusiva para crianças da Primeira Infância. Atualmente, são 47 Salas de Recursos Multifuncionais em funcionamento, destinadas ao AEE, nas quais são atendidas 309 crianças de até 6 anos e 11 meses, público-alvo da educação especial, matriculadas na Educação Infantil e no 1º Ano do Ensino Fundamental. Esses espaços são organizados com materiais didáticos acessíveis, tecnologia assistiva, mobiliário adaptado e profissionais especializados, com o objetivo de eliminar barreiras no processo de escolarização e promover o desenvolvimento global das crianças.

A existência dessas 47 Salas de Recursos Multifuncionais, atendendo a 309 crianças AEE, reflete o fortalecimento da política de suporte pedagógico complementar, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e as diretrizes do Decreto n.º 7.611/2011, que assegura o AEE como um serviço complementar e não substitutivo à escolarização.

Gráfico 13 – Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Rede Pública Municipal



Fonte: Censo Escolar 2024, MEC, INEP/SEMED

A comparação entre o total de crianças inseridas nas turmas regulares (1.018) e aquelas que frequentam o AEE (309) sugere que uma parcela considerável dessas crianças não acessa, ou não demanda, neste momento, o atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais. Esse dado pode estar associado a múltiplos fatores, como: perfis e especificidades dos estudantes; processos de avaliação e identificação em andamento; desafios na ampliação da capacidade das salas de recursos; opções pedagógicas alinhadas às necessidades específicas de cada criança, com apoio direto no contexto da sala de aula regular.

A consolidação da educação especial na Primeira Infância, como parte integrante da política educacional do município, exige investimentos contínuos em formação docente, gestão democrática e infraestrutura acessível. Mais do que garantir a matrícula, é necessário assegurar condições reais de permanência, participação e aprendizagem com qualidade. Ao promover o direito à educação de todas as crianças, com ênfase nas crianças público-alvo da educação especial, Aracaju reafirma seu compromisso com a equidade, a justiça social e a valorização da infância em sua diversidade.

3.2.5 Políticas Educacionais para Diversidade: Promovendo Inclusão e Respeito na Escola

Garantir a qualidade da Educação Infantil significa, também, investir na formação inicial e continuada de professores(as), cuidadores(as) e equipes gestoras, reconhecendo o papel fundamental que exercem no cotidiano das crianças. É por meio de práticas pedagógicas sensíveis, qualificadas e comprometidas com os direitos das infâncias que se promove o desenvolvimento integral, físico, emocional, intelectual, social e ético, desde os primeiros anos de vida.

A Secretaria Municipal da Educação de Aracaju (SEMED) desenvolve políticas educacionais fundamentadas na promoção da diversidade, na garantia dos direitos humanos, na valorização das diferenças e na construção de uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, desde a Primeira Infância. Essas ações são orientadas pelos princípios da equidade, da justiça social, do respeito às identidades culturais, étnico-raciais, de gênero, territoriais e das infâncias, em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Marco Legal da Primeira Infância e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Um aspecto essencial das políticas educacionais do município é a articulação intersetorial, que assegura que essa política de inclusão esteja alinhada às diretrizes das demais áreas, especialmente saúde, assistência social e direitos humanos. Essa integração visa garantir não apenas o acesso à educação, mas também o desenvolvimento integral das crianças, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e o pleno exercício da cidadania, desde os primeiros anos de vida.

Entre as ações intersetoriais, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS), que tem como objetivo promover a atenção integral às crianças no ambiente escolar, por meio de ações de prevenção, promoção da saúde e cuidados básicos. O programa contempla atividades como atualização do calendário vacinal, avaliações nutricionais, saúde bucal, saúde mental, prevenção de doenças e combate à violência, contribuindo diretamente para o desenvolvimento saudável das crianças da Educação Infantil.

Além do PSE, a SEMED implementa projetos pedagógicos que reforçam o compromisso com a proteção e valorização da diversidade. O Projeto “Pipo e Fifi”, tem como foco a prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças, oferecendo materiais pedagógicos e ações formativas junto às Unidades de Ensino, com o objetivo de fortalecer a cultura da proteção, desenvolver competências de autoproteção e construir ambientes educativos seguros, acolhedores e livres de violências.

No campo da diversidade étnico-racial e cultural, o Projeto “Curumim – Construindo uma Educação Antirracista”, desenvolvido pela Secretaria Municipal da Educação de Aracaju (SEMED), exerce papel fundamental na promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e a valorização da diversidade. Trata-se de uma iniciativa que tem como foco a formação continuada dos profissionais da educação para as relações étnico-raciais, alinhada às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O projeto visa combater estereótipos, desconstruir preconceitos e enfrentar o racismo estrutural, ao mesmo tempo em que fortalece o reconhecimento e a valorização das culturas africanas, afro-brasileiras, quilombolas e indígenas, no ambiente escolar.

Dessa forma, o projeto contribui, significativamente, para o combate à invisibilidade social e para a promoção do respeito às diferentes identidades culturais presentes na sociedade aracajuana, especialmente no que se refere às infâncias negras, quilombolas, indígenas e de outras minorias étnico-raciais, promovendo uma educação mais justa, inclusiva e antirracista, desde os primeiros anos de vida.

A implementação de projetos como o “Pipo e Fifi”, o “Curumim” e do Pro-grama Saúde na Escola (PSE) revela o compromisso da gestão educacional municipal com uma abordagem interseccional, que reconhece os múltiplos marcadores sociais que atravessam a infância. Essas iniciativas são fundamentais para a construção de ambientes educativos inclusivos, seguros e sensíveis à diversidade, que respeitam as infâncias em sua pluralidade, contribuem para o desenvolvimento integral das crianças, fortalecem vínculos familiares e comunitários, previnem violências e promovem o exercício pleno da cidadania, desde os primeiros anos de vida.

A orientação parental nas escolas tem se consolidado como uma estratégia fundamental para fortalecer os vínculos familiares e apoiar o desenvolvimento integral das crianças na Primeira Infância. Projetos como a Parentalidade Positiva promovem a construção de relacionamentos familiares baseados no afeto, no diálogo e no respeito mútuo, valorizando práticas educativas que favorecem a autonomia, a autoestima e o bem-estar emocional dos pequenos. Essa abordagem busca capacitar pais, mães e responsáveis a lidarem, de forma mais positiva e consciente, com os desafios do cotidiano, contribuindo para ambientes familiares mais saudáveis e colaborativos, que refletem diretamente no desempenho e na felicidade das crianças na escola.

Outro exemplo importante é o Programa Papai Tá Aqui, que estimula a participação ativa dos pais na vida escolar e na rotina dos filhos, fortalecendo a presença masculina no cuidado e na educação, desde os primeiros anos. Ao promover oficinas, rodas de conversa e atividades de integração, o projeto valoriza a corresponsabilidade familiar, combatendo estereótipos e reforçando a importância do envolvimento paterno no desenvolvimento infantil. Essas iniciativas refletem o compromisso da Rede Municipal em promover não apenas a aprendizagem formal, mas também o fortalecimento das relações familiares, como base para uma educação integral e inclusiva.

Nesse sentido, as políticas educacionais para a diversidade, desenvolvidas pela Secretaria Municipal da Educação de Aracaju, reafirmam a centralidade da Educação Infantil como espaço de proteção social, de promoção de direitos e de construção de uma sociedade mais justa, plural, diversa e equitativa.

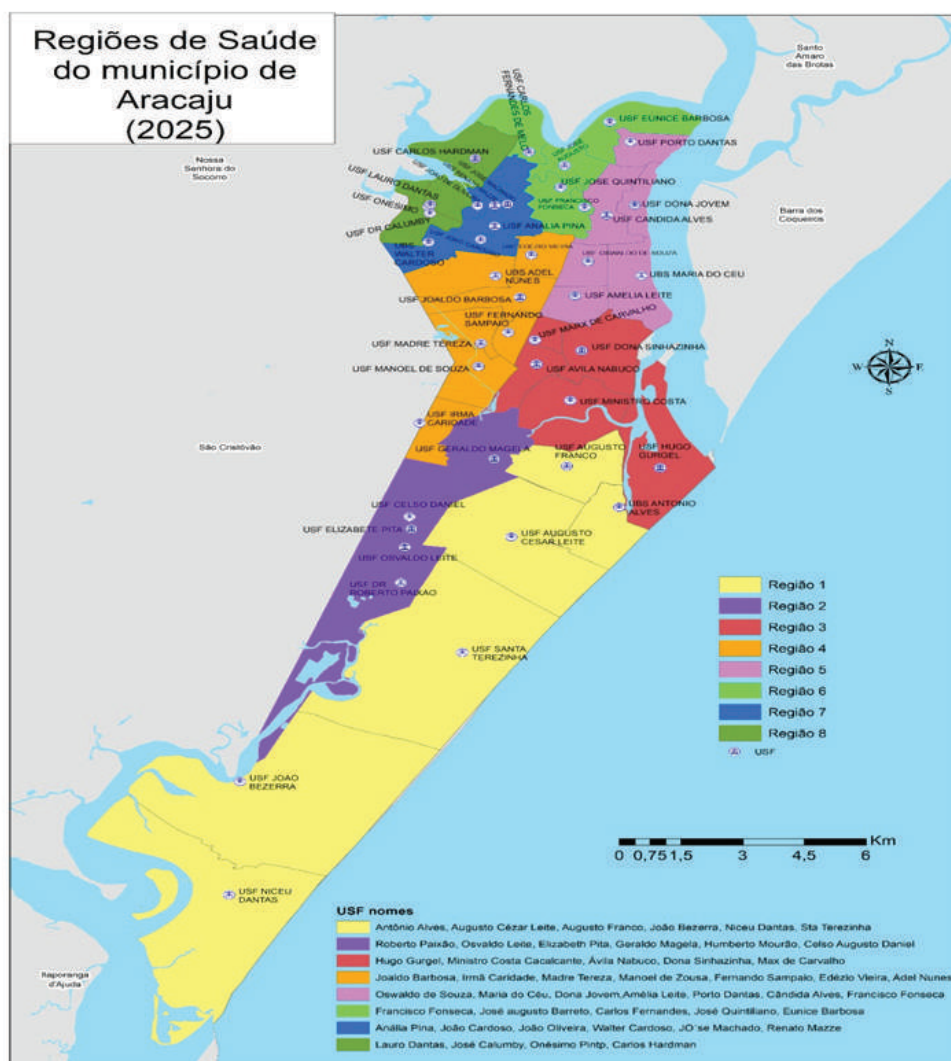
Aracaju tem avançado de forma consistente na construção de uma Rede Pública de Ensino mais inclusiva e sensível às diferenças, embora permaneça o desafio e a oportunidade de continuar investindo na eliminação de barreiras, no aprimoramento dos serviços de apoio e na consolidação de uma cultura de valorização da diversidade, desde a Primeira Infância.

A parceria com as famílias e comunidades é essencial para o fortalecimento da Educação Infantil em Aracaju. É no diálogo com mães, pais, responsáveis e lideranças comunitárias que se constroem relações de confiança e pertencimento, criando redes de apoio ao crescimento saudável e feliz das crianças.

3.3. Panorama da saúde na Primeira Infância: desafios e potencialidades em Aracaju

A Rede de Atenção à Saúde de Aracaju organiza-se por meio de divisões territoriais denominadas Regiões de Saúde, as quais comportam, prioritariamente, os serviços de Atenção Primária à Saúde, os serviços de Atenção Psicossocial, Ambulatorial Especializada e de Atenção às Urgências e Emergências existentes na rede são referências para as regiões de saúde, não sendo específicas de cada território regional. Considerando a necessidade e a importância do trabalho intersectorial, houve a iniciativa das Secretarias Municipais unificarem a divisão territorial como base administrativa comum e coerente com os objetivos das diversas áreas (saúde, educação, assistência social etc.), otimizando assim os processos organizativos intersectoriais e de oferta integral de ações e serviços à população aracajuana. Nessa conformação territorial, temos atualmente em Aracaju 08 regiões.

Mapa 3 – Regiões de Saúde em Aracaju



Fonte: SMS 2025.

A Rede de Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, seguindo os seguintes princípios (STARFIELD, 2002): primeiro contato; longitudinalidade; integralidade; coordenação; abordagem familiar; enfoque comunitário, tendo em vista atender às necessidades e expectativas de usuários; aumentar a qualidade do cuidado; e o mais importante atuar no diagnóstico precoce. Contribuir na implementação dos projetos e das políticas estabelecidas e pactuadas no Plano Municipal de Saúde, nas instâncias deliberativas e de caráter tripartite da saúde (com a participação de municípios, estado e governo federal). Deve também realizar diagnóstico situacional e monitorar situações que envolvem o desenvolvimento do trabalho nas Unidades de Saúde da Família (USF).

As USF são as portas de entrada preferenciais do Sistema Único de Saúde (SUS) e tem por finalidade oferecer o primeiro contato às pessoas, quando procuram o atendimento de saúde. Deve trabalhar com acolhimento das necessidades de saúde, inclusive no território, por meio das equipes de saúde da família, equipes de saúde bucal e demais profissionais de saúde da Atenção Primária.

Em Aracaju, as Unidades de Saúde da Família (USF) ofertam de maneira geral: consultas médicas, de enfermagem e odontológicas. Tem-se também acolhimento dos usuários pelos assistentes sociais que, embora não façam parte da conformação mínima da Equipe de Saúde da Família, desempenham um papel de suma importância na Estratégia. Algumas USF são consideradas de referência para as demais por ofertarem também: consultas de Pediatria, Ginecologia e Saúde Mental (psicologia e psiquiatria);

Unidades Produtivas: são compostas por ofertas de procedimentos como injeções, curativos, vacinas e coleta de exames laboratoriais. Nas Unidades de Saúde da Família, existem também salas de observação para atendimento de casos agudos ou de demanda espontânea que necessitem de atendimento imediato;

Referências: a partir dos atendimentos e condutas dos profissionais das Unidades de Saúde da Família, há uma estação informatizada de marcação de consultas especializadas, exames laboratoriais e de diagnóstico, localizada na recepção, a qual gerencia a liberação das vagas para os usuários vinculados àquelas Unidades de Saúde da Família, pelo Núcleo de Controle, Avaliação e Regulação – NUCAR;

Assistência Farmacêutica Básica: Considerando a Relação Municipal de Medicamentos, há, nas Unidades de Saúde da Família de Aracaju, farmácias básicas que dispensam medicamentos e alguns insumos sob exigência de prescrição médica ou odontológica. Algumas farmácias básicas da Rede são referências para dispensação de medicamentos psicotrópicos, as quais respeitam as exigências da Portaria n.º 344/98 ANVISA. Atualmente, algumas Unidades de Saúde da Família têm esta característica e servem de referência para as demais que não realizam este tipo de serviço.

Educação em Saúde: Tanto no âmbito territorial quanto no próprio espaço das Unidades de Saúde da Família, há uma proposta de ação coletiva, espaços para o diálogo entre os profissionais de saúde e os usuários do serviço sobre temas de relevância para a saúde individual e coletiva, como por exemplo, aqueles voltados para doenças crônicas (diabetes, hipertensão arterial, obesidade, amamentação), doenças infectocontagiosas (tuberculose, influenza, sífilis, hepatite, AIDS), cuidado com o corpo, a mente e o bem-estar biopsicossocial, temas relacionados às principais doenças e agravos que são abordados principalmente em datas ou meses específicos.

Na Rede de Atenção Primária no município de Aracaju, são atualmente 45 UBS, onde compartilham 149 equipes de saúde da família e 69 equipes de saúde bucal, 16 pólos da academia da saúde, programas de saúde na escola.

Esse quantitativo atende 85% da população aracajuana, por isso é necessária a construção de Unidades de Saúde da Família e ampliação das equipes de saúde da família e de saúde bucal.

3.3.1 Rede de Atenção Psicossocial (REAPS)

A Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju (REAPS) tem as seguintes atribuições: gestão da clínica de gestão administrativa dos serviços de saúde mental do município, perpassando a gestão administrativa, respostas às demandas judiciais, consolidação de indicadores, planejamento e execução da política de saúde mental, acompanhamento de convênios e contratos ligados à atenção psicossocial, além das diversas frentes ligadas ao modelo de cuidado proposto para a Rede.

3.3.2 Rede de Atenção Especializada (REAE)

A Rede ambulatorial especializada é composta pelo Centro de Especialidades Médicas de Aracaju (CEMAR) Siqueira Campos, com serviços de atenção especializada em oftalmologia, cardiologia, endocrinologia, neurologia dentre outras, além do Centro de Especialidade Odontológica (CEO).

Centro de Especialidades Médicas da Criança e do Adolescente – CEMCA – oferece assistência multidisciplinar no nível de média complexidade, com ações curativas e de reabilitação, em 11 especialidades médicas para a criança, a saber: cardiologia, alergia/imunológica, gastroenterologia, pneumologia, cirurgia pediátrica, ortopedia, otorrinolaringologia, homeopatia, endocrinologia, neurologia, neonatologia, bem como a prestação dos serviços de enfermagem, nutrição, serviço social, fonoaudiologia, psicologia e psicopedagogia. O serviço também oferece consultas e os procedimentos de bota gessada e identificação de deficiências ou anomalias genéticas;

Centro Especializado em Reabilitação – CER II – presta assistência a usuários que necessitam de reabilitação física e intelectual e transtorno do espectro autista, através de cuidado com equipe multiprofissional e interdisciplinar (fisioterapia neurológica adulto e pediátrica; fisioterapia ortopédica; terapia ocupacional adulto e infantil; fonoaudiologia adulto e infantil; serviço social, psicologia, nutrição e enfermagem, neuropediatria e ortopedia)

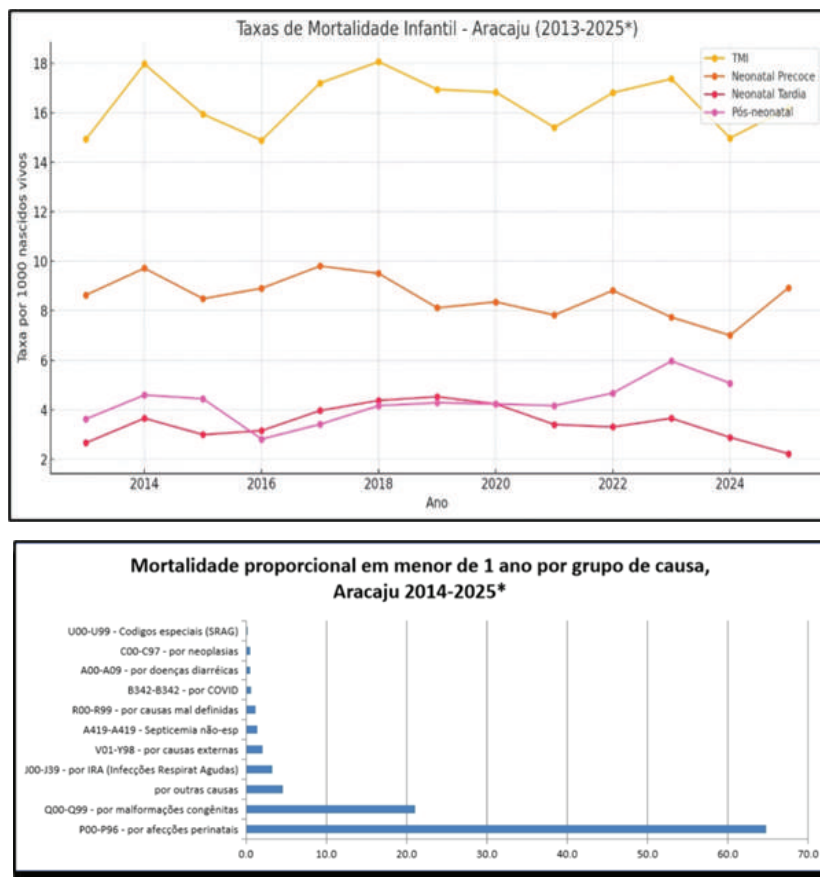
3.3.3 Rede de Atenção às Urgências e Emergências (REUE)

Em conformidade com as diretrizes da Política Nacional, a Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju (SMS) desenvolveu uma política de implantação e implementação de serviços, organizada a partir de uma Rede Assistencial com equipamentos de saúde de urgências e emergências, com complementaridade de outras Redes Assistenciais (Rede de Atenção Primária, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Atenção Especializada e Rede de Atenção à Saúde do trabalhador).

A REUE possui 02 Equipamentos próprios: o Hospital Dr. Nestor Piva (Zona Norte) e o Hospital Desembargador Fernando Franco (Zona Sul), que fazem importante interface com a política da Rede Hospitalar de Aracaju.

Para uma análise de qualidade dos nascidos vivos, é necessária a reflexão de como está sendo realizado a assistência ao pré-natal que tratamos na quantidade de 07 ou mais consultas, durante a gestação e sua característica em adequado. Lembrando que esse indicador refere-se à Pactuação Interfederativa e que, de acordo com a Portaria GM/MS N.º 5.350, DE 12 DE SETEMBRO DE 2024, foi instituído o Programa Rede Alyne que estabelece o indicador de Proporção de gestantes com, pelo menos, 7 (sete) consultas pré-natal realizadas, sendo a 1ª até a 20ª semana de gestação.

Gráfico 14 – Taxas de Mortalidade Infantil em Aracaju



Fonte: SMS 2025.

Questões como ausência de serviços básicos de saneamento e saúde, especialmente o atendimento pré-natal e a assistência ao parto e pós-parto, contribuem decisivamente para o aumento da TMI nos municípios e demonstram a falta de políticas públicas que promovam o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento integral das crianças. A concentração de renda, baixa escolaridade dos pais, baixo peso ao nascer e não exclusividade do aleitamento materno, nos primeiros seis meses de vida da criança, também determina o aumento da mortalidade infantil.

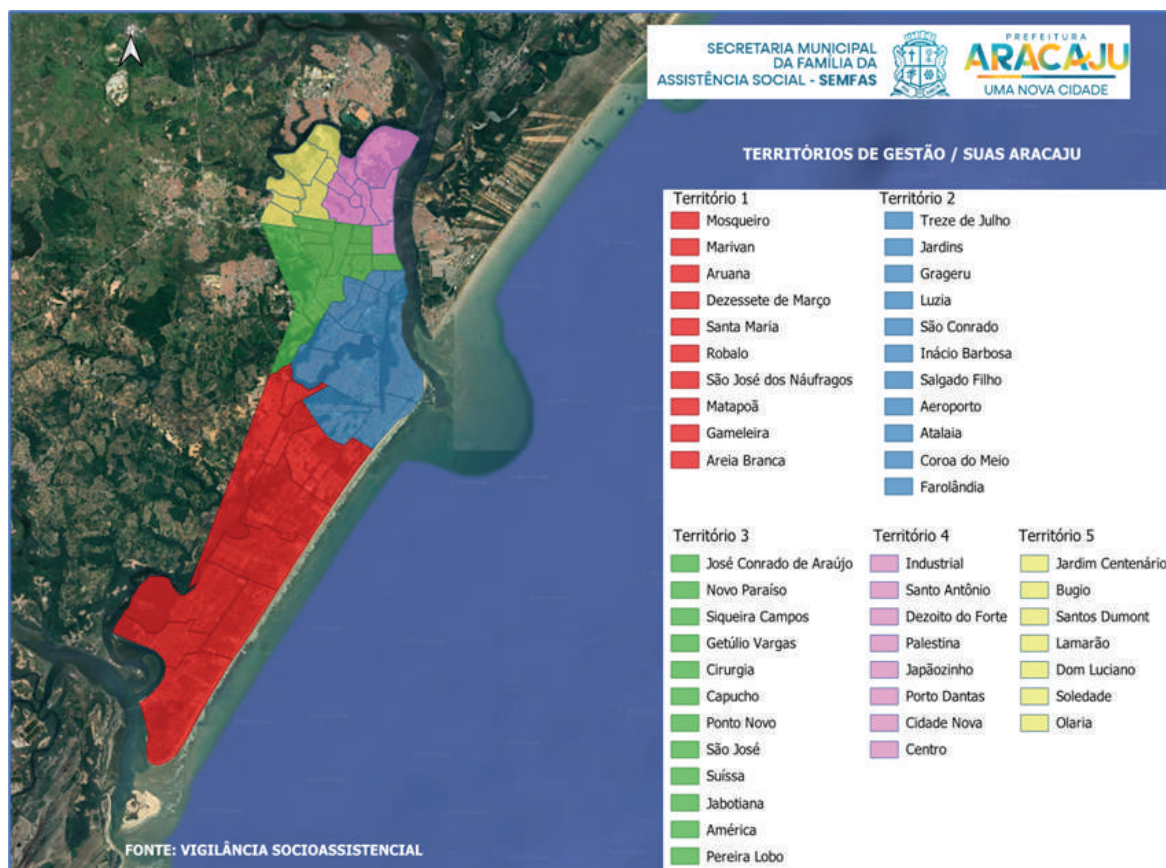
Todas essas frentes necessitam de intervenção governamental, nas esferas municipal, estadual e federal. A mortalidade infantil pode ser reduzida a partir de medidas simples e relativamente sem custos altos, tais como: ampliação das equipes de Atenção Primária, suplementação nutricional, vacinação de mães e filhos, entre outras ações.

3.4 A Rede de Assistência Social e o Cuidado com a Primeira Infância em Aracaju

Atualmente, a Política de Assistência Social é ofertada no município de Aracaju em dois níveis de Proteção Social (Básica e Especial), nos 05 territórios de gestão, constituídos por áreas de abrangência dos Equipamentos Socioassistenciais, geolocalizados em diferentes bairros da cidade. A territorialização e a matricialidade sociofamiliar são dois indicadores relevantes para a execução dos serviços públicos que são ofertados nos Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referências Especializados da Assistência Social (CREAS).

Destarte, não temos Unidades de atendimentos exclusivos para a faixa etária da Primeira Infância (0 a 6 anos), e sim os atendimentos buscam referenciar a família (nuclear ou extensa) e o local de residência dessa criança. Já em relação as nossas Unidade de Acolhimento Institucional, temos 01 (um) Abrigo Municipal exclusivo para crianças e 03 (três) Casas Lares para crianças e adolescentes. Segue abaixo o mapa indicativo dos nossos Territórios de Gestão:

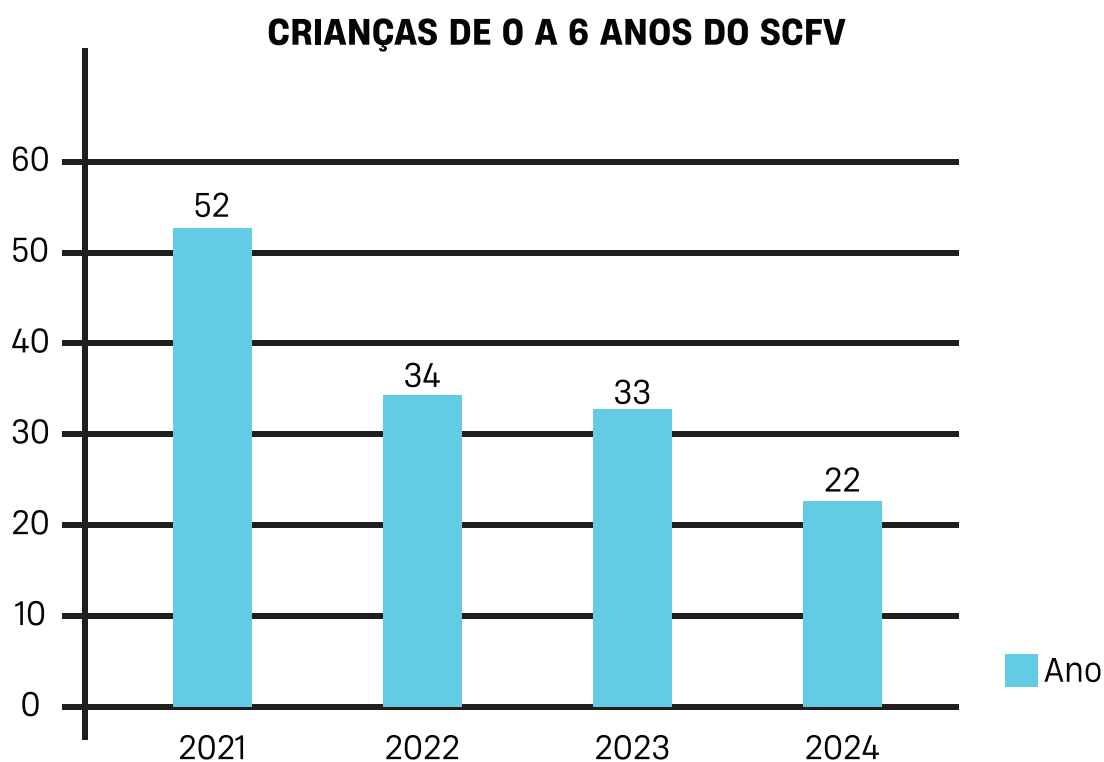
Mapa 4 – Territórios de Atendimento da SEMFAS



3.4.1 Proteção Social Básica

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é ofertado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, que tem por objetivo complementar o trabalho social desenvolvido com as famílias desse grupo etário pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), cuja meta principal é prevenir a ocorrência de situações de risco social e fortalecer a convivência familiar e comunitária junto das crianças acompanhadas. As atividades são planejadas para estimular a expressão de potencialidades, tanto individuais quanto coletivas, e podem incluir oficinas de arte, música, dança, esporte, lazer, além de atividades que abordem temas como direitos e deveres, cidadania, meio ambiente e cultura.

Gráfico 15: Quantitativo de crianças de 0 a 6 anos de idade, atendidas, mensalmente, pelo Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV)



Fonte: Registro Mensal de Atendimentos (RMA), SAGI/MDS

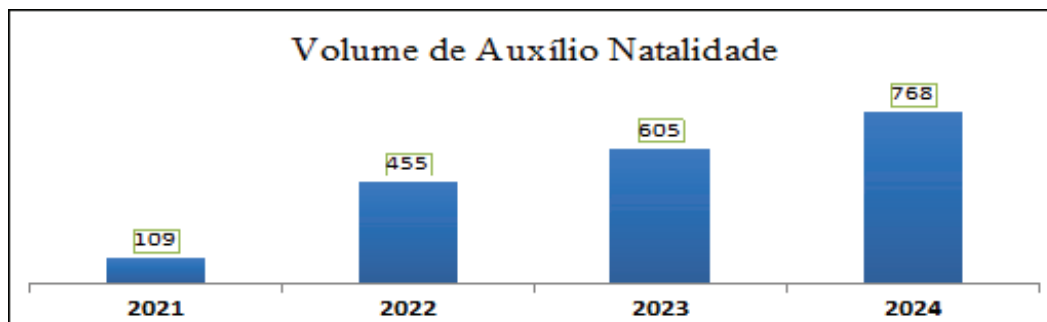
3.4.2 Programa Criança Feliz (PCF)

É uma importante ferramenta para que famílias com gestantes e crianças com até 3 anos, e/ou pessoas com deficiência até 6 anos, ofereçam, aos seus pequenos, meios para promover seu desenvolvimento integral, parentalidade positiva e fortalecimento de vínculos com a sociedade. O Programa é executado mediante visitas domiciliares, e leva em consideração o contexto de vida e familiar, além da integração das políticas de atenção à Primeira Infância no território para esse público. Desde 2021, o Programa acompanha, mensalmente, 100 crianças inseridas no CadÚnico, moradoras do Bairro Santa Maria, cujas famílias são referenciadas pelo CRAS da região. Em dezembro de 2024, tivemos como beneficiários do PCF: 96 crianças de 0 a 36 meses; 02 gestantes e 02 crianças de 37 a 72 meses (que recebem o BPC – Benefício da Prestação Continuada).

3.4.3 Benefício Eventual por Nascimento

Os Benefícios Eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. O Benefício Eventual por Nascimento, também conhecido como auxílio natalidade, é um benefício assistencial concedido a mães ou a seus representantes legais em casos de nascimento, natimorto ou morte materna logo após o parto. Ele pode ser oferecido em dinheiro (pecúnia) ou em bens de consumo, como um enxoval para o bebê.

Gráfico 16: Quantitativo de benefícios eventuais concedidos

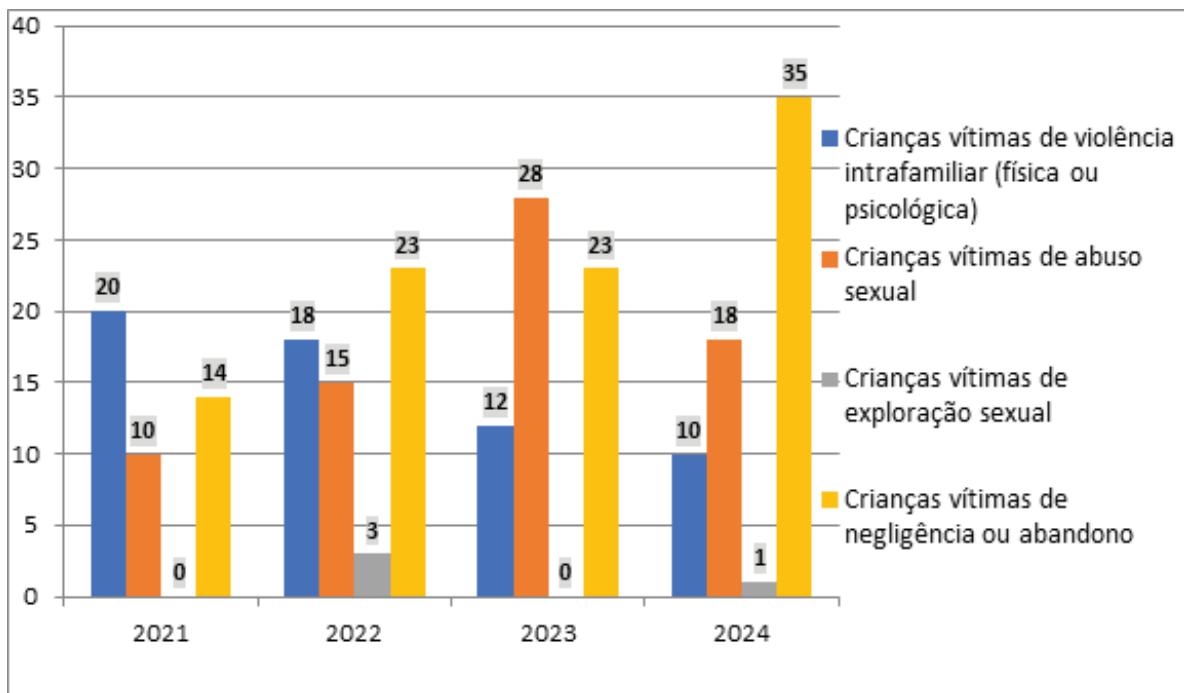


Fonte: Registro Mensal de Atendimento (RMA), SAGI/MDS

3.4.4 Proteção Social Especial

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é oferecido nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O mesmo visa atender a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados ou que se encontram em situação de risco social, oferecendo apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações. Em resumo, o PAEFI é um serviço de proteção social especial de média complexidade que trabalha com casos mais graves de violação de direitos, buscando a recuperação e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, além de promover a garantia de direitos.

Gráfico 17: Quantitativo de crianças de 0 a 6 anos de idade, em situação de violência ou violação de direitos, atendidas nos 04 CREAS



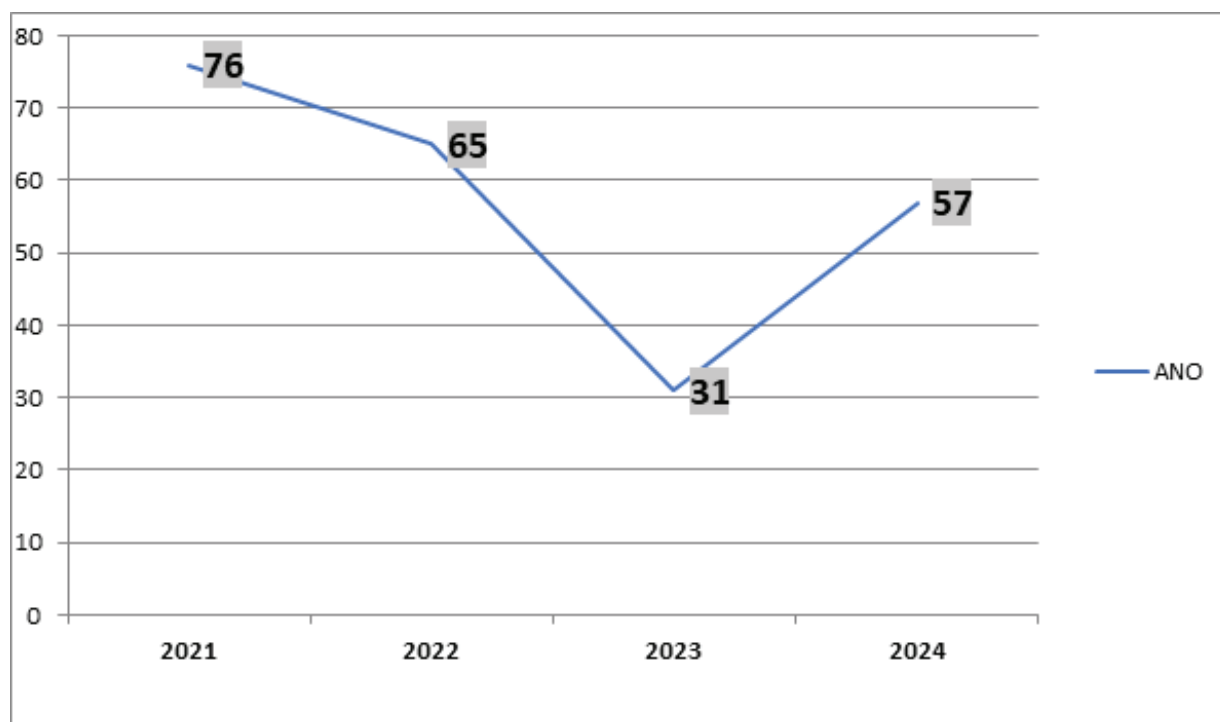
Fonte: Registro Mensal de Atendimentos (RMA), SAGI/MDS

No período apontado no gráfico acima, 230 crianças, de 0 a 6 anos, foram acompanhadas junto com suas famílias no PAEFI, a partir da incidência das violências vivenciadas no ambiente familiar/comunitário. Do quantitativo indicado, 60 crianças foram vítimas de violência física e/ou psicológica no âmbito familiar, 71 foram abusadas sexualmente, 04 foram vítimas de exploração sexual e 95 foram negligenciadas ou abandonadas.

O serviço de Acolhimento Institucional para o público da Primeira Infância é realizado no Abrigo Sorriso, com capacidade máxima para 20 crianças acolhidas na Unidade. O serviço é ofertado em ambiente acolhedor e com condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. As crianças acolhidas estão com medidas protetivas por determinação judicial, em decorrência de violação de direitos (abandono, negligência, violência) ou pela impossibilidade de cuidado e proteção por sua família.

O afastamento da criança ou da família deve ser uma medida excepcional, aplicada apenas nas situações de grave risco à sua integridade física e/ou psíquica. O objetivo é viabilizar, no menor tempo possível, o retorno seguro ao convívio familiar, prioritariamente na família de origem e, excepcionalmente, em família substituta (por meio de adoção, guarda ou tutela). O serviço deve estar voltado para a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes. Abaixo, apresentamos o volume de crianças acolhidas em nossa Unidade de acolhimento destinada à faixa etária da Primeira Infância.

Gráfico 18: Quantitativo de crianças, de 0 a 6 anos de idade, acolhidas no Abrigo Sorriso, no período indicado abaixo



Fonte: RMA/Vigilância Socioassistencial / SEMFAS

3.4.5 Cadastro Único

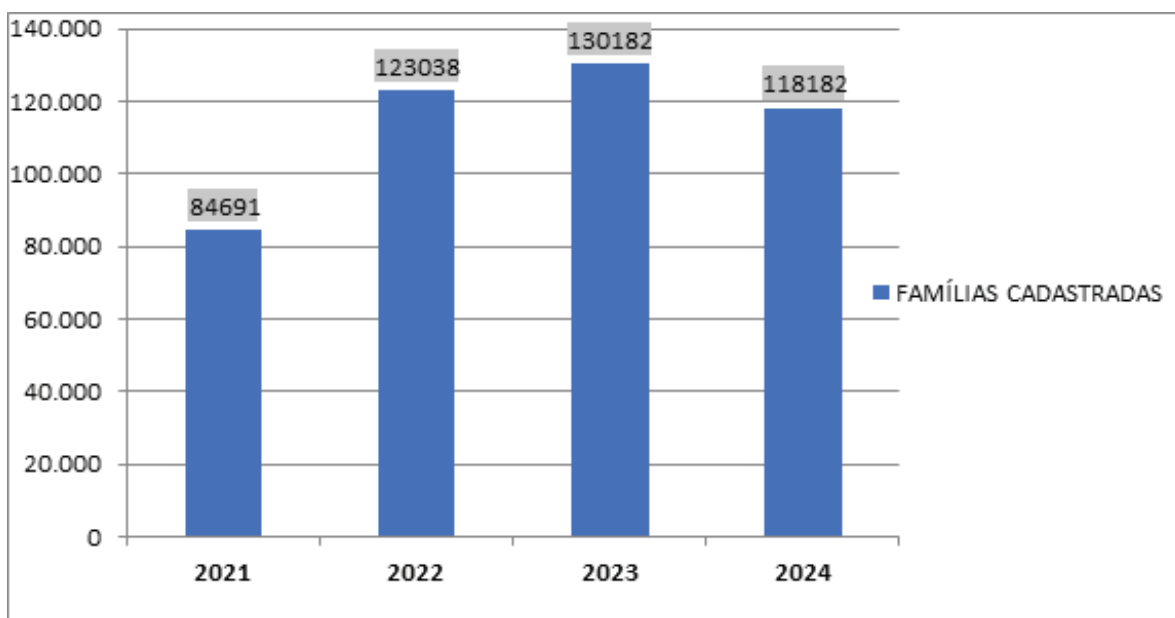
É o registro público eletrônico que tem a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda e está previsto na Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Assim, com base no Art. 6º- F (incluído pela Lei n.º 14.284, de 2021 e, a partir da alteração da redação dada pela Lei n.º 14.601, de 2023), podemos afirmar que o CadÚnico coleta informações que caracterizam a condição socioeconômica e territorial das famílias, de forma a reduzir sua invisibilidade social e com vistas a identificar suas demandas por políticas públicas.

O Cadastro Único proporciona uma visão abrangente da parcela mais vulnerável da população brasileira, permitindo que os governos, em todos os níveis, saibam quem são essas famílias, onde vivem, suas condições de vida e suas necessidades. Essa base de dados facilita o desenvolvimento de novos programas sociais, a organização da oferta de programas e serviços para essas famílias e a seleção de beneficiários, de maneira eficiente e segura.

Atualmente, o Cadastro Único é o principal instrumento do estado brasileiro utilizado para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em Programas Federais, sendo usado para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, do Pé-de-meia, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Auxílio Gás, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Além disso, ele também serve como critério para a seleção de beneficiários de programas oferecidos pelos governos estaduais e municipais.

O município de Aracaju possui 18 postos fixos de atendimento ao Cadastro Único, funcionando 16 nos CRAS, 01 no Centro POP e um no território do Bairro Matapuã. Segue abaixo o quantitativo de famílias cadastradas no CadÚnico, nos últimos 04 anos:

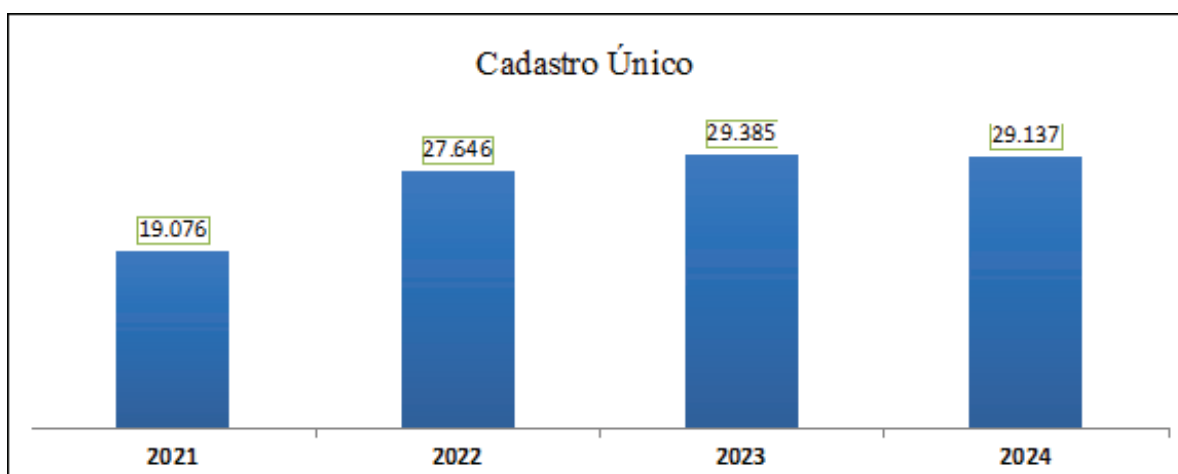
Gráfico 19: Quantitativo de famílias cadastradas no Cadastro Único na base do mês de dezembro de cada ano



Fonte: Vigilância Socioassistencial/SEMFAS

O município de Aracaju, assim como demais municípios do Brasil, passou por um processo de crescimento em relação ao número de famílias cadastradas no Cadastro Único. Em 2021, Aracaju possuía 84.691 inseridas na base do Governo Federal. Em 2022, o número de famílias chegou a 123.038. Já em 2023, Aracaju alcançou o recorde no número de famílias na base de dados do Cadastro Único, chegando a 130.182 inseridas. Em dezembro de 2024, o Cadastro Único em Aracaju sofreu uma redução no número de famílias inscritas, chegando ao quantitativo de 118.182 famílias.

Gráfico 20: Quantitativo de crianças, de 0 a 6 anos, cadastradas na base do mês de Dezembro de cada ano.



Fonte: Vigilância Socioassistencial / SEMFAS.

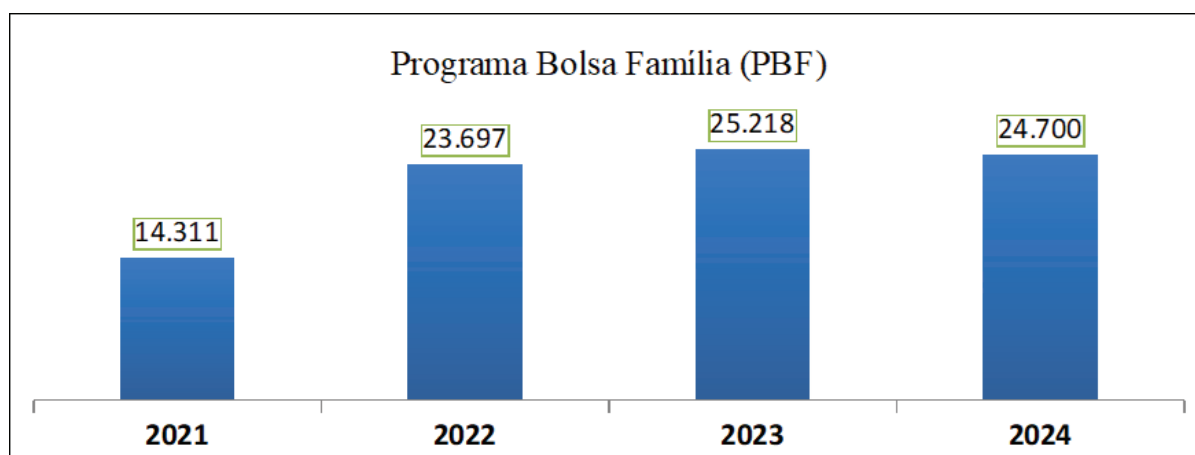
3.4.6 Programa Bolsa Família

É um Programa Social do Governo Federal, instituído pela Lei n.º 14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza, o Programa Bolsa Família busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. O Bolsa Família contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias, também pela atuação em ações complementares, por meio de articulação com outras políticas, para superação da pobreza e transformação social, tais como: assistência social, esporte, ciência e trabalho.

Quando uma família entra no Programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças, adolescentes, jovens e gestantes à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades, quais sejam:

- Condicionalidades de Saúde: realização de pré-natal; cumprimento do calendário nacional de vacinação; acompanhamento do estado nutricional, para os beneficiários que tenham até 7 anos de idade incompletos
- Condicionalidades de Educação: frequência escolar mínima de 60% para os beneficiários de 4 a 6 anos de idade incompletos; 75% para os beneficiários de 6 a 18 anos de idade incompletos, que não tenham concluído a educação básica.

Gráfico 21: Quantitativo de crianças, de 0 a 6 anos de idade, com acesso ao Programa em cada ano



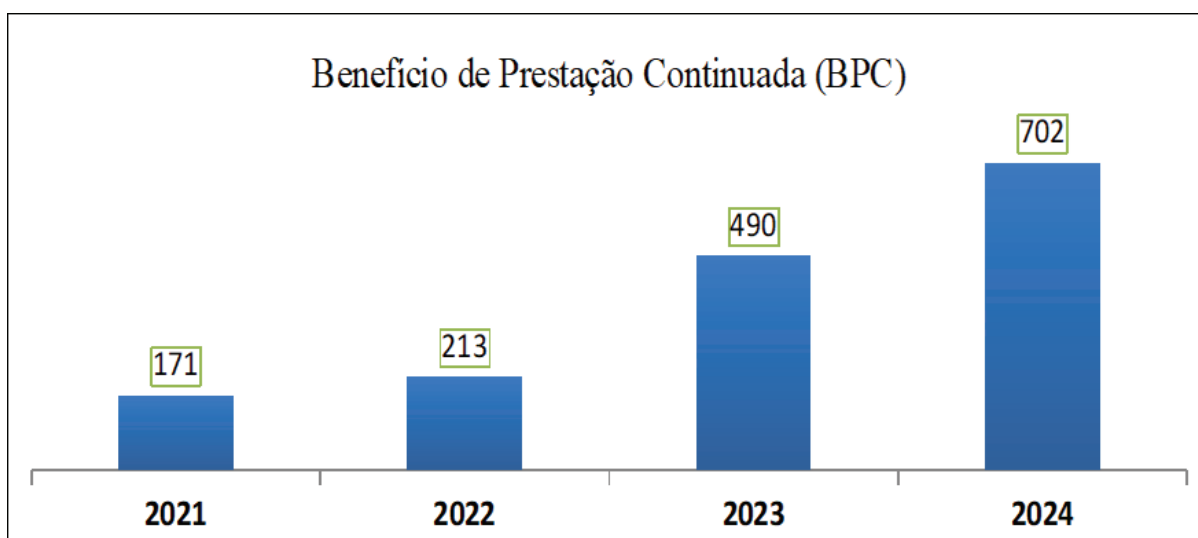
Fonte: Vigilância Socioassistencial/SEMFAS.

3.4.7 Benefício de Prestação Continuada – BPC

Com a publicação do Decreto n.º 8.805/2016, a inscrição no Cadastro Único passou a ser requisito obrigatório para concessão e manutenção do benefício. Com o objetivo de garantir a proteção social e a transpor as barreiras de informação e acesso aos meios eletrônicos aos usuários que mais necessitam, a fim de garantir a proteção integral e o acesso ao benefício a pessoas idosos e/ou com deficiência, foi necessário a gerência montar uma equipe que realiza um trabalho com esse público específico, realizando diversos tipos de atendimentos, tais como: visitas, atendimentos para requerimentos e consultas ao INSS e entrada de recursos dos benefícios suspensos.

A Gerência do Benefício de Prestação Continuada – BPC – trabalha com o Benefício de Prestação Continuada e o BPC na Escola. O Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, es-sa condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 02 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Gráfico 22: Quantitativo de crianças, de 0 a 6 anos de idade, beneficiárias do BPC, em cada ano.



Fonte: Vigilância Socioassistencial/SEMFAS

3.5 Segurança, Cidadania e Direitos: O Papel da Defesa Social na Primeira Infância

3.5.1 Número de casos de violação dos direitos de crianças de 1 a 6 anos, no município de Aracaju

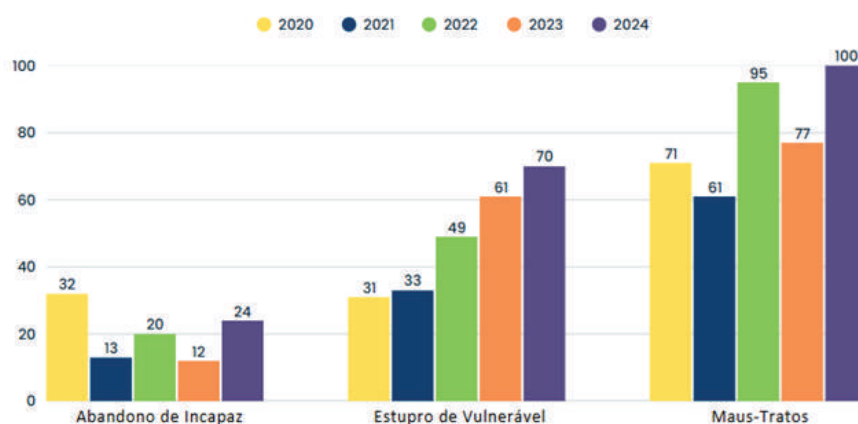
O indicador apresentado tem como base os registros de boletins de ocorrência (BOs) relacionados a três tipos penais que configuram graves violações de direitos de crianças na Primeira Infância: abandono de incapaz, estupro de vulnerável e maus-tratos. Os dados referem-se a crianças com idades entre 1 e 6 anos, e foram extraídos dos sistemas da Polícia Judiciária do estado de Sergipe, considerando apenas fatos ocorridos no território do município de Aracaju. Cabe ressaltar que, por razões técnicas, os registros relativos a crianças de 0 anos foram desconsiderados, a fim de evitar distorções decorrentes de eventuais inconsistências no preenchimento das datas de nascimento.

A série histórica entre os anos de 2020 e 2024 evidencia oscilações no número total de ocorrências, com uma tendência de crescimento, a partir de 2022. Em 2020, foram registrados 134 casos no total, sendo 32 de abandono de incapaz, 31 de estupro de vulnerável e 71 de maus-tratos. Em 2021, houve uma redução no total de registros, com 107 casos – queda de 20%, concentrada, principalmente, na diminuição de ocorrências de maus-tratos.

A partir de 2022, verifica-se um aumento significativo dos registros, alcançando 164 casos naquele ano, 150, em 2023 e 194, em 2024. Os crimes de estupro de vulnerável e maus-tratos apresentaram tendência de crescimento contínuo, no período. O estupro de vulnerável passou de 31 casos, em 2020, para 70, em 2024, um aumento de 125%. Já os maus-tratos, que haviam registrado queda, entre 2020 e 2021, voltaram a crescer, alcançando 100 ocorrências, em 2024, o maior número da série analisada.

O abandono de incapaz, por outro lado, apresentou maior instabilidade, com redução entre 2020 e 2023, atingindo seu menor valor (12 casos), em 2023, mas com novo crescimento em 2024 (24 casos). Essa oscilação pode estar relacionada a fatores externos, como variações nas dinâmicas familiares, acesso a serviços de proteção e mudanças na cultura de denúncia.

Gráfico 23- Número de casos de violação do direito da criança de 1 a 6 anos de idade, no município de Aracaju/SE



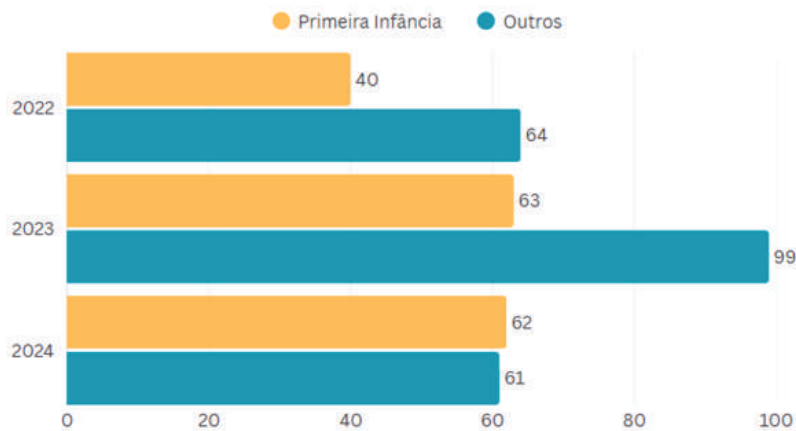
Fonte: SSP/PC/SE – SINESPDW / SEMDEC

3.5.2 Número de ações educativas/preventivas promovidas pelo Programa Anjos Azuis da Guarda Municipal de Aracaju, voltadas à Primeira Infância

Esse indicador se refere à quantidade de ações educativas e preventivas realizadas pelo Programa Anjos Azuis, da Guarda Municipal de Aracaju (GMA), voltadas ao público da Primeira Infância. O Programa está vinculado à Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania e atua de forma articulada com a Rede de proteção para promoção dos direitos da criança, utilizando metodologias lúdicas e pedagógicas para abordar temas como: cidadania, respeito, empatia, convivência social e prevenção à violência.

A série histórica de 2022 a 2024 demonstra o volume e a continuidade das ações desenvolvidas, com atenção especial às crianças de 0 a 6 anos. Em 2022, foram realizadas 104 ações no total, das quais 40 (38%) voltadas diretamente à Primeira Infância. Em 2023, houve um crescimento expressivo, com 63 ações específicas para esse público, o que representa 39% das 162 atividades realizadas no ano. Já em 2024, o número de ações destinadas à Primeira Infância manteve-se elevado (62), representando 50% do total de 123 ações educativas, realizadas no período.

Gráfico 24- Número de ações preventivas/educativas promovidas pelo Programa Anjos Azuis da Guarda Municipal de Aracaju, voltadas à Primeira Infância



Fonte: Núcleo de registros e análise de informações NURAI/GMA /SEMDEC

4. A voz das crianças e suas famílias, no Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju

"Toda criança é feita de poesia. Se a gente deixar, ela voa.,,
(Rubem Alves, 2008).

O que você acha que a prefeita faz?
(Entrevistadora).

A prefeita faz mágica e respeita Jesus.
(Jônata, indígena, 5 anos).

4.1 A escuta e o protagonismo das crianças: reconhecer suas vozes como fundamento das políticas públicas

Durante muito tempo, as crianças pequenas, especialmente aquelas de 0 a 6 anos, foram vistas como seres sem voz, sem opinião, muitas vezes invisíveis nas decisões que afetavam diretamente suas vidas. As escolhas eram feitas pelos adultos, e a participação infantil, em assuntos públicos, praticamente inexistia.

Felizmente, essa visão tem mudado. Ao longo do século XX, a infância passou a ser reconhecida como uma etapa fundamental da vida e, com ela, vieram grandes marcos legais que afirmaram os direitos das crianças. Um desses marcos foi a Declaração Universal dos Direitos da Criança, proclamada pela ONU em 1959, que garante, no seu primeiro princípio, que todos os direitos devem ser assegurados a todas as crianças, sem distinções.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 227, consolidou essa proteção ao declarar que é dever da família, da sociedade e do estado garantir, com absoluta prioridade, os direitos das crianças à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade e à proteção. Esses princípios foram reafirmados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que, em seu artigo 16, inclui o direito à liberdade de opinião, expressão e participação na vida familiar e comunitária.

Ao longo dos anos, outros documentos reforçaram o papel da criança como sujeito de direitos e protagonista de sua própria história. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) reconheceu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI/1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI/2009) e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) apontaram caminhos para que as crianças aprendam por meio das brincadeiras, das interações e da escuta sensível.

O maior avanço nesse sentido veio com a Lei n.º 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, que instituiu a criação de políticas públicas específicas para crianças de 0 a 6 anos, com destaque para o direito à participação infantil em ações que lhes dizem respeito.

A escuta das crianças é um dos pilares centrais na construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju, e está fundamentada em uma perspectiva que reconhece a criança como sujeito de direitos, competente e protagonista. Nesse sentido, a obra *Pedagogia das Miudezas: saberes necessários a uma pedagogia que escuta*, de Bruna Ribeiro, oferece uma contribuição teórico-afetiva para o fortalecimento de práticas políticas e pedagógicas baseadas na escuta sensível, respeitosa e transformadora.

A autora nos convoca a atentar para o cotidiano e para as "miudezas": gestos, silêncios, olhares, brincadeiras, expressões e criações, por meio das quais as crianças se manifestam. Escutar, nessa abordagem, não é apenas ouvir o que é dito com palavras, mas acolher os múltiplos modos de ser e estar da infância. É uma escuta que reconhece as crianças como cidadãos desde já, capazes de contribuir com suas visões singulares sobre a cidade, os territórios, os serviços e as políticas que as envolvem.

Inspirado por essa pedagogia, o PMPI de Aracaju incorpora metodologias e espaços que favorecem a participação ativa das crianças, assegurando que suas vozes estejam presentes na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas à infância. Assim, o Plano reafirma seu compromisso com uma política pública humanizada, democrática e plural.

A escuta das crianças é um dos pilares centrais na construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju, e está fundamentada em uma perspectiva que reconhece a criança como sujeito de direitos, competente e protagonista. Nessa perspectiva, a escuta é compreendida como um ato político e um direito fundamental (CECIP, 2022). É preciso romper com o adultocentrismo e reconhecer que as crianças têm saberes, experiências e desejos que merecem ser considerados na formulação de políticas que as afetam.

4.1.1 Escuta qualificada de crianças, nas escolas municipais de Aracaju

Foi realizada a 1ª Plenarilha de Educação Infantil, promovida pela Secretaria Municipal da Educação (SEMED), com o tema *Minha Escola*. O evento possibilitou que as próprias crianças participassem da construção dos Cadernos de Currículo da Rede, promovendo o exercício dos seus direitos, desde cedo.

"Escutar as crianças é permitir que nos ensinem a ver o mundo com outros olhos, nos devolvendo o encanto das miudezas que muitas vezes a pressa da vida adulta não nos deixa mais perceber." – **Bruna Ribeiro (2021, p. 34)**

A escuta ganhou ainda mais força com uma iniciativa intersetorial que deu voz a cerca de 430 crianças, entre 4 e 5 anos, de oito escolas públicas, representando diferentes regiões da cidade. As crianças participaram de atividades que buscaram ouvir suas ideias, desejos e percepções sobre a comunidade onde vivem.

A escuta das crianças foi realizada de forma sensível e criativa. A Guarda Municipal de Aracaju, através do programa *Anjos Azuis*, apresentou uma peça de teatro de fantoches com a pergunta: *O que você espera para a sua comunidade?* Em seguida, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA) propôs a dinâmica da *Árvore dos Sonhos*: folhas de papel foram distribuídas para que as crianças desenhasssem seus sonhos e desejos. Esses desenhos foram afixados em um grande tronco de papel, formando uma árvore simbólica repleta de esperança e imaginação.



Figura 1 – Árvore dos Sonhos - EMEI Dom Avelar Brandão Vilela- Escuta de crianças

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria da Assistência Social (SEMFAS) registraram os relatos das crianças sobre seus desenhos, com escuta atenta às suas falas, sentimentos e expressões. Foi nesse momento que adultos se surpreenderam com ideias genuínas e criativas, cheias de afeto e consciência comunitária.

Os desenhos revelaram os sonhos das crianças: parques com brinquedos, praças floridas, ruas limpas, calçadas seguras, natureza preservada, policiamento, campos de futebol, escorregadores, ônibus, casas coloridas e até um parque aquático ou cinema na rua. Cada desenho retratou a realidade vivida pelas crianças em suas regiões: onde há prédios, elas desenharam edifícios; onde há mangues e rios, essas paisagens também estavam presentes. Em áreas com maiores índices de violência, surgiram imagens de policiais, bombeiros e até super-heróis.

Mas, um elemento foi comum a todos os desenhos: o desejo por mais espaços para brincar. Essa escuta mostrou que, mais do que infraestrutura, as crianças querem lugares para ser felizes, para brincar com liberdade, para crescer com dignidade.

Essas contribuições não foram apenas simbólicas. Elas ajudaram a moldar a construção do Plano Municipal, trazendo uma perspectiva real, sensível e cheia de sentido para quem é o verdadeiro centro dessa política: a criança.

Esse movimento representa uma mudança de paradigma. A participação infantil não é mais um gesto de boa vontade – é um direito. E escutar as crianças com atenção, respeito e ternura é reconhecer seu valor como cidadãos, desde os primeiros anos de vida.

Cada região revelou especificidades: crianças que vivem perto de mangues desenharam rios e animais; aquelas que convivem com maior insegurança retrataram viaturas, bombeiros e figuras protetoras. Essas imagens mostram que as crianças observam, interpretam e sonham suas realidades, com sensibilidade e inteligência.



Figura 2 – **Desenho de Arthur (5 anos)**
 “Pista sem buracos, carro de polícia, polícia, carro de bombeiro, fogo para o bombeiro apagar, pista de corrida na água, piscina e escorregador.”
EMEI Dom Avelar Brandão Vilela



Figura 3 – **Desenho de Marina (4 anos)**
 “Ônibus”
EMEI Dom José Brandão de Castro



Figura 4 – **Nataly (5 anos)**
 “Prédio, balanço, pula-pula.”
EMEI Prof.ª Etelvina Amália de Siqueira



Figura 5- **Henrique (5 anos)**
 “Um escorregador com grade de proteção.”
EMEI Prof.ª Etelvina Amália de Siqueira



Figura 6 – **Desenho de Laila (5 anos)**
“Casa de arco-íris com dois andares,
ela a mãe e duas guardas municipais”.
EMEI Doutor José Calumby Filho



Figura 7 – **Desenho de Bárbara (5 anos)**
“Parquinho”.
EMEI Francisco Guimarães Rollemberg



Figura 8 – **Desenho de Arthur (5 anos).**
“Deseja muitas árvores”.
EMEI Dom Avelar Brandão Vilela.



Figura 9 – Construção da árvore dos sonhos.
EMEI Francisco Guimarães Rollemberg

O processo de escuta qualificou o diagnóstico do PMPI ao revelar a potência da voz infantil na construção de políticas públicas. Mais do que ouvir por ouvir, a proposta foi criar um ambiente onde crianças fossem respeitadas em sua inteireza. Um espaço onde suas vozes moldassem decisões concretas.

4.1.2 Escuta qualificada de crianças quilombolas

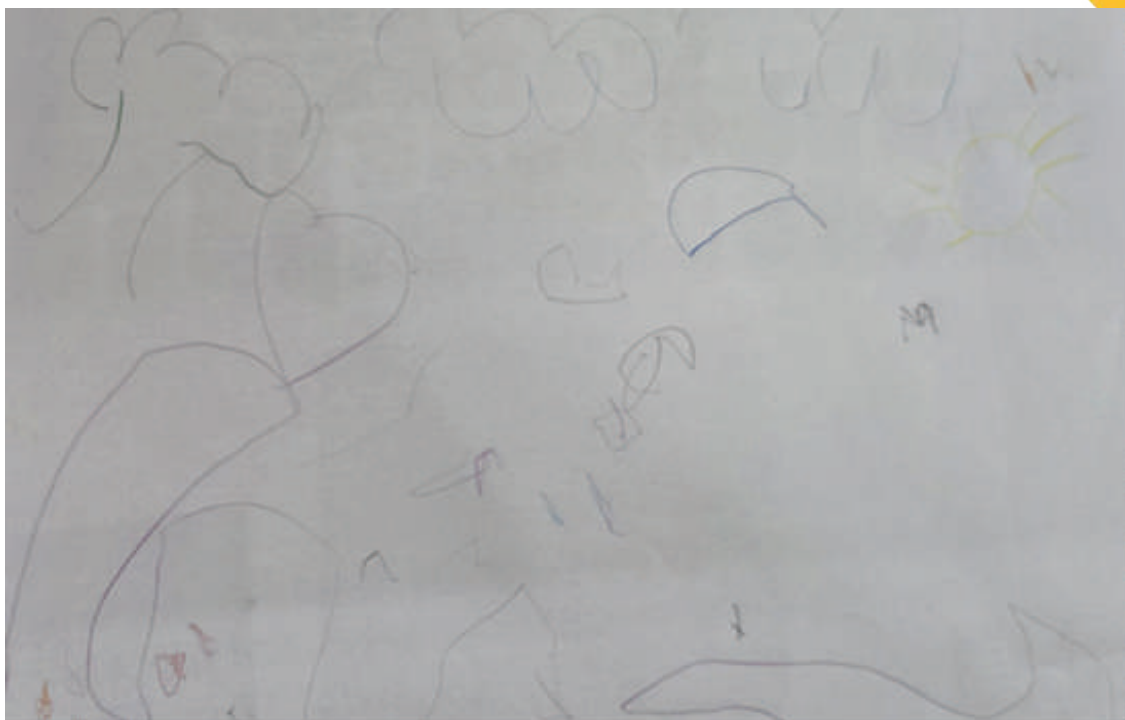


Figura 10 - **Joaquim (2 anos)** – “Quero muitas árvores, e brinquedos na pracinha”.

Thayla (2 anos) – “Quero árvores na cidade, muito verde.”

O PMPI de Aracaju buscou ser inclusivo, diverso e, verdadeiramente, representativo. Por isso, a escuta foi, intencionalmente, ampliada para abraçar diferentes realidades e experiências infantis, presentes no território aracajuano. Um exemplo marcante foi a escuta das crianças na Associação do Quilombo Maloca, na zona norte da capital. Suas vozes revelaram a força da coletividade e da resistência negra em Aracaju, elementos vivos da identidade étnico-racial e do patrimônio cultural da comunidade.

O Quilombo Maloca, primeiro quilombo urbano de Sergipe, foi reconhecido, oficialmente, pela Fundação Cultural Palmares, em 2007 (G1 SERGIPE, 2023; TV CÂMARA ARACAJU, 2023). Desde então, a comunidade tem se consolidado como um espaço de resistência e de fortalecimento da cultura afro-brasileira, mantendo vivas tradições, saberes e práticas culturais no contexto urbano.



Figura 11 - **Lasyon, (5 anos)**
"Quero um zoológico com muitos bichos, um lugar para soltar pipa,,"



Figura 12 - **Yanne Gabrielly, (2 anos)**
Quero um parquinho com balanço,,"

Do ponto de vista teórico, é fundamental compreender que os quilombos são territórios de resistência onde os processos de construção de identidade, transmissão de saberes ancestrais e fortalecimento comunitário são ensinados, desde a infância. Segundo Silva e Silva (2022), crianças quilombolas constroem sua visão de mundo a partir de relações que integram o território, a coletividade, os saberes tradicionais e a valorização da ancestralidade, como pilares de sua formação como sujeitos sociais.

Esse entendimento está em sintonia com a Constituição Federal, que, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reconhece às comunidades quilombolas o direito à posse de suas terras. Além disso, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010) reforça a importância de políticas públicas específicas para garantir os direitos das populações negras e quilombolas, especialmente no acesso à educação, à cultura e à participação social, desde a infância.

Em 2023, a comunidade do Quilombo Maloca celebrou seus 110 anos com um cortejo cultural que reuniu crianças, jovens, adultos e idosos em uma grande manifestação de orgulho, resistência e afirmação da identidade quilombola (TV CÂMARA ARACAJU, 2023). Esses momentos são muito mais do que comemorações: são atos de resistência que reafirmam que a cultura quilombola é viva, pulsante e essencial para a construção de uma cidade que reconhece sua diversidade.

Escutar as crianças do Quilombo Maloca foi, portanto, compreender como os saberes da coletividade, da solidariedade e da resistência fazem parte do processo de formação, desde cedo. São infâncias que aprendem, ainda pequenas, que cuidar do território, honrar seus ancestrais e lutar pela preservação de sua cultura não é apenas uma escolha, mas um direito e também um legado.

Valorizar essas infâncias é reconhecer que elas fazem parte de uma história viva, que conecta passado, presente e futuro. São protagonistas de trajetórias sociais que reafirmam que uma cidade justa, diversa e democrática só se constrói quando todas as infâncias são vistas, ouvidas, respeitadas e colocadas no centro da construção das políticas públicas.

As falas das crianças quilombolas revelam um olhar atento e cheio de sensibilidade sobre o lugar onde vivem. Mesmo tão pequenas, elas expressam com clareza o que desejam: praças com brinquedos em bom estado, mais verde na cidade, lugares para brincar ao ar livre, estar perto da natureza e dos animais. Esses pedidos mostram que, para elas, brincar está diretamente ligado ao espaço onde vivem e à forma como se sentem acolhidas nesse espaço.

Quando dizem que os brinquedos estão quebrados ou que gostariam de mais árvores, estão nos mostrando que percebem a falta de cuidado com os lugares que frequentam. Elas não pedem luxo, pedem o essencial: ambientes seguros, bonitos e pensados para elas. Pedem presença, escuta e cuidado.



Figura 12 – **Lion (2 anos)**
“Quero um lugar para conhecer os animais, mais parquinho na praça com escorregador”.



Figura 13 – **Ester (5 anos)**
“Quero uma pracinha com piscina de bolinhas, árvores e pula-pula. Tem uma praça perto de casa, mas os brinquedos estão velhos”.

Os desejos expressos por essas crianças revelam uma forte conexão com o território em que vivem. Elas demonstram vontade de estar próximas à natureza, de brincar ao ar livre, de ter liberdade para explorar e imaginar. Esses elementos indicam que o espaço, o ambiente e as condições de vida são partes essenciais da experiência da infância.

Essas manifestações se relacionam diretamente com as raízes quilombolas, marcadas por uma vivência coletiva e por uma relação histórica com a terra. Nesse contexto, o território é mais do que um espaço físico: é parte da identidade, da cultura e da organização social. As falas das crianças refletem esses valores, reforçando o quanto o ambiente e o pertencimento comunitário influenciam seu modo de ser e estar no mundo.

Portanto, não se trata apenas de pedidos pontuais. São indicações consistentes sobre necessidades concretas e sobre o que precisa ser revisto nas políticas públicas voltadas à infância. As falas evidenciam lacunas e, ao mesmo tempo, apontam direções possíveis para construir contextos mais adequados ao desenvolvimento das crianças em seus próprios territórios.

Considerar essas vozes no planejamento e na execução de políticas públicas é uma exigência de justiça e de efetividade. Escutar o que as crianças têm a dizer é fundamental para garantir que suas realidades sejam compreendidas e respeitadas, e que as ações propostas sejam coerentes com seus modos de vida e suas necessidades específicas.

4.1.3 Escuta qualificada de crianças da Associação de Catadoras e Catadores de Mangaba Luiz Padre Lemper



Figura 14 - **Maysa** - “Quero uma rua boa para passear e uma quadra de queimado na praça para brincar com meus amigos.”

Ravi Luca – “Quero uma pracinha com balanço para brincar com meus amigos.

Ana Sofia Sá – “Quero uma quadra para jogar queimado e ruas sem buraco no 17 de março.

Lara Luiza – “Quero iluminação nas ruas e que tapem os buracos”.

Beatriz – “Quero uma praça com brinquedos perto da minha casa.”

Participaram da escuta as crianças da Associação de Catadoras e Catadores de Mangaba Luiz Padre Lemper, localizada na zona de expansão de Aracaju. Filhas e filhos de mulheres, que carregam, com orgulho e resistência, um modo de vida profundamente conectado ao território, à natureza e aos saberes ancestrais. Essas famílias vivem do extrativismo da mangaba – um ofício tradicional que atravessa gerações e que não é apenas trabalho, mas também cultura, identidade e cuidado com o meio ambiente.

O reconhecimento desse saber é, inclusive, oficial. Desde 2021, a atividade das catadoras de mangaba é considerada Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe, por meio da Lei n.º 8.918/2021, que protege tanto o fruto quanto os modos de vida e os conhecimentos das comunidades extrativistas (GOVERNO DE SERGIPE, 2021; SANTOS; XAVIER, 2021).

Essa conquista não veio por acaso, mas é fruto da luta, da organização coletiva e da força dessas mulheres que, desde os anos 2000, se mobilizam para garantir seus direitos, seus territórios e a valorização dos seus saberes (FASCIOLO, 2022).

Mais recentemente, esse protagonismo ganhou destaque nacional. Em maio de 2025, a Associação Luiz Padre Lemper recebeu o Prêmio Guardiãs da Sociobiodiversidade, entregue pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, reconhecendo a importância de preservar saberes tradicionais e modos de vida sustentáveis, inclusive no contexto urbano, como é o caso da expansão de Aracaju (BRASIL, 2025; SOUZA, 2025).

Escutar as crianças dessa comunidade foi muito mais do que ouvir suas palavras. Foi compreender como os saberes da natureza, o cuidado com o território e a luta por direitos são ensinados desde cedo, na convivência, nas caminhadas entre os pés de mangaba e, nas histórias contadas pelas mães, avós e tias. São infâncias que carregam, desde pequenas, a força de quem aprende que resistir, cuidar da natureza e lutar pela preservação do seu modo de viver também é um direito.

Valorizar essas crianças é reconhecer que elas fazem parte de uma história viva, que conecta passado, presente e futuro. Que seus olhares, suas experiências e seus sonhos são fundamentais para pensar uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável – onde todas as infâncias tenham voz, vez e sejam reconhecidas na riqueza da sua diversidade.



*Figura 15 –
Mariah (4 anos) –
“Quero uma praça
para brincar e
passear com minha
mãe. Quero muitos
brinquedos na
praça, para brincar
com as amigas.”*



*Figura 16 –
Carlisson (6 anos)
– “Quero um
carrinho de corrida
e uma pista para
brincar na praça.”*

***Marcos Kauan
(6 anos)** – “Quero
que consertem os
buracos da rua
perto da minha
casa, por que lá os
carros quebram
muito.”*

As falas dessas crianças, de forma simples e direta, revelam como elas percebem e se relacionam com o lugar onde vivem. Ao expressarem o desejo por ruas em boas condições, praças com brinquedos e espaços iluminados, demonstram consciência sobre o que é necessário para que possam viver uma infância mais segura, livre e digna. Esses pedidos dizem muito sobre o que faz sentido no cotidiano infantil: o direito de brincar, de circular com tranquilidade pelo bairro e de estar com outras pessoas, em espaços coletivos.

Um ponto que se destaca é a carência de áreas adequadas para o lazer e o convívio. As crianças falam sobre praças, quadras e brinquedos como algo desejado e, muitas vezes, ausente. O brincar aparece como uma necessidade real e constante, não apenas como passatempo, mas como parte fundamental da vida. Isso reforça a importância de garantir ambientes acessíveis e seguros para que a infância aconteça em sua plenitude, conforme preveem o Estatuto da Criança e do Adolescente e os marcos legais da Primeira Infância.

A infraestrutura urbana também é alvo de atenção. Quando mencionam buracos nas ruas e falta de iluminação, as crianças demonstram que estão atentas às condições do espaço onde vivem. Suas falas indicam desconfortos e inseguranças que afetam diretamente sua mobilidade e autonomia. São observações que reforçam a necessidade de ações estruturais nos territórios periféricos, com foco na melhoria da qualidade dos serviços públicos e na promoção de um ambiente urbano mais acolhedor para todas as idades.

Além disso, os vínculos afetivos aparecem como parte essencial da relação com o espaço. O desejo de estar com a família e com os amigos em locais agradáveis mostra que, para as crianças, brincar e se sentir bem no território é também estar em conexão com as pessoas que fazem parte da sua rotina. Os espaços públicos, nesse sentido, não são apenas equipamentos urbanos – são lugares de encontro, de pertencimento e de cuidado. Atender a esses desejos significa olhar para a cidade com os olhos da infância e reconhecer suas necessidades como prioridade nas políticas públicas.



Figura 17 – Escuta qualificada na Associação das Mangabeiras com apresentação do Teatro dos Anjos Azuis

4.1.4 Escuta qualificada de crianças indígenas, residentes em Aracaju

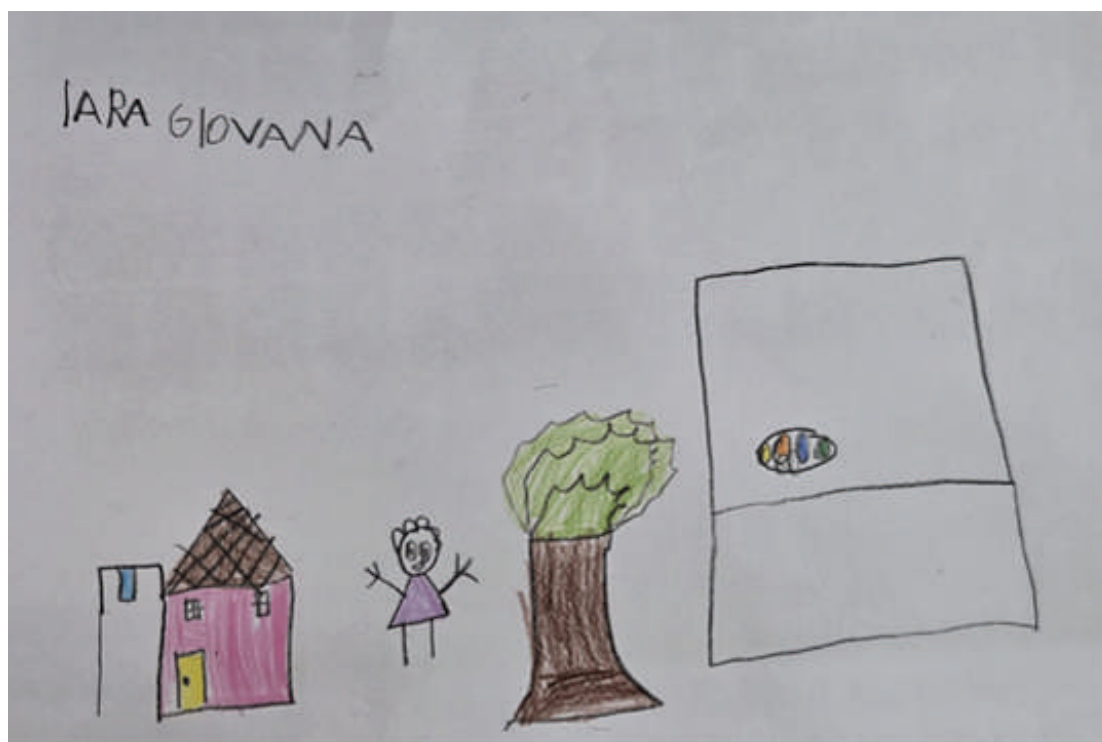


Figura 18 – **Iara Giovanna (4 anos)** – “Quero um escorrega, piscina de bolinha, balanço de cavalinho, árvores e plantas na Orlinha do Bairro Industrial”. – **EMEI Dom Hélder Câmara**

Davidy Lorenzo (4 anos) – “Gosto de brincar na praçinha, quero um lago com um barco na praça, quero uma escola perto de casa.” – **Centro Social São Francisco.**

Ana Cecília (6 anos) – “Quero um balanço, amarelinha, escorrega. Na praça, perto da minha casa, os brinquedos estão quebrados”.
EMEF João Teles de Menezes.

Elis (4 anos) – “Quero árvores na praça, piscina de bolinhas para brincar com os amigos”.- **EMEI Irmãos Mirella e Marcell Moura**

Crianças indígenas, matriculadas na Rede Municipal de Ensino, também tiveram voz nesse processo – são 33 inscritas entre 0 e 6 anos, de acordo com o Sistema Integrado de Gestão Educacional. Suas contribuições reforçam a pluralidade étnica de Aracaju e ressaltam a urgência de políticas públicas que respeitem as línguas, crenças e tradições dos povos originários.

Em Sergipe, os povos indígenas sempre fizeram parte da história local, apesar de tentativas de invisibilização. Os Xokós, por exemplo, habitam áreas ribeirinhas desde tempos coloniais, mantendo vivências como o toré e a cerâmica tradicional (FUNCAP, 2025; DAC-ENSINO MÉDIO, s.d.). Na capital, iniciativas da Rede Municipal, como as escolas que celebram o Dia dos Povos Indígenas, garantem que essas crianças aprendam, desde cedo, sobre seus próprios modos de existir, por meio de música, culinária e contação de histórias dos povos Kariri-Xocó (PREFEI-TURA DE ARACAJU, 2025; PREFEITURA DE ARACAJU, 2023).



Figura 19 - **Ezequiel (4 anos)** – “*Quero uma casa de polícia perto de casa, construir casas, quero uma parede para fazer desenhos do lado da minha casa*”.
EMEI Monsenhor João Moreira Lima.



Figura 20 - **Iuri (6 anos)** – “*Quero uma garagem grande pra brincar com carros e bicicleta*”.
EMEF Dom José Vicente Távora

Do ponto de vista teórico, escutar crianças indígenas é reconhecer que identidades são construídas desde a infância, e que o pertencimento ao território, a prática coletiva e a transmissão de saberes são peças-chave nesse processo (SILVA; SILVA, 2022). A Constituição Federal, no art. 231, garante a esses povos o direito à manutenção de sua cultura, línguas e sistemas de organização social, enquanto o Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288/2010) reforça a necessidade de ações afirmativas que valorizem populações negras e indígenas, desde a Primeira Infância.



Figura 21 - **Ravi (4 anos)** – “*Quero um barco grande na praia, um lugar na praia para brincar de bola, uma escada para subir nas árvores, uma casa na árvore, um parque bom com gangorra e um escorrega*”. - **EMEI José Garcez Vieira.**



Figura 22 - **Antony (6 anos)** – “*Quero brinquedos, três parques com cadeiras, mesas, bicicleta, um armário para guardar brinquedos*”.
EMEF Nossa Senhora Aparecida.



Figura 23 - **Jônata (6 anos)** - “*Quero um parque cheio de mato com zoológico, leão, perto da minha casa*”. **Lucas (6 anos)** - “*Quero árvores, gangorra, escorrega, balanço, parquinho, jardim, plantação de milho*”. - **EMEI Júlio Prado Vasconcelos**



Figura 24 - **Lorena (3 anos)** - “*Quero brinquedo na praia, com cavalinhos para eu brincar*”. - **EMEF Papa João Paulo II**

Por meio da escuta ativa, entendemos que essas crianças expressam um enraizamento profundo nos modos de vida originários, no cuidado com o território, na transmissão de memórias e no reconhecimento da ancestralidade como parte de seu presente. Valorizar essas vozes não é apenas garantir representatividade, é promover uma infância plena, plural e cidadã, que fortaleça uma cidade inclusiva para todos.

A análise qualitativa dos desejos expressos por essas crianças indígenas de 3 a 6 anos, escutadas no contexto do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (PMPI), revela dimensões importantes sobre suas vivências, aspirações e o modo como se relacionam com o território. Os relatos, embora singulares, evidenciam elementos comuns que traduzem necessidades essenciais da infância e, ao mesmo tempo, respeitam traços culturais e coletivos presentes em suas experiências comunitárias.

As crianças evocam elementos da natureza e da imaginação nos seus desejos, como árvores, barcos, lagos, casas na árvore, escadas para subir nas árvores. Esses pedidos revelam o vínculo simbólico e afetivo com a terra, o ambiente natural e a liberdade corporal, aspectos que dialogam com o pertencimento a territórios coletivos e à cosmovisão indígena, em que a natureza não é apenas cenário, mas parte da identidade.

Os desejos expressos, embora simples em sua forma, revelam uma visão crítica e sensível sobre o espaço urbano, apontando para a necessidade de políticas públicas que considerem o brincar como eixo central, o respeito às identidades culturais e a organização de cidades que acolham, protejam e incluam as infâncias em sua diversidade. Escutá-las é um ato de justiça, mas também uma forma potente de planejar o futuro com base em quem mais entende de infância: as próprias crianças.

4.1.4 Escuta qualificada de crianças surdas



Figura 25 - **Ayla Rebeca** – “Quero uma pracinha perto de casa que tenha escorrega, gangorra e muitas árvores”.

A escuta qualificada no processo de construção do PMPI Aracaju também contemplou as crianças surdas atendidas pelo IPAESE – Instituto Pedagógico de Apoio à Educação de Surdos de Sergipe, instituição de referência no estado, no desenvolvimento de práticas educacionais bilíngues para a comunidade surda. Esse atendimento especializado é viabilizado por meio de um convênio firmado entre a Secretaria Municipal da Educação (SEMED) e o IPAESE, o qual constitui uma estratégia fundamental para garantir às crianças surdas o acesso a uma educação que respeita sua identidade linguística e cultural.

Esse convênio fortalece o compromisso da gestão municipal com uma educação inclusiva de fato, baseada nos princípios da educação bilíngue, que compreende a Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua e a Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, em consonância com o que estabelece o Decreto n.º 5.626/2005 e a Lei n.º 14.191/2021. Tal abordagem reconhece a surdez não como uma deficiência, mas como uma diferença cultural, linguística e identitária, alinhada à perspectiva socioantropológica da surdez (SKLIAR, 1998; QUADROS; KARNOPP, 2004).



Figura 26 - **Maria Cecília (6 anos)** – “Quero muitas árvores na cidade, um lugar pra brincar de casinha de bonecas” – **IPAESE**.



Figura 27 - **Luiz (6 anos)** – “Quero um lugar com árvores, balanço, gangorra, gira-gira, escorrega, uma quadra pra jogar bola, lugar que eu possa soltar pipa.” **IPAESE**.

A participação das crianças surdas na escuta qualificada foi cuidadosamente mediada por profissionais bilíngues, fluentes em Libras e em Português, assegurando plena acessibilidade comunicacional e a efetiva expressão dos seus desejos, sentimentos e opiniões. Essa ação reafirma a centralidade da escuta ativa e do protagonismo infantil, no processo de formulação das políticas públicas, garantindo às crianças surdas o direito de serem ouvidas e de contribuírem, diretamente, na construção de políticas que impactam suas vidas, em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990).



Figura 28 – **Ziara Zatti (5 anos)** –
criança surda, filha de pai e mãe surdos.
“Quero parquinho e balanço”.

As manifestações das crianças surdas, durante o processo de escuta ativa revelam, de maneira sensível e contundente, o quanto o direito ao brincar permanece como uma das dimensões centrais da infância, sobretudo quando falamos de inclusão nos espaços públicos. Ao expressarem o desejo por pracinhas com muitas árvores, balanços, gangorras, escorregadores, brinquedos de casinha, locais para soltar pipa ou jogar bola, essas crianças nos apresentam muito mais do que simples preferências lúdicas. Elas apontam para necessidades reais de pertencimento, liberdade, convivência e acesso à cidade, que nem sempre são garantidas a quem se comunica, principalmente, por meio da visão e dos gestos.

Chama atenção a presença recorrente da natureza nas falas, o desejo por espaços arborizados, com grama, sombra e ar livre, o que sinaliza a importância de ambientes mais vivos e sensoriais, que não sejam exclusivamente sonoros ou verbais. Para as crianças surdas, esses espaços naturais favorecem a comunicação visual, o encontro pelo olhar, o gesto livre e a corporeidade do brincar. Ambientes amplos, abertos, com boa iluminação e texturas variadas tornam-se, assim, indispensáveis para uma vivência plena do brincar e da interação com os pares.

Nesse sentido, é fundamental considerar que a infância surda não é marcada apenas pela ausência de audição, mas por uma forma particular e legítima de estar no mundo. Trata-se de uma experiência visual, relacional, que se constrói a partir de outras formas de escuta e expressão – como a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida legalmente pela Lei n.º 10.436/2002 e regulamentada pelo Decreto n.º 5.626/2005. Essa forma de comunicação não pode ser vista como um recurso auxiliar, mas como uma linguagem completa, que estrutura a relação da criança surda com o mundo e com os outros. A inclusão da Libras nos espaços públicos destinados à infância, seja por meio de sinalizações visuais, materiais lúdicos bilíngues ou interações mediadas por profissionais qualificados, é uma medida indispensável para garantir a acessibilidade comunicacional e o respeito à identidade surda, desde a Primeira Infância.

Além disso, é preciso superar a ideia de que acessibilidade se limita a rampas e sinalizações físicas. Para as crianças surdas, a acessibilidade deve incluir espaços onde o olhar tenha liberdade para circular, onde o gesto seja compreendido, onde a comunicação se dê no tempo da escuta visual. Essa perspectiva exige o compromisso com o Desenho Universal, conceito desenvolvido por Ronald Mace nos anos 1980, que defende que ambientes, produtos e serviços devem ser planejados desde o início para atender ao maior número possível de pessoas, independentemente de idade, condição física ou sensorial (MACE, 1985). No contexto das infâncias surdas, isso significa criar espaços que valorizem a comunicação visual, com sinalizações claras, boa visibilidade, mediação sensível e equipamentos inclusivos.

No mesmo sentido, Romeu Kazumi Sassaki (2006) reforça que o Desenho Universal vai além de soluções técnicas e representa um princípio ético, voltado à construção de uma sociedade que reconheça a diversidade como ponto de partida – e não como exceção. Para ele, projetar ambientes inclusivos, desde o início, é uma forma de garantir equidade e dignidade para todos. Já Lucia Santaella (2013) contribui para esse debate ao destacar que toda comunicação é sensorial e que os espaços também comunicam. Assim, ambientes destinados à infância precisam ser planejados como espaços vivos de linguagem, sensibilidade e relação, especialmente quando se trata de crianças que se comunicam por outros meios além da fala.

A escuta das crianças surdas, portanto, traz contribuições fundamentais para o planejamento urbano inclusivo e sensível às diversas formas de infância. Suas falas reforçam a importância de praças com natureza abundante, equipamentos de brincar acessíveis, espaços de convivência que respeitem o tempo do gesto, a cultura visual e o brincar compartilhado. Ao reivindicarem o direito de brincar com liberdade, essas crianças também pedem o direito de existir plenamente em suas comunidades, não como exceção, mas como parte essencial da vida social.



Figura 29 – Vivência de escuta qualificada no IPAESE, com auxílio de intérprete de libras do Instituto.



Figura 30 – Registro fotográfico com as crianças do IPAESE.



SECRETARIA MUNICIPAL DA
EDUCAÇÃO - SEMED



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE



SECRETARIA MUNICIPAL DA
EDUCAÇÃO - SEMED



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE



SECRETARIA MUNICIPAL DA
EDUCAÇÃO - SEMED



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

4.1.5 Escuta qualificada de crianças com cegueira e baixa visão

O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP) de Aracaju, mantido pela Prefeitura, via Secretaria Municipal da Educação (SEMED), exerce um papel fundamental no suporte educativo a crianças com cegueira e baixa visão. Fundado em 1998, o CAP é referência estadual e única instituição municipal no país dedicada a essa modalidade, e atende, diariamente, mais de 100 pessoas, com faixa etária que inclui crianças, jovens e adultos.

Entre os serviços que contribuem diretamente para a inclusão de crianças pequenas estão a estimulação precoce, que favorece a percepção tátil e espacial, desde os primeiros anos; a alfabetização em Braille; o ensino de Soroban, instrumento que favorece a matemática; aulas de informática assistiva por meio de leitor de telas, e práticas de orientação e mobilidade, com ensino do uso da bengala guia. Esses recursos são ministrados por professores especializados em Atendimento Educacional Especializado (AEE), apoiados por equipe multidisciplinar, e possibilitam que as crianças sejam incluídas mais efetivamente na Rede Regular de Ensino.

O convênio entre SEMED e o CAP reforça, não apenas o compromisso institucional com a inclusão, mas representa uma estratégia articulada para garantir que as necessidades pedagógicas, cognitivas, culturais e comunicacionais das crianças com deficiência visual sejam plenamente atendidas. Ao assegurar acesso a materiais adaptados, tecnologias assistivas e práticas educativas individualizadas, o CAP promove a autonomia, a autoestima e a participação social dessas crianças, desde os primeiros anos de vida.



Figura 31 – **Ravi Miguel (3 anos)** – “Quero parquinho com pula-pula, e balancinho”. – **CAP.**



Figura 32 – **Maria Lorena** – “Quero um lugar pra brincar de casinha de bonecas, a casinha tem que ter uma cozinha”. **CAP.**

Em síntese, a ação do CAP demonstra que Aracaju possui uma política educacional inclusiva e comprometida com a diversidade, garantindo não apenas a oferta de vagas, mas a qualidade do atendimento às crianças com deficiência visual. Esse trabalho reforça a acolhida da Rede Municipal e prepara o município para avançar no desafio da educação integral, equitativa e, culturalmente, respeitosa.



Figura 33 – Escuta qualificada da mãe de criança com baixa visão e outras comorbidades no CAP.



Figura 34 – Escuta qualificada das crianças com baixa visão no CAP.

As falas de Ravi Miguel – “Quero parquinho com pula-pula e balanço” – e de Maria Lorena – “Quero um lugar pra brincar de casinha de bonecas, a casinha tem que ter uma cozinha” – são simples e, ao mesmo tempo, muito revela-doras. Elas nos mostram o que toda criança deseja: brincar. Mas também nos fazem refletir sobre o quanto é necessário garantir que esse brincar aconteça de forma acessível, segura e cheio de possibilidades para todas as crianças, inclusive aque-las com deficiência visual.

Ravi quer se movimentar, sentir o vento do balanço, pular com liberdade. Maria Lorena quer imaginar, criar histórias, viver o faz de conta de cuidar da casa e preparar comidinhas na brincadeira. São desejos que parecem comuns, mas que ganham um significado ainda mais profundo quando vêm de crianças que, muitas vezes, encontram barreiras no espaço público – barreiras que não deveriam existir.

Essas falas nos lembram que o planejamento das cidades e dos espaços de lazer precisa considerar a diversidade, desde o início. É disso que trata o Desenho Universal, conceito criado pelo arquiteto Ronald Mace nos anos 1980. Para ele, os ambientes, produtos e serviços devem ser pensados para atender a todas as pessoas – com ou sem deficiência – sem precisar de adaptações posteriores (MACE, 1985). No caso das crianças com baixa visão, isso significa criar parquinhos com texturas variadas, cores contrastantes, sinalizações táteis e sonoras, equipamentos seguros e experiências sensoriais ricas.

No Brasil, o pensador Romeu Kazumi Sassaki reforça que o Desenho Universal vai além da técnica – trata-se de um compromisso ético com a inclusão. Em suas palavras, é preciso projetar com base na diversidade humana, e não em um padrão idealizado de corpo ou percepção (SASSAKI, 2006). Já Lucia Santaella, ao falar sobre comunicação acessível, amplia esse olhar ao lembrar que a forma como nos relacionamos com o mundo envolve todos os sentidos e que isso precisa ser respeitado nos espaços que criamos (SANTAELLA, 2013).

Ouvir Ravi e Maria Lorena é reconhecer que o brincar precisa ser garantido a todas as infâncias, em todas as suas formas. Quando uma criança com deficiência pede um espaço para brincar, ela não está pedindo um privilégio. Está reivindicando um direito.

4.1.6 – Escuta qualificada de crianças neurodivergentes



Figura 35 – **Alef (6 anos)** – “*Quero uma pista para andar de skate*”.
EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso



Figura 36 – **Alvaro Lorenzo (6 anos)** – “*Quero uma pista de bicicross*”.
EMEFTI João Oliva Alves.

Christian Davi – “*Quero uma pista de skate na pracinha, balanços e escorregador*”. – **EMEFTI João Oliva Alves.**

Heloisa – “*Quero um jardim florido na pracinha e uma casinha para entrar e brincar de boneca*”.
EMEITI. Maria Ruth Wynne Cardoso

Ariadne – “*Quero um parquinho com balanço e gangorra*”.
EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso.

Kariny Sofia – “*Quero uma pracinha com grama bem verdinha para brincar com minhas amigas*”.
EMEFTI João Oliva Alves.

Laura – “*Quero uma casinha com brinquedos de cozinha*”.
EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso.

Kimberly – “*Quero uma pista de SKATE perto de casa*”.
EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso.

Durante a construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju, ouvimos muitas crianças, entre elas, estão crianças com desenvolvimento atípico, que trouxeram olhares sensíveis e experiências significantes sobre suas vivências na cidade. Crianças neurodivergentes, matriculadas na EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso e na EMEFTI João Oliva Alves participaram de momentos, especialmente pensados para garantir sua expressão de forma segura e respeitosa. Suas vozes, muitas vezes silenciadas por barreiras invisíveis, nos falaram sobre inclusão, acolhimento, respeito às diferenças e o quanto a empatia pode transformar relações dentro da escola.

A recorrência de pedidos por pistas de skate, parquinhos e espaços de movimento intenso sugere o quanto essas crianças valorizam atividades que favoreçam a expressão corporal e a descarga sensorial. Essas preferências são especialmente importantes para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outros perfis de neurodivergência, que se beneficiam de ambientes estruturados, porém flexíveis, que favoreçam tanto o movimento quanto a organização sensorial.

Outras falas demonstram uma atenção especial ao ambiente sensorial: o desejo por música, grama verde, flores, jardins e brinquedos de faz de conta. Esses elementos reforçam a importância de espaços que sejam, ao mesmo tempo, estimulantes e reguladores, com diversidade de cores, texturas e sons – elementos que proporcionam bem-estar, segurança emocional e liberdade para imaginar e criar. Parques sensoriais, com zonas de calma, brinquedos simbólicos e equipamentos que respeitem diferentes formas de brincar, tornam-se, assim, fundamentais



Figura 39 - **Lorenzo Gabriel (6 anos)** – *“Quero um campo para jogar futebol com meus amigos”.*
EMEFTI João Oliva Alves.



Figura 40 - **Samuel (5 anos)** – *“Quero uma praça com muitas flores, balanços, gangorra, uma academia de criança. Na praça que brinco só tem aparelho de adulto”.*
EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso.

Também ficou evidente a valorização do brincar simbólico e do convívio com outras crianças. Brincadeiras com casinhas, brinquedos de cozinha e menções às amigas demonstram o quanto a interação social e o faz de conta são centrais para o desenvolvimento emocional e para a construção de vínculos na infância. São nesses momentos que as crianças aprendem a se expressar, a negociar sentimentos e a ocupar coletivamente os espaços.

Essas falas, longe de serem meramente lúdicas, são expressões legítimas de cidadania. Elas nos lembram que ouvir as crianças, sobretudo aquelas neurodivergentes, é essencial para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e sensíveis à pluralidade da infância.

A recorrência de pedidos por pistas de skate, parquinhos e espaços de movimento intenso sugere o quanto essas crianças valorizam atividades que favoreçam a expressão corporal e a descarga sensorial. Essas preferências são especialmente importantes para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), TDAH e outros perfis de neurodivergência, que se beneficiam de ambientes estruturados, porém flexíveis, que favoreçam tanto o movimento quanto a organização sensorial.

Outras falas demonstram uma atenção especial ao ambiente sensorial: o desejo por música, grama verde, flores, jardins e brinquedos de faz de conta. Esses elementos reforçam a importância de espaços que sejam, ao mesmo tempo, estimulantes e reguladores, com diversidade de cores, texturas e sons – elementos que proporcionam bem-estar, segurança emocional e liberdade para imaginar e criar. Parques sensoriais, com zonas de calma, brinquedos simbólicos e equipamentos que respeitem diferentes formas de brincar, tornam-se, assim, fundamentais



Figura 39 - **Lorenzo Gabriel (6 anos)** – *“Quero um campo para jogar futebol com meus amigos”.*
EMEFTI João Oliva Alves.



Figura 40 - **Samuel (5 anos)** – *“Quero uma praça com muitas flores, balanços, gangorra, uma academia de criança. Na praça que brinco só tem aparelho de adulto”.*
EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso.

Também ficou evidente a valorização do brincar simbólico e do convívio com outras crianças. Brincadeiras com casinhas, brinquedos de cozinha e menções às amigas demonstram o quanto a interação social e o faz de conta são centrais para o desenvolvimento emocional e para a construção de vínculos na infância. São nesses momentos que as crianças aprendem a se expressar, a negociar sentimentos e a ocupar coletivamente os espaços.

Essas falas, longe de serem meramente lúdicas, são expressões legítimas de cidadania. Elas nos lembram que ouvir as crianças, sobretudo aquelas neurodivergentes, é essencial para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e sensíveis à pluralidade da infância.

Também ficou evidente a valorização do brincar simbólico e do convívio com outras crianças. Brincadeiras com casinhas, brinquedos de cozinha e menções às amizades demonstram o quanto a interação social e o faz de conta são centrais para o desenvolvimento emocional e para a construção de vínculos na infância. São nesses momentos que as crianças aprendem a se expressar, a negociar sentidos e a ocupar coletivamente os espaços.

Essas falas, longe de serem meramente lúdicas, são expressões legítimas de cidadania. Elas nos lembram que ouvir as crianças, sobretudo aquelas neurodivergentes, é essencial para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e sensíveis à pluralidade da infância.



Figura 41 – Escuta qualificada na **EMEITI Maria Ruth Wynne Cardoso**.



Figura 42 e 43 – Escuta qualificada na **EMEFTI João Oliva Alves**.

Incluir é ouvir com respeito, planejar com sensibilidade e agir com responsabilidade. As vozes dessas crianças indicam caminhos concretos para transformar a cidade em um espaço mais justo e acolhedor para todas as infâncias.

Esse trabalho revela que escutar é mais do que um ato técnico: é um gesto político e ético de reconhecimento da dignidade infantil. As narrativas, os desenhos, os sonhos e as palavras das crianças de Aracaju agora fazem parte de um documento que guiará políticas públicas reais e transformadoras. Que este seja o ponto de partida para uma cultura de participação contínua, onde cada criança tenha sua existência valorizada e sua opinião respeitada como expressão legítima de cidadania, desde a Primeira Infância.

4.2 A participação das famílias: escuta qualificada, saberes cotidianos e corresponsabilidade, na construção do PMPI



Figura 44 – Associação do Quilombo Maloca.

A participação das famílias na formulação de políticas públicas para a infância é um direito e uma estratégia essencial para a promoção do desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos. No contexto do PMPI Aracaju, a escuta ativa das famílias foi uma etapa estruturante do processo de elaboração, assegurando que as vozes dos cuidadores – mães, pais, responsáveis – fossem incorporadas, de forma qualificada, à análise das necessidades, prioridades e potencialidades do território.

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016) afirma expressamente a necessidade de se considerar “a opinião da criança e de sua família na formulação de políticas públicas” (art. 4º, inciso VII), reconhecendo as famílias como agentes legítimos na construção de políticas intersetoriais voltadas à Primeira Infância. Essa diretriz dialoga com os fundamentos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece, no art. 4º, a corresponsabilidade da família, da sociedade e do estado na proteção integral da criança, com prioridade absoluta.

A escuta das famílias não se limita à coleta de opiniões, mas implica reconhecer seus saberes, experiências e práticas como fontes legítimas de conhecimento sobre o cotidiano da infância. Como destaca Sarmiento (2013), as políticas públicas que se propõem a ser democráticas devem incluir mecanismos institucionais que viabilizem “a escuta daqueles que convivem com as crianças nos contextos reais da vida cotidiana”, promovendo a interlocução entre o saber técnico e o saber vivido. Esse princípio está na base do conceito de participação qualificada, ou seja, a construção de espaços nos quais as famílias possam expressar suas percepções, angústias e propostas de forma respeitosa, segura e horizontal.

Com compromisso ético e atenção à equidade, o PMPI buscou deliberadamente alcançar e escutar famílias historicamente invisibilizadas nos processos de construção de políticas públicas. Foram realizadas escutas com famílias do Quilombo Maloca, comunidade tradicional remanescente de quilombo localizada em Aracaju, assim como com membros da Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba, reconhecendo o modo de vida, os vínculos culturais e os desafios enfrentados por esses grupos, no cuidado com suas crianças.



Figura 45 – **Associação das catadoras e catadores de mangaba Padre Luiz Lemper.**

Além disso, o questionário foi amplamente divulgado em redes e instituições que atendem às famílias de crianças indígenas, surdas, com baixa visão, e/ou outras condições atípicas, assegurando sua participação efetiva na escuta pública do Plano.

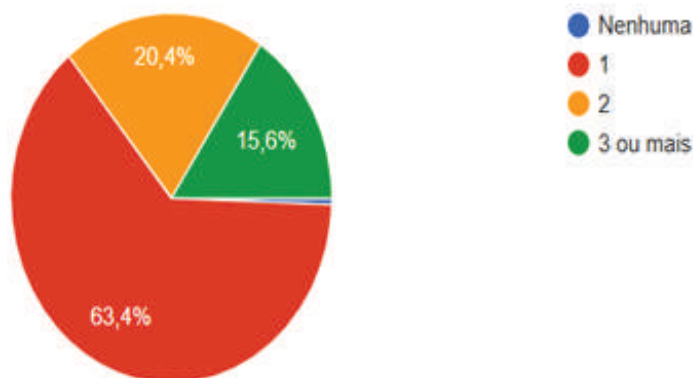
A metodologia de escuta das famílias foi organizada com o objetivo de captar as especificidades territoriais, culturais e sociais da Primeira Infância, em seus diferentes contextos. Para isso, foram promovidas rodas de conversa, entrevistas abertas, além da aplicação de um questionário online, disponibilizado por meio da plataforma Google Forms, o que ampliou o alcance e a acessibilidade à participação das famílias. Ao todo, foram registrados 1.592 questionários respondidos, o que demonstra um expressivo engajamento social no processo de construção do Plano. O instrumento continha 16 questões objetivas, voltadas à identificação de demandas, percepções e prioridades relacionadas aos direitos e ao cuidado com crianças de 0 a 6 anos, em diferentes territórios da cidade, conforme análise qualitativa abaixo:

A resposta à pergunta **"Você é mãe, pai ou responsável por alguma criança de 0 a 6 anos?"** revelou que 63,45% dos participantes cuidam de uma criança nessa faixa etária, 20,4% são responsáveis por duas crianças e 15,6% por três ou mais crianças. Esses dados indicam que a maioria das famílias participantes lida com as demandas do cuidado infantil, em núcleos familiares relativamente pequenos, o que pode facilitar o acompanhamento mais individualizado do desenvolvimento da criança. No entanto, a presença significativa de famílias com duas ou mais crianças pequenas (mais de 36%) também aponta para realidades em que os desafios cotidianos – como conciliar trabalho, atenção individualizada, acesso a serviços públicos e tempo de qualidade – são intensificados.

Gráfico 25 - Composição familiar, segundo o número de crianças de 0 a 6 anos

Você é mãe, pai ou responsável por alguma criança de 0 a 6 anos?

1.592 respostas



Essa diversidade no número de crianças por responsável exige do poder público uma atenção diferenciada no desenho das políticas de cuidado e proteção. Famílias com mais de uma criança pequena, por exemplo, podem demandar maior suporte em relação a Creches, programas de transferência de renda, acesso à saúde preventiva e atividades educativas complementares, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais.

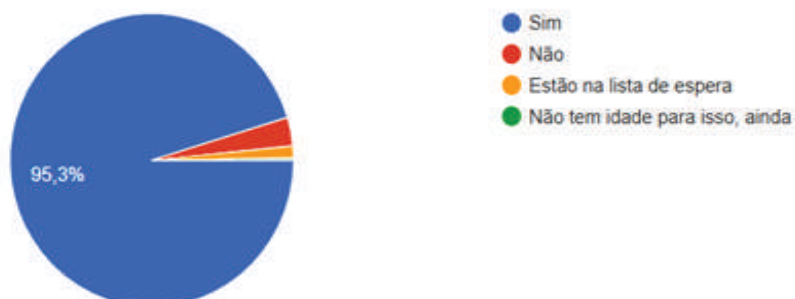
Além disso, a predominância de responsáveis diretos (pais, mães ou tutores legais), entre os respondentes, reforça a legitimidade da escuta realizada, pois são essas pessoas que vivenciam na prática os desafios da Primeira Infância e podem contribuir de forma valiosa para o aprimoramento das políticas públicas. A análise desse dado, portanto, fortalece a necessidade de políticas sensíveis à composição e à dinâmica das famílias, promovendo o cuidado integral e o desenvolvimento pleno das crianças, desde os seus primeiros anos de vida.

Com base nas respostas à pergunta **"As crianças da sua casa frequen-tam alguma creche ou pré-escola?"**, observa-se um cenário positivo em relação ao acesso à Educação Infantil no município de Aracaju. A grande maioria dos respondentes (95,35%) afirmou que as crianças, sob sua responsabilidade, estão matriculadas em Creche ou Pré-escola, o que evidencia um bom nível de cobertura da Rede Municipal e/ou Conveniada de Educação Infantil.

Gráfico 26 - Crianças em Creche ou Pré-escola, Segundo os Respondentes

As crianças da sua casa frequentam alguma creche ou pré-escola?

1.592 respostas



Por outro lado, embora pequeno em termos percentuais, o grupo que não tem crianças matriculadas (3,1%) ou que ainda está em lista de espera (1,3%) revela a existência de barreiras pontuais de acesso, que podem estar relacionadas à falta de vagas em determinadas regiões, à distância das Unidades de Ensino, à ausência de apoio para o transporte das crianças ou a horários incompatíveis com a rotina das famílias.

Esses dados indicam a necessidade de ações territoriais mais precisas, especialmente em áreas com maior demanda reprimida, de modo a garantir que nenhuma criança fique fora da Creche ou Pré-escola por falta de estrutura ou planejamento. Além disso, a escuta desses grupos pode contribuir para aprimorar os critérios de matrícula, ampliar o número de vagas e garantir o direito à Educação Infantil de forma plena, equitativa e universal.

Com base nas respostas à pergunta "**Você já precisou de atendimento em saúde (como posto ou UBS) para sua criança nos últimos 12 meses? Como avalia esse atendimento?**", é possível identificar percepções diversas da população em relação aos serviços de atenção básica em saúde, ofertados em Aracaju, para a Primeira Infância.

Você já precisou de atendimento em saúde (como posto ou UBS) para sua criança nos últimos 12 meses? Como avalia esse atendimento?

1.592 respostas

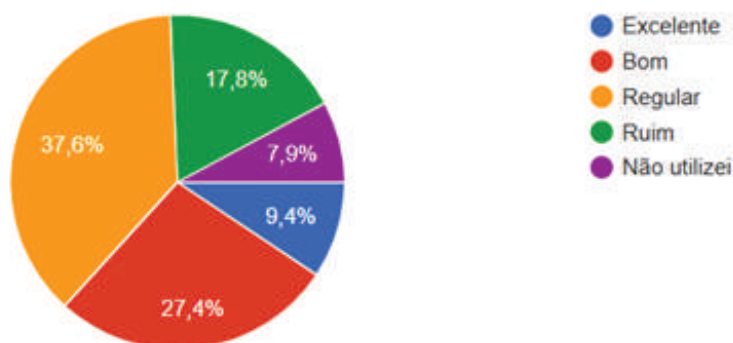


Gráfico 29 – Principais dificuldades da Primeira Infância, em Aracaju

Quais são os maiores desafios que as crianças pequenas enfrentam hoje em Aracaju?

1.592 respostas



A dificuldade de acesso à saúde, apontada por 35,2% dos respondentes, lidera a lista de desafios, o que reforça a percepção de que os serviços de atenção básica não têm conseguido atender de forma plena e oportuna às necessidades das crianças pequenas. Isso pode envolver, desde a escassez de pediatras e agendamentos dificultados, até problemas estruturais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e falta de acolhimento humanizado. Para a Primeira Infância, essa fragilidade é crítica, já que os primeiros anos exigem acompanhamento contínuo e preventivo para garantir o desenvolvimento saudável.

A falta de vagas em Creches, mencionada por 30,6%, é outro desafio significativo, revelando uma demanda reprimida que impacta diretamente as mães e responsáveis que precisam trabalhar ou estudar, além de afetar o direito da criança ao convívio coletivo, à socialização e à aprendizagem, desde cedo. Esse dado reforça a urgência de ampliar a oferta de vagas em Creches públicas com qualidade, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

A carência de espaços de lazer adequados, citada por 20,4%, evidencia a escassez de áreas públicas seguras, acessíveis e apropriadas ao brincar, direito essencial na Primeira Infância. A ausência de praças, parques infantis, áreas verdes e espaços culturais compromete o desenvolvimento psicossocial das crianças e limita as oportunidades de convivência comunitária e expressão lúdica.

Por fim, a falta de segurança nos bairros, apontada por 9,9%, revela o impacto da violência urbana sobre a infância. Ambientes inseguros restringem a mobilidade das crianças e suas famílias, inibem o uso dos poucos espaços públicos existentes e afetam diretamente o bem-estar emocional e a liberdade de brincar – aspectos fundamentais para o desenvolvimento saudável.

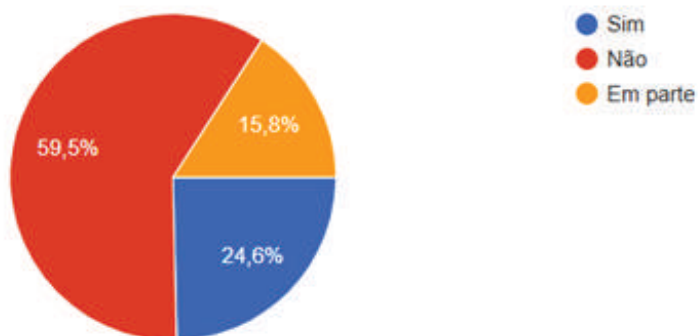
Em conjunto, os dados revelam que os principais desafios enfrentados pelas crianças pequenas, em Aracaju, estão relacionados à ausência ou precariedade de serviços essenciais e à fragilidade do ambiente urbano em assegurar uma infância digna, segura e estimulante. Isso evidencia a urgência de políticas públicas integradas e territorializadas, com foco na equidade e no fortalecimento da Rede de Proteção à Primeira Infância.

A pergunta **“Você considera que há espaços adequados para brincar perto da sua casa (praças, parques, quadras, áreas verdes)?”** traz informações valiosas sobre o direito ao brincar e à convivência comunitária em Aracaju, aspectos essenciais para o desenvolvimento integral na Primeira Infância.

Gráfico 30 - Disponibilidade de espaços públicos para o brincar

Você considera que há espaços adequados para brincar perto da sua casa (praças, parques, quadras, áreas verdes)?

1.592 respostas



A maioria dos respondentes, 59,5%, afirmou não dispor de espaços adequados para brincar, nas proximidades de suas residências, o que evidencia uma grave carência de infraestrutura urbana voltada às crianças pequenas. Esse dado revela que mais da metade das famílias vivem em territórios onde o brincar ao ar livre, o contato com a natureza e a convivência comunitária são limitados, muitas vezes restringindo as experiências fundamentais para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças.

Outros 15,8% disseram que esses espaços existem apenas “em parte”, o que pode indicar praças mal cuidadas, inseguras, sem equipamentos adequados ou pouco acessíveis, reforçando que, mesmo onde há algum tipo de estrutura, ela não atende plenamente às necessidades da infância.

Apenas 24,6% consideram que há, de fato, espaços adequados para brincar próximos de suas casas – o que mostra que essa realidade positiva é minoritária e concentrada em alguns territórios, evidenciando desigualdades no acesso ao lazer e ao uso do espaço urbano pela população infantil.

Essa percepção da população aponta para a necessidade urgente de investimentos em urbanismo social e em políticas públicas que garantam o direito ao brincar em todos os bairros de Aracaju, com a criação e manutenção de praças, parques infantis, áreas verdes e espaços culturais seguros, acessíveis e pensados com a participação das próprias crianças e comunidades. Valorizar o brincar como prática cidadã e como componente central do bem-estar infantil deve ser um dos pilares do Plano Municipal pela Primeira Infância.

A escuta ativa da população é um princípio fundamental para a construção de políticas públicas eficazes, especialmente no campo da infância, onde a corresponsabilidade entre estado, famílias e sociedade é essencial. A partir da pergunta “**Você sente que sua voz é ouvida pelas instituições públicas quando se trata de assuntos relacionados às crianças?**”, observou-se um dado expressivo de distanciamento entre os cidadãos e o poder público.

A maioria dos respondentes avaliou o atendimento como regular (37,6%), seguido por avaliações positivas: 27,4% bom e 9,4% excelente. Esses dados sugerem que, embora parte significativa das famílias reconheça aspectos satisfatórios no serviço prestado, há também um alto percentual de avaliações medianas, que apontam possíveis fragilidades na qualidade do atendimento, como tempo de espera, acolhimento, resolutividade ou continuidade do cuidado.

Por outro lado, 17,8% consideraram o atendimento ruim, um dado preocupante que indica falhas percebidas por quase 1 em cada 5 famílias, especialmente se tratando de um público vulnerável como crianças de 0 a 6 anos. Essa insatisfação pode refletir, desde a falta de profissionais capacitados, indisponibilidade de insumos, dificuldade de acesso aos territórios, até uma escuta inadequada das demandas infantis.

Já os 7,9% que não utilizaram os serviços no último ano também merecem atenção. É importante compreender se essa ausência se deu por autossuficiência das famílias, por acesso a serviços privados ou, em casos mais preocupantes, por desinformação, negligência institucional ou barreiras de acesso invisíveis.

Em conjunto, os dados apontam para a necessidade de qualificar os serviços de atenção básica voltados à Primeira Infância, com foco no acolhimento, humanização, formação continuada de profissionais, e melhor estruturação das Unidades Básicas de Saúde. Além disso, destaca-se a importância de territorializar os investimentos, priorizando áreas com maior insatisfação, como forma de promover a equidade e garantir o direito à saúde integral das crianças.

A pergunta **"Você já buscou ou utilizou algum serviço de assistência social em Aracaju (como CRAS, CREAS, BPC, cestas básicas, visitas domicilia-res ou programas voltados para crianças e famílias)? Se sim, como avalia esse atendimento?"** revela percepções importantes sobre a Rede de Proteção Social no município, especialmente no contexto da primeira infância.

A maioria das pessoas que utilizaram os serviços avaliou-os positivamente, com 33,8% considerando o atendimento bom e, 11,1%, como excelente. Esses dados demonstram um reconhecimento da importância e efetividade de parte da política de assistência social, sobretudo nos territórios onde há maior presença do CRAS, CREAS e ações comunitárias, direcionadas às famílias com crianças pequenas.

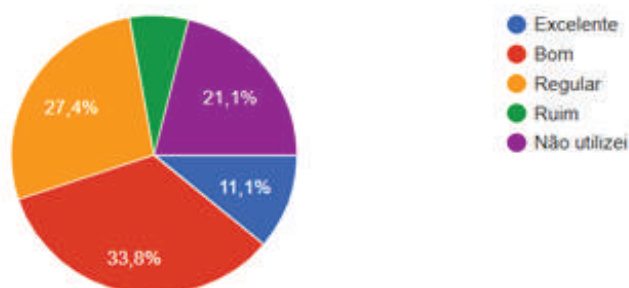
Contudo, 27,4% avaliaram o serviço como regular, o que sinaliza uma experiência intermediária, na qual o atendimento foi acessado, mas apresentou limitações quanto à qualidade, à resolutividade ou à capacidade de resposta às necessidades das famílias. Já os 6,7% que avaliaram como ruim representam um alerta importante, sugerindo fragilidades na escuta, acolhimento, burocracia ou na continuidade do atendimento, especialmente considerando o papel estratégico da assistência social no enfrentamento das vulnerabilidades que atingem crianças e suas famílias.

Além disso, 21,1% dos respondentes afirmaram não ter utilizado os serviços de assistência social, o que pode indicar diferentes realidades: desde famílias com menor vulnerabilidade social até grupos que, mesmo necessitando, não acessam os serviços por desconhecimento, estigma ou barreiras territoriais e institucionais.

Gráfico 28 - Uso e Avaliação da Assistência Social para Crianças e Famílias

Você já buscou ou utilizou algum serviço de assistência social em Aracaju (como CRAS, CREAS, Benefício de Prestação Continuada – BPC, cestas básicas, visitas domiciliares ou programas voltados para crianças e famílias)? Se sim, como avalia esse atendimento?

1.592 respostas



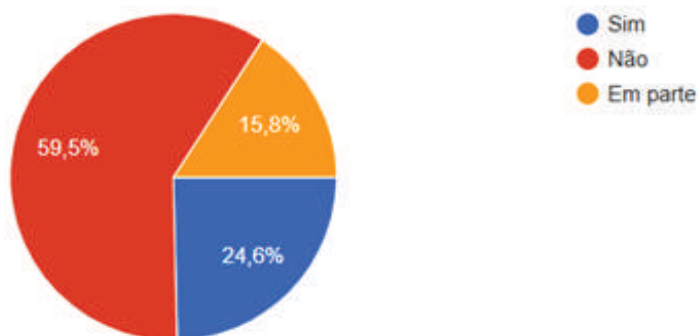
Esses dados reforçam a importância de fortalecer os serviços socioassistenciais em Aracaju, com ênfase na ampliação da cobertura, qualificação das equipes, escuta ativa e abordagem intersetorial, para garantir que todas as crianças e suas famílias tenham acesso a uma rede de apoio acolhedora, eficaz e comprometida com a superação das desigualdades sociais, desde os primeiros anos de vida.

A pergunta "**Quais são os maiores desafios que as crianças pequenas enfrentam, hoje, em Aracaju?**" oferece um panorama claro das principais fragilidades percebidas pelas famílias no cuidado e desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos. A análise qualitativa dos dados revela quatro grandes eixos de preocupação relacionados à garantia de direitos fundamentais na Primeira Infância.

Gráfico 30 - Disponibilidade de espaços públicos para o brincar

Você considera que há espaços adequados para brincar perto da sua casa (praças, parques, quadras, áreas verdes)?

1.592 respostas



A maioria dos respondentes, 59,5%, afirmou não dispor de espaços adequados para brincar, nas proximidades de suas residências, o que evidencia uma grave carência de infraestrutura urbana voltada às crianças pequenas. Esse dado revela que mais da metade das famílias vivem em territórios onde o brincar ao ar livre, o contato com a natureza e a convivência comunitária são limitados, muitas vezes restringindo as experiências fundamentais para o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo das crianças.

Outros 15,8% disseram que esses espaços existem apenas “em parte”, o que pode indicar praças mal cuidadas, inseguras, sem equipamentos adequados ou pouco acessíveis, reforçando que, mesmo onde há algum tipo de estrutura, ela não atende plenamente às necessidades da infância.

Apenas 24,6% consideram que há, de fato, espaços adequados para brincar próximos de suas casas – o que mostra que essa realidade positiva é minoritária e concentrada em alguns territórios, evidenciando desigualdades no acesso ao lazer e ao uso do espaço urbano pela população infantil.

Essa percepção da população aponta para a necessidade urgente de investimentos em urbanismo social e em políticas públicas que garantam o direito ao brincar em todos os bairros de Aracaju, com a criação e manutenção de praças, parques infantis, áreas verdes e espaços culturais seguros, acessíveis e pensados com a participação das próprias crianças e comunidades. Valorizar o brincar como prática cidadã e como componente central do bem-estar infantil deve ser um dos pilares do Plano Municipal pela Primeira Infância.

A escuta ativa da população é um princípio fundamental para a construção de políticas públicas eficazes, especialmente no campo da infância, onde a corresponsabilidade entre estado, famílias e sociedade é essencial. A partir da pergunta “**Você sente que sua voz é ouvida pelas instituições públicas quando se trata de assuntos relacionados às crianças?**”, observou-se um dado expressivo de distanciamento entre os cidadãos e o poder público.

Gráfico 29 – Principais dificuldades da Primeira Infância, em Aracaju

Quais são os maiores desafios que as crianças pequenas enfrentam hoje em Aracaju?

1.592 respostas



A dificuldade de acesso à saúde, apontada por 35,2% dos respondentes, lidera a lista de desafios, o que reforça a percepção de que os serviços de atenção básica não têm conseguido atender de forma plena e oportuna às necessidades das crianças pequenas. Isso pode envolver, desde a escassez de pediatras e agendamentos dificultados, até problemas estruturais nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e falta de acolhimento humanizado. Para a Primeira Infância, essa fragilidade é crítica, já que os primeiros anos exigem acompanhamento contínuo e preventivo para garantir o desenvolvimento saudável.

A falta de vagas em Creches, mencionada por 30,6%, é outro desafio significativo, revelando uma demanda reprimida que impacta diretamente as mães e responsáveis que precisam trabalhar ou estudar, além de afetar o direito da criança ao convívio coletivo, à socialização e à aprendizagem, desde cedo. Esse dado reforça a urgência de ampliar a oferta de vagas em Creches públicas com qualidade, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

A carência de espaços de lazer adequados, citada por 20,4%, evidencia a escassez de áreas públicas seguras, acessíveis e apropriadas ao brincar, direito essencial na Primeira Infância. A ausência de praças, parques infantis, áreas verdes e espaços culturais compromete o desenvolvimento psicossocial das crianças e limita as oportunidades de convivência comunitária e expressão lúdica.

Por fim, a falta de segurança nos bairros, apontada por 9,9%, revela o impacto da violência urbana sobre a infância. Ambientes inseguros restringem a mobilidade das crianças e suas famílias, inibem o uso dos poucos espaços públicos existentes e afetam diretamente o bem-estar emocional e a liberdade de brincar – aspectos fundamentais para o desenvolvimento saudável.

Em conjunto, os dados revelam que os principais desafios enfrentados pelas crianças pequenas, em Aracaju, estão relacionados à ausência ou precariedade de serviços essenciais e à fragilidade do ambiente urbano em assegurar uma infância digna, segura e estimulante. Isso evidencia a urgência de políticas públicas integradas e territorializadas, com foco na equidade e no fortalecimento da Rede de Proteção à Primeira Infância.

A pergunta **“Você considera que há espaços adequados para brincar perto da sua casa (praças, parques, quadras, áreas verdes)?”** traz informações valiosas sobre o direito ao brincar e à convivência comunitária em Aracaju, aspectos essenciais para o desenvolvimento integral na Primeira Infância.

Cerca de 47,4% dos respondentes afirmaram não se sentir ouvidos, o que aponta para uma percepção clara de invisibilidade ou ausência de canais efetivos de escuta por parte das instituições. Esse dado sugere que, mesmo quando há tentativas de participação, os moradores não reconhecem retorno ou acolhimento por parte dos órgãos públicos, o que pode gerar desmotivação, descrença nas políticas e baixa adesão às ações propostas. A escuta inefetiva também enfraquece o vínculo comunitário com os serviços e compromete a legitimidade das decisões tomadas sem diálogo com os principais interessados.

Além disso, 28,8% disseram nunca ter tentado participar, o que pode refletir tanto falta de informação sobre os canais disponíveis, quanto uma cultura institucional pouco aberta à participação popular. Também pode estar relacionado a barreiras de acesso, como baixa escolaridade, dificuldades de transporte, insegurança territorial ou jornadas de trabalho exaustivas – fatores que impactam diretamente a presença das famílias em espaços de escuta e consulta pública.

Por outro lado, apenas 23,7% afirmaram sentir que suas vozes são ouvidas, o que demonstra que há experiências positivas, embora ainda limitadas. Esses casos podem estar ligados a comunidades mais organizadas, experiências de gestão participativa pontuais ou à presença de profissionais e gestores sensíveis à escuta comunitária. É importante compreender e valorizar essas práticas para que sirvam de base para o fortalecimento de ações participativas mais amplas e estruturadas.

Gráfico 31 - Percepção sobre escuta em temas da infância

Os dados revelam um desafio importante para a política pública voltada à Primeira Infância: é necessário fortalecer a participação social de forma contínua, acessível e significativa. Para isso, o Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju deve criar e divulgar canais permanentes de escuta e participação das famílias e comunidades; incentivar práticas participativas nos territórios, com linguagem acessível e horários compatíveis com a rotina das famílias; capacitar profissionais da rede intersetorial para atuarem como mediadores do diálogo com a população; e promover devolutivas claras sobre como as contribuições da sociedade são consideradas no planejamento e na execução das ações públicas.

Garantir que a população se sinta ouvida não é apenas uma questão de gestão democrática, mas um requisito para que as políticas voltadas à infância sejam de fato eficazes, pois só funcionam plenamente quando baseadas na realidade concreta das crianças e de quem cuida delas.

A pergunta **“Você já participou de alguma reunião, conselho escolar, audiência pública ou outra atividade que discute os direitos das crianças?”** fornece informações importantes sobre o nível de engajamento social e participação cidadã das famílias nos processos decisórios que envolvem a Primeira Infância em Aracaju.

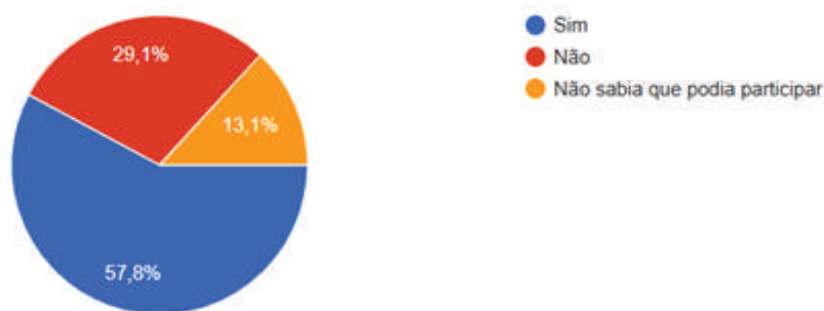
A maioria dos respondentes, 57,8%, afirmou já ter participado de alguma dessas instâncias, o que revela um potencial expressivo de mobilização social e interesse ativo na pauta da infância. Esse dado é positivo e demonstra que parte significativa da população está envolvida em espaços coletivos onde os direitos das crianças são debatidos – como conselhos escolares, audiências públicas, fóruns comunitários e reuniões de Unidades de Ensino ou de Saúde. Essa participação representa um instrumento poderoso de controle social e de fortalecimento do vínculo entre a comunidade e o poder público, além de indicar que há capital social disponível para ser mobilizado na implementação do PMPI.

Por outro lado, 29,1% nunca participaram dessas atividades, o que sugere a existência de barreiras de acesso ou desmotivação, possivelmente relacionadas à ausência de convites, formatos pouco acessíveis, linguagem técnica, ou mesmo à falta de tempo e condições materiais por parte das famílias. Mais alarmante ainda é o dado de que 13,1% afirmaram não saber que podiam participar, o que aponta para déficits de comunicação institucional e de divulgação dos canais de participação, sobretudo junto às populações em situação de maior vulnerabilidade.

Gráfico 32 - Participação em ações relacionadas aos direitos da criança

Você já participou de alguma reunião, conselho escolar, audiência pública ou outra atividade que discute os direitos das crianças?

1.592 respostas



Essa realidade exige do município estratégias mais efetivas de escuta, mobilização e engajamento social, especialmente no contexto da Primeira Infância, em que a atuação ativa das famílias e comunidades é essencial para o sucesso das políticas públicas. O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju deve, portanto, valorizar e ampliar as formas de participação popular, investindo em processos formativos, linguagem acessível, espaços mais acolhedores, horários compatíveis com a rotina das famílias e articulação com lideranças comunitárias.

Promover a participação social informada e qualificada é um compromisso democrático e uma condição fundamental para a construção de políticas públicas mais justas, legítimas e conectadas com as realidades vividas pelas crianças e seus cuidadores.

A análise qualitativa das 1.288 respostas à pergunta aberta **“O que você acha que mais precisa melhorar em Aracaju para garantir uma infância feliz e saudável para todas as crianças?”** revela um conjunto consistente de demandas sociais que expressam as principais percepções, angústias e expectativas das famílias quanto ao cuidado, à proteção e ao desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos. Essas vozes representam um diagnóstico popular participativo, fundamental para a construção de um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) alinhado à realidade vivida nos territórios.

A saúde pública aparece como a área mais mencionada de forma direta ou combinada com outras (educação e segurança), evidenciando a insatisfação generalizada com a qualidade do atendimento nas UBS, especialmente em relação à falta de pediatras, demora para consultas e exames, dificuldades de acesso a especialistas, como fonoaudiólogos e neuropediatras, e fragilidades no acolhimento de crianças atípicas e autistas. O cuidado em saúde é relatado não apenas como um direito, mas como um ponto de sofrimento diário. Termos como “caos”, “demora”, “falta de atendimento”, “descaso” e “sem pediatra” são recorrentes. Há também denúncias veladas sobre a inadequação de alguns profissionais no trato com crianças, o que aponta para a necessidade urgente de formação humanizada e continuada das equipes da atenção básica.

A demanda por mais Creches e escolas, com funcionamento em período integral, ensino de qualidade, estrutura adequada e profissionais capacitados, aparece como uma preocupação central para mães e pais, especialmente para as mães solo e famílias em situação de vulnerabilidade. Muitas famílias relatam falta de vagas próximas de casa, escolas distantes, e dificuldades para conciliar cuidado e trabalho. A escola é vista não apenas como um direito da criança, mas como elemento central da Rede de Apoio às Famílias. Também são citadas a necessidade de Creches climatizadas, alimentação escolar reforçada e acolhimento qualificado para crianças com deficiência.

A insegurança nos bairros é uma das preocupações mais frequentes. Termos como “muita violência”, “mais segurança”, “criança tem que brincar sem correr riscos” refletem um sentimento coletivo de medo que restringe o brincar, o ir e vir, a socialização e o uso dos poucos espaços públicos existentes. A ausência de segurança transforma o espaço urbano em um território hostil para a infância, sobretudo em bairros periféricos.

A falta de praças, parques, áreas verdes e espaços de lazer bem estruturados foi uma das demandas mais repetidas. Muitas famílias mencionam que não há espaços para as crianças brincarem com segurança, ou que os poucos existentes estão abandonados, sem brinquedos ou com riscos físicos. Surgem também sugestões de praças com brinquedos adequados, acessíveis, sombreadas, seguras, e ideias de atividades comunitárias para integrar famílias. Isso indica a urgência de uma política de urbanismo infantil, que integre o direito ao brincar ao planejamento da cidade.

Algumas respostas fogem do padrão técnico e evidenciam o desejo por um cuidado mais humano e sensível: “precisam de mais amor e atenção”, “criança tem que ser prioridade”, “quem cuida tem que amar o que faz”. Essas falas apontam para a dimensão afetiva e ética do cuidado, sugerindo que a escuta, o acolhimento e a empatia sejam princípios estruturantes das políticas públicas.

Chamam atenção os relatos sobre a fragilidade da inclusão de crianças atípicas, em especial autistas. As famílias mencionam com frequência a falta de acesso a terapias especializadas, dificuldade no diagnóstico, pouca acolhida nas escolas e ausência de políticas públicas reais de inclusão. A inclusão é descrita como “superficial”, ou “só no papel”, reforçando a importância de que o PMPI de Aracaju traga ações concretas, transversais e monitoráveis para a inclusão real dessas crianças.

As 1.288 respostas analisadas revelam um forte sentimento coletivo de que a infância em Aracaju ainda não é uma prioridade no planejamento urbano e nas políticas públicas. As demandas por mais e melhores serviços de saúde, educação, segurança e lazer expressam a urgência de ações integradas, territoriais e centradas na criança. Para o PMPI, essas vozes são insumos valiosos e legítimos, que devem ser reconhecidos, valorizados e traduzidos em metas, ações e indicadores de monitoramento, com especial atenção à escuta contínua das famílias e das próprias crianças.

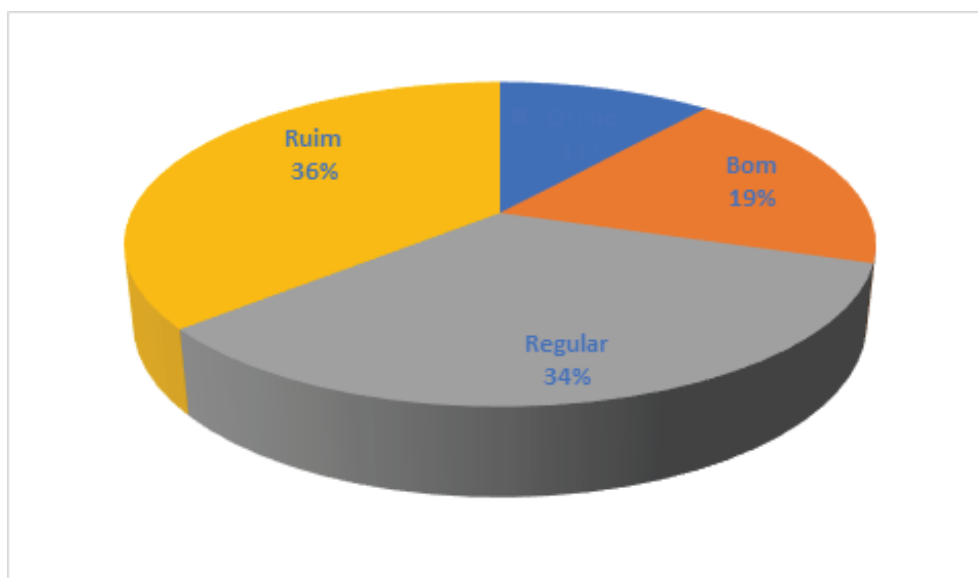
A análise da pergunta **“Como você avalia o acesso a serviços de saúde e educação especializados para sua criança atípica (por exemplo, com necessidades educacionais especiais, autismo, TDAH, etc.) em Aracaju?”** revela importantes fragilidades nas políticas públicas voltadas à infância com desenvolvimento atípico, justamente um dos grupos que mais demanda atenção especializada, articulação intersetorial e ações continuadas.

Os dados apontam que 70% dos respondentes avaliaram negativamente ou de forma insatisfatória o acesso a esses serviços: 36% classificaram como ruim e 34% como regular. Esse número expressivo revela um quadro de desassistência parcial ou total, especialmente no que diz respeito à atenção em saúde mental, terapias multidisciplinares (fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, psicopedagogia) e inclusão educacional de qualidade.

Entre os principais obstáculos relatados em comentários associados a outras perguntas do questionário, destacam-se: longas filas de espera para consultas com especialistas, como neuropediatras; falta de profissionais capacitados nas Unidades de Saúde e escolas, especialmente com formação específica em autismo e TDAH; escassez de salas de recursos, cuidadores e profissionais de apoio na Educação Infantil; dificuldade de diagnóstico precoce e falta de continuidade no acompanhamento clínico e educacional; sentimento de invisibilidade e negligência institucional, expresso em frases como “a inclusão ainda é superficial” e “falta acolhimento verdadeiro”.

Por outro lado, apenas 30% dos respondentes classificaram o atendimento como bom (19%) ou ótimo (11%), indicando que alguns territórios ou serviços conseguem ofertar apoio com qualidade, embora isso ainda seja uma exceção.

Gráfico 33 – Atendimento a crianças atípicas



Esses dados tornam evidente que a inclusão das crianças com desenvolvimento atípico precisa ser tratada como prioridade transversal no Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). Isso implica não apenas ampliar o acesso, mas garantir qualidade, continuidade, articulação entre saúde e educação e o fortalecimento das Redes de Apoio às famílias. É fundamental investir na formação continuada de profissionais, na expansão de atendimentos especializados nas UBS, na estruturação de equipes multiprofissionais nas escolas, bem como no monitoramento da efetividade das ações de inclusão, com escuta ativa das famílias.

O sentimento de invisibilidade e a percepção de exclusão reforçam a urgência de uma abordagem que reconheça a diversidade do desenvolvimento infantil como parte integrante da construção de uma Aracaju verdadeiramente inclusiva, acolhedora e equitativa para todas as crianças.

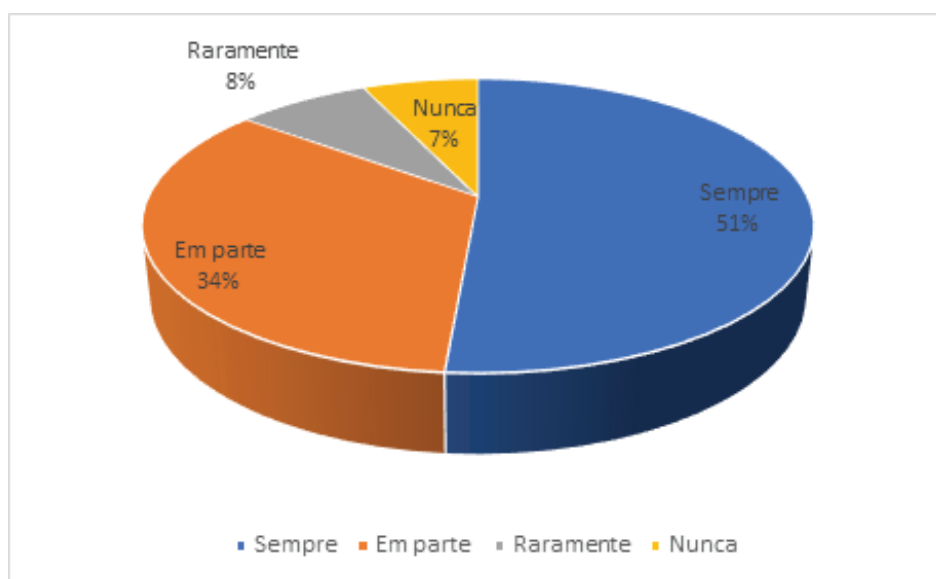
A análise da pergunta **“Sua família sente que as práticas culturais e a identidade quilombola de sua criança são respeitadas e valorizadas nas instituições de Educação Infantil e nos serviços públicos de Aracaju?”**, direcionada às famílias com filhos(as) quilombolas, traz contribuições relevantes para o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), especialmente no que diz respeito ao reconhecimento das diversidades étnico-raciais na infância e à efetivação do direito à identidade cultural.

Os resultados revelam que 51% das famílias quilombolas percebem que a identidade e as práticas culturais de suas crianças são sempre respeitadas e valorizadas nas instituições públicas. Esse dado é significativo e aponta para avanços importantes na promoção do reconhecimento e da valorização da cultura quilombola no município. Ele reflete a presença de ações concretas e experiências positivas em determinados territórios e serviços, que têm se mostrado sensíveis à diversidade étnico-racial e comprometidos com a inclusão cultural, desde a Primeira Infância. Esses avanços representam um passo importante na construção de políticas públicas mais equitativas, e demonstram que é possível fortalecer práticas pedagógicas e de cuidado que respeitem os saberes, tradições e identidades das comunidades quilombolas, contribuindo para o pertencimento, a autoestima e o pleno desenvolvimento das crianças.

Por outro lado, 34% das famílias afirmaram que esse respeito ocorre apenas “em parte”, o que indica que, apesar dos avanços, a valorização da identidade quilombola ainda é desigual e, muitas vezes, pontual. Essa percepção parcial pode estar associada à presença de práticas simbólicas ou pontuais, como celebrações culturais isoladas, sem que haja uma inclusão contínua, estruturada e intersetorial da temática nos currículos escolares, na abordagem dos serviços públicos ou na formação das equipes.

Já os grupos que responderam “raramente” (8%) e “nunca” (7%), embora em menor proporção, expõem a persistência de invisibilizações e barreiras institucionais, que ainda dificultam o reconhecimento pleno das infâncias quilombolas e de seus direitos culturais. Esses dados reforçam a necessidade de aprofundar e territorializar o compromisso antirracista do município, garantindo que a política pública chegue com qualidade e consistência a todas as comunidades, inclusive às mais vulnerabilizadas.

Gráfico 34 – Respeito à identidade e cultura quilombola



Nesse sentido, o PMPI deve incorporar estratégias que promovam: a formação continuada e antirracista de profissionais da educação, saúde e assistência social; a inserção estruturada da história e cultura afro-brasileira e quilombola nos projetos pedagógicos das instituições de educação infantil, conforme preconizado pela Lei n.º 10.639/2003; a escuta ativa das famílias quilombolas, garantindo sua participação efetiva no planejamento e no controle social das políticas públicas; a promoção de ambientes educativos, culturais e comunitários que fortaleçam a identidade quilombola, desde a Primeira Infância.

Garantir o respeito à identidade quilombola não é apenas uma questão de representatividade: é assegurar às crianças o direito de se desenvolverem com dignidade, pertencimento e orgulho de suas origens, contribuindo para a construção de uma Aracaju mais justa, plural e, verdadeiramente, inclusiva.

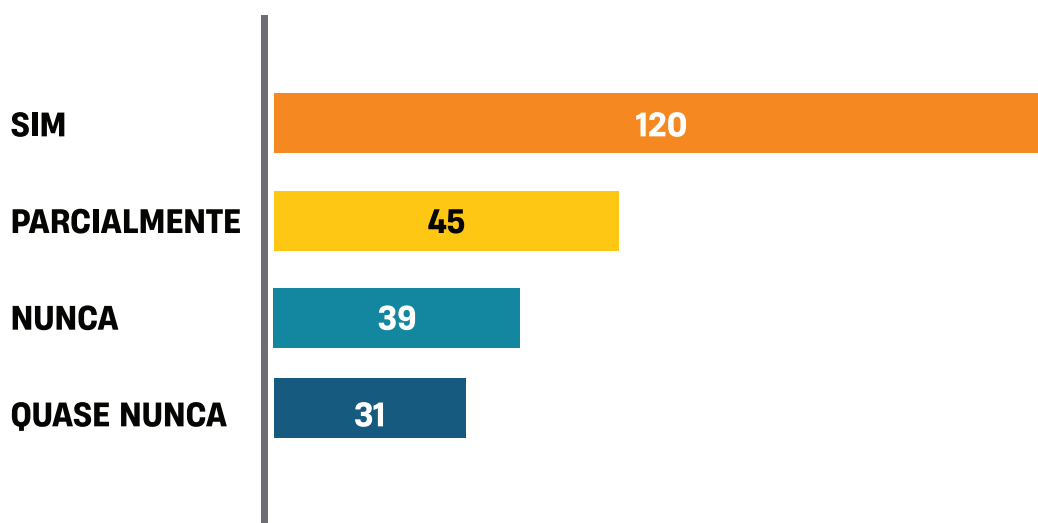
A análise da pergunta **“A sua criança indígena (língua, tradições, alimentação, saberes) encontra apoio e sensibilidade cultural nas Creches, Pré-escolas e serviços de saúde de Aracaju?”**, voltada às famílias indígenas da capital sergipana, oferece elementos essenciais para compreender o grau de reconhecimento, respeito e acolhimento das especificidades culturais dos povos indígenas nos serviços públicos voltados à Primeira Infância.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, 1.944 pessoas indígenas residem em Aracaju, o que reforça a presença significativa e historicamente invisibiliza-da dos povos originários no território urbano da cidade. No processo participativo de escuta qualificada do PMPI, 235 famílias indígenas responderam ao questionário, o que representa uma amostra expressiva, cerca de 12% da população indígena local, considerando que muitas respostas referem-se a núcleos familiares inteiros. Esse nível de participação evidencia engajamento comunitário e interesse ativo dessas famílias em contribuir com a construção de políticas públicas que respeitem suas identidades e modos de vida.

Entre os respondentes, 120 afirmaram que suas crianças são acolhidas com sensibilidade cultural, ou seja, percebem respeito às suas tradições, línguas, formas de cuidado e alimentação nas instituições públicas de educação e saúde. Esse dado, que corresponde a pouco mais da metade das respostas, é um indicativo positivo de que existem experiências concretas de reconhecimento e valorização da cultura indígena em alguns serviços e territórios, mostrando que é possível construir práticas institucionais mais abertas à diversidade étnico-racial, desde a Primeira Infância.

Contudo, os demais 115 respondentes apontaram diferentes níveis de ausência ou insuficiência desse reconhecimento: 45 relataram que ocorre apenas parcialmente, 31 disseram que “quase nunca” há sensibilidade cultural e 39 afirmaram que “nunca” percebem esse respeito. Esses dados revelam que, embora haja avanços, persistem barreiras institucionais, omissões e práticas pedagógicas e assistenciais que desconsideram os saberes tradicionais, as línguas e as cosmovisões dos povos indígenas, afetando diretamente o direito ao pertencimento e ao desenvolvimento integral das crianças indígenas, em Aracaju.

Gráfico 35 – Apoio a crianças indígenas



As respostas indicam que falta formação intercultural nas equipes que atuam na Educação Infantil, saúde e assistência, bem como iniciativas estruturadas e contínuas de valorização das culturas indígenas nos serviços públicos. Quando não há esse reconhecimento, há risco de violação do direito à identidade cultural (previsto no ECA e na Constituição Federal), além de impactos emocionais e sociais negativos no processo de socialização das crianças indígenas, que podem vivenciar exclusão, discriminação e negação de sua história e ancestralidade.

Diante desse cenário, o PMPI de Aracaju deve assumir o compromisso com uma política efetivamente intercultural e antirracista, por meio das seguintes diretrizes: fortalecer a formação continuada de profissionais com enfoque na diversidade étnico-racial, nos direitos indígenas e na pedagogia decolonial; garantir o respeito e a incorporação dos saberes, línguas, práticas alimentares, narrativas orais e rituais indígenas nos projetos pedagógicos e protocolos de atenção à infância; incentivar a escuta ativa e a participação das famílias e lideranças indígenas na formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas; promover a visibilidade positiva das infâncias indígenas nos territórios urbanos, com ações intersetoriais voltadas ao pertencimento, à cidadania e à equidade.

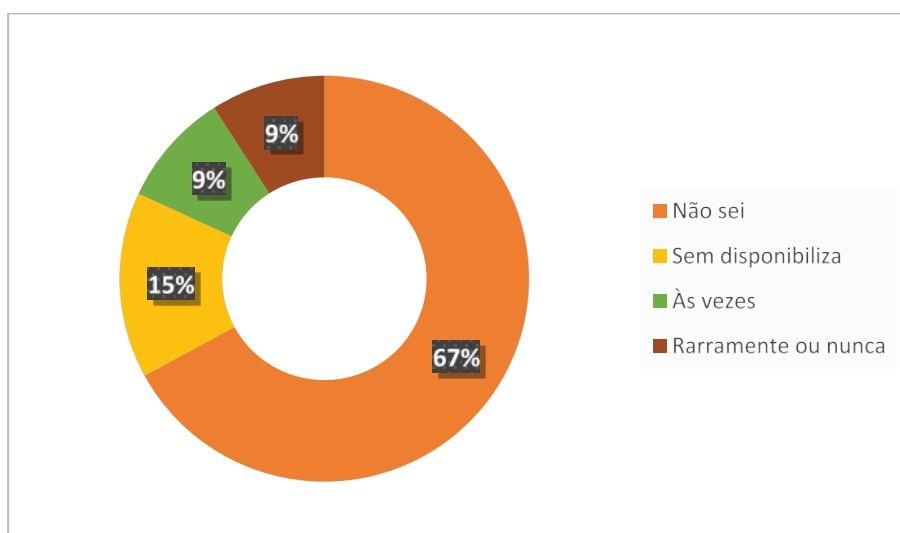
Portanto, os dados da escuta reforçam que a construção de uma cidade mais justa e plural para as crianças passa, necessariamente, pela inclusão qualificada das infâncias indígenas nas políticas públicas, com ações que articulem respeito à identidade, valorização cultural e equidade no acesso aos serviços públicos.

A análise da pergunta **“A criança surda da sua família tem acesso a intérprete de Libras ou material multimídia acessível nas Creches, Pré-escolas ou serviços de saúde?”** revela importantes lacunas no campo da acessibilidade comunicacional voltada à Primeira Infância em Aracaju.

O dado mais expressivo é que 67% dos respondentes disseram “não sei”, o que aponta para falta de informação, de visibilidade institucional e, possivelmente, de oferta real de recursos de acessibilidade. Esse alto percentual indica que, mesmo entre as famílias de crianças surdas, há pouca clareza sobre a existência ou não de intérpretes de Libras e materiais acessíveis, sugerindo que, quando existem, essas estratégias não são devidamente comunicadas, garantidas ou institucionalizadas nos serviços públicos.

Além disso, 15% afirmaram que não há qualquer disponibilização desses recursos, reforçando a percepção de negligência na efetivação dos direitos das crianças surdas. Apenas 9% relataram que o acesso ocorre “às vezes”, o que evidencia que o atendimento inclusivo, quando existe, é instável e descontinuado ou depende de ações isoladas de profissionais específicos.

Gráfico 36 – Acessibilidade para crianças surdas



Esses dados evidenciam a necessidade de ampliar o compromisso com a inclusão das crianças surdas nas políticas públicas voltadas à Primeira Infância, conforme assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A ausência de acessibilidade linguística, como intérpretes de Libras e materiais adequados, ainda representa um desafio a ser superado, pois impacta diretamente o direito à comunicação, ao aprendizado, ao cuidado em saúde e à participação plena na vida social.

Ao mesmo tempo, os dados apontam uma importante oportunidade para o município avançar na construção de ambientes mais acessíveis, acolhedores e equitativos, por meio de investimentos em formação de profissionais, adoção de tecnologias inclusivas e fortalecimento da escuta das famílias com crianças surdas. Promover acessibilidade, desde a Primeira Infância, é um passo fundamental para garantir o desenvolvimento integral de todas as crianças, com respeito à diversidade e à dignidade humana.

Como estratégia complementar de acessibilidade, foi realizada uma roda de conversa presencial no Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo de Sergipe (IPAESE), com mães, pais e responsáveis, com o objetivo de aplicar o questionário de forma mediada e dialogada. Essa atividade contou com a participação de um pai surdo, e foi garantido o acompanhamento de intérprete de Libras do IPAESE, reafirmando o compromisso do Plano com a escuta inclusiva, a valorização da diversidade e o direito de todas as famílias contribuírem para a construção das políticas públicas voltadas à Primeira Infância.



Figura 46 - Roda de conversa realizada no IPAESE

Essa escuta sensível permitiu a identificação de demandas urgentes, como a ampliação do acesso à Creche, a presença de profissionais capacitados para lidar com a diversidade, o fortalecimento dos vínculos afetivos entre escola e família, e a necessidade de espaços públicos seguros e adequados para o brincar livre, inclusivo e culturalmente significativo.

Diante desse cenário, o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) deve prever ações urgentes para garantir a presença de intérpretes de Libras e o uso de recursos visuais e multimídia acessíveis nas Creches, Pré-escolas e Unidades Básicas de Saúde; capacitar os profissionais da Rede Pública para o atendimento inclusivo e sensível às especificidades da surdez na infância; criar fluxos de atendimento e protocolos que assegurem a comunicação plena com as famílias e crianças surdas, desde o acolhimento até o acompanhamento de rotina; investir em campanhas de sensibilização e informação para que as famílias conheçam seus direitos e os recursos disponíveis.

Assim, a análise da questão evidencia que a acessibilidade para crianças surdas ainda está distante de ser uma realidade em Aracaju, e que é fundamental romper com o ciclo de invisibilidade e ausência de políticas específicas, garantindo que todas as crianças, independentemente de suas condições sensoriais, possam se desenvolver com dignidade, inclusão e equidade.

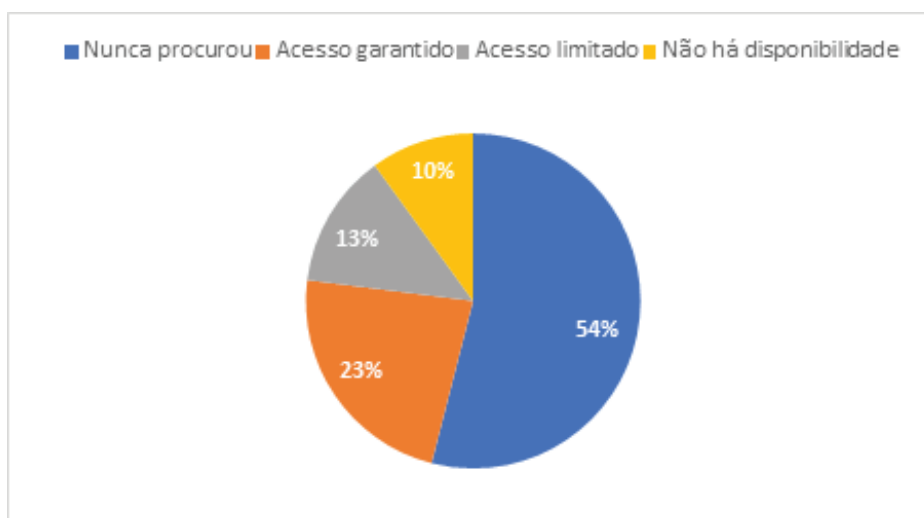
A análise da pergunta **“A sua criança cega tem acesso a materiais adaptados (livros em braille, brinquedos táteis, tecnologias assistivas) e acompanhamento especializado nas Creches, Pré-escolas ou serviços públicos de Aracaju?”**, voltada às famílias com crianças com deficiência visual, evidencia importantes lacunas, mas também oportunidades para o fortalecimento das políticas de inclusão na Primeira Infância no município.

A maioria dos respondentes (54%) afirmou nunca ter procurado esses recursos ou serviços, o que pode refletir múltiplas realidades: desde desconhecimento da existência de direitos e serviços acessíveis, até ausência de diagnóstico precoce, ou ainda baixa expectativa de que as instituições estejam preparadas para oferecer o suporte necessário. Esse dado revela a necessidade urgente de ampliar a divulgação e a orientação às famílias sobre os direitos das crianças com deficiência visual e sobre os serviços de apoio disponíveis na cidade, promovendo ações informativas e campanhas educativas inclusivas.

Por outro lado, 23% dos respondentes relataram ter o acesso garantido, indicando que existem práticas positivas já em funcionamento no município, como o fornecimento de materiais adaptados, o uso de tecnologias assistivas e o acompanhamento especializado em algumas Creches, Pré-escolas ou serviços públicos.

Contudo, ainda que em proporções menores, os dados apontam para barreiras significativas: 10% disseram que não há disponibilidade dos recursos e atendimentos, enquanto 13% relataram acesso limitado. Essas respostas indicam que, mesmo quando as famílias buscam o atendimento, a oferta de recursos adaptados ainda é insuficiente, irregular ou inadequada, o que compromete o desenvolvimento pleno da criança com deficiência visual, além de limitar sua participação e sua autonomia nos espaços coletivos.

Gráfico37 – Acessibilidade para crianças cegas



Garantir o acesso a materiais em braille, brinquedos táteis, tecnologias assistivas e acompanhamento pedagógico especializado, desde os primeiros anos de vida, é essencial para promover o desenvolvimento cognitivo, sensorial, emocional e social das crianças com deficiência visual. Esses recursos são assegurados pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que estabelecem o direito à educação e ao cuidado em igualdade de condições, com os apoios adequados. Investir nessas garantias significa não apenas cumprir a legislação vigente, mas criar oportunidades reais de inclusão, autonomia e participação plena para todas as crianças, fortalecendo uma educação verdadeiramente equitativa e acolhedora.

Diante disso, o PMPI de Aracaju deve incorporar diretrizes claras para: fortalecer e ampliar a Rede de Apoio à criança com deficiência visual, com foco na Primeira Infância; garantir a oferta de materiais didáticos e brinquedos acessíveis, como livros em braille, recursos sonoros e táteis; investir na formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e da saúde, com foco em acessibilidade, estimulação precoce e uso de tecnologias assistivas; promover a busca ativa, o diag-nóstico precoce e o acompanhamento integral das crianças com deficiência visual, em articulação com os serviços de saúde, educação e assistência; assegurar a participação das famílias na formulação e avaliação das ações de inclusão, considerando suas experiências e necessidades reais.

Para Bonetti e Ristum (2016), a escuta das famílias deve ser entendida como prática de reconhecimento e corresponsabilidade. Quando o poder público ouve os cuidadores das crianças e incorpora suas vozes nos planos e decisões, amplia-se a legitimidade das políticas e fortalece-se o pacto coletivo em torno da infância como bem comum. Nesse sentido, ouvir as famílias é não apenas um ato ético, mas também uma condição para a efetividade e sustentabilidade das ações planejadas.

A partir dessas contribuições, o PMPI estabelece como diretriz transversal a ampliação contínua e qualificada dos espaços de participação das famílias nas políticas públicas municipais voltadas à Primeira Infância. Isso inclui tanto o aprimoramento de conselhos, fóruns e comitês intersetoriais, quanto a criação de práticas cotidianas de diálogo nos serviços públicos, como reuniões familiares, visitas domiciliares e ações comunitárias, que favoreçam a escuta sensível e o fortalecimento dos vínculos entre famílias e instituições.

Reconhecer e escutar as famílias, com empatia e respeito à diversidade, é garantir que o cuidado com a infância seja construído de forma colaborativa, plural e contextualizada. É também reafirmar que toda criança, para crescer com dignidade, precisa de adultos que se sintam parte do seu processo de desenvolvimento e que tenham espaço real para participar da construção das políticas que as afetam.

5. Eixos Estruturantes

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju é fruto de um processo coletivo, construído com base em um diagnóstico situacional aprofundado sobre as condições de vida das crianças de 0 a 6 anos no município, considerando indicadores sociais, econômicos, educacionais, de saúde, proteção e cultura.

Como resultado dessa construção plural e intersetorial, o PMPI organiza suas ações, metas e diretrizes em cinco eixos estruturantes, que traduzem as áreas estratégicas prioritárias para assegurar o desenvolvimento integral da criança em Aracaju. Esses eixos orientam a atuação do poder público e da sociedade no fortalecimento das políticas públicas municipais voltadas à Primeira Infância, com foco na equidade, na inclusão, na promoção de direitos e na justiça social.

Cada eixo apresenta um panorama da situação atual da política pública correspondente, com recorte específico para a Primeira Infância em Aracaju, evidenciando os principais desafios a serem enfrentados. A partir desse diagnóstico, são propostos quadros operativos, nos quais constam metas mensuráveis, ações articuladas, indicadores de acompanhamento, prazos definidos, órgãos responsáveis pela execução e parceiros estratégicos.

A implementação do Plano será coordenada sob a lógica da governança colaborativa e da corresponsabilidade intersetorial, fortalecendo a articulação entre as Secretarias Municipais, os Conselhos de direitos, com as organizações da sociedade civil, coletivos comunitários e demais atores envolvidos com a proteção e o cuidado com a infância. Essa governança prevê mecanismos de monitoramento, avaliação contínua e participação social, garantindo a transparência e a efetividade das políticas implementadas.

A seguir, são apresentados os seis eixos estruturantes que compõem o Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju, concebidos a partir da compreensão da infância como uma fase complexa, diversa e determinante para o desenvolvimento humano, bem como do compromisso do município com a construção de uma cidade mais acolhedora, justa e segura para todas as crianças

Eixo 1 – Educação, Desenvolvimento e Cultura Lúdica na Primeira Infância

Garantir a todas as crianças na Primeira Infância o acesso à educação, aos cuidados essenciais e às experiências lúdicas que promovam seu desenvolvimento integral, respeitando seus ritmos, potencialidades e contextos socioculturais.

"É no brincar, e talvez apenas no brincar, que a criança é livre para ser criadora." – Lev Vygotsky, A formação social da mente (1930)

A Educação Infantil representa a porta de entrada da educação básica e constitui uma etapa singular e absolutamente determinante no percurso de desenvolvimento das crianças. No município de Aracaju, garantir o direito à Educação Infantil de qualidade significa reconhecer que os primeiros anos de vida são fundamentais para a formação de vínculos afetivos, para o desenvolvimento da autonomia, da identidade, da expressão das emoções, da criatividade e das habilidades cognitivas, sociais e culturais.

De acordo com a legislação brasileira, a Educação Infantil é organizada em duas etapas: Creche, destinada às crianças de 0 a 3 anos, e Pré-escola, para crianças de 4 e 5 anos. A partir dos 4 anos, a matrícula na educação básica torna-se obrigatória, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/1996, alterada pela Lei n.º 12.796/2013. O ingresso no 1º Ano do Ensino Fundamental se dá aos 6 anos completos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), garantindo a continuidade entre as etapas educacionais e respeitando o tempo da infância.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, a Educação Infantil deve estar fundamentada no brincar, nas interações e na escuta sensível das crianças. As instituições devem ser espaços que garantam os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos são essenciais para que as crianças se desenvolvam de maneira integral, em ambientes que sejam, simultaneamente, afetivos, seguros, desafiadores e acolhedores.

O brincar, nesse contexto, não é apenas uma atividade lúdica, mas um direito inalienável da infância e um instrumento essencial para o desenvolvimento humano. Por meio do brincar, as crianças constroem conhecimentos, desenvolvem sua linguagem, expressam sentimentos, interpretam o mundo, criam hipóteses, resolvem problemas e constroem sua própria cultura. Vygotsky (2007) enfatiza que o brincar amplia a capacidade da criança de operar no nível simbólico, possibilitando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores e a internalização de valores culturais.

Da mesma forma, Malaguzzi (2012), criador da abordagem de Reggio Emilia, defende que as crianças possuem “cem linguagens”, ou seja, múltiplas formas de expressar, comunicar, criar e aprender, das quais o brincar é uma das mais potentes.

Assim, a centralidade do brincar nas práticas pedagógicas da Educação Infantil é tanto um imperativo ético quanto uma exigência legal, prevista nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, na Base Nacional Comum Curricular e no Marco Legal da Primeira Infância, instituído pela Lei n.º 13.257/2016, que reafirma o direito da criança à participação, à escuta ativa e a ambientes que promovam experiências significativas.

No município de Aracaju, o fortalecimento da Educação Infantil tem sido uma pauta prioritária, especialmente no que se refere à universalização da Pré-escola e à ampliação progressiva do atendimento em Creches, reconhecendo a Creche como direito da criança e dever do estado, conforme jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A gestão municipal tem investido na ampliação da rede física, com construção e reforma de Unidades de Educação Infantil; na melhoria da infraestrutura, visando a ambientes acessíveis, seguros, inclusivos e adequados para o brincar; na valorização dos profissionais da Educação Infantil, com formação inicial e continuada, assegurando práticas pedagógicas fundamentadas nos direitos de aprendizagem e no desenvolvimento integral; no fortalecimento da gestão pedagógica, com acompanhamento técnico, elaboração de materiais orientadores e implementação de instrumentos de monitoramento e avaliação; no aprimoramento dos processos de matrícula e inclusão, especialmente para crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades; e na ampliação de parcerias intersetoriais que envolvem saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e defesa social, fortalecendo uma rede de cuidado integral à criança.

Apesar dos avanços significativos, o município reconhece que ainda existem desafios estruturais e sociais que impactam a garantia do direito à Educação Infantil de qualidade. Entre os principais desafios estão ampliar a oferta de vagas em Creches, sobretudo nas regiões com maior vulnerabilidade social; reduzir as desigualdades territoriais e raciais no acesso e permanência; assegurar a inclusão efetiva, com atendimento especializado às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades; qualificar ainda mais os ambientes pedagógicos, garantindo espaços planejados, estimulantes e afetivos; fortalecer a articulação com as famílias, reconhecendo seu papel como primeiro espaço de socialização e aprendizagem; e expandir práticas que respeitem e valorizem a diversidade cultural, étnico-racial, linguística e social das infâncias aracajuanas.

Diante desse cenário, as metas e ações definidas no Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju estão alinhadas com a perspectiva do desenvolvimento integral, da equidade e da inclusão. Elas buscam garantir que todas as crianças, sem exceção, tenham acesso a uma Educação Infantil que valorize o brincar como eixo central da aprendizagem, promova interações significativas que favoreçam vínculos afetivos, respeito à diversidade e convivência comunitária, e ofereça oportunidades para que as crianças explorem, expressem, participem e se conheçam, em um processo educativo centrado na infância e em seus tempos e modos de ser.

A efetivação desse compromisso, portanto, passa pela consolidação de uma Rede Pública de Educação Infantil que seja, ao mesmo tempo, acolhedora, inclusiva, democrática e de alta qualidade, garantindo que as crianças aracajuanas vivam uma infância plena, respeitada e repleta de possibilidades para serem protagonistas de sua história e da transformação da sociedade.

| | METAS | ESTRATÉGIAS |
|----------------|---|--|
| METAS 1 | Ampliar a taxa de matrícula de crianças de 0 a 3 anos, em instituições de Educação Infantil para, no mínimo, 75%. | <ul style="list-style-type: none"> · Construir 4 (quatro) Unidades de Ensino de Educação Infantil até 2028, nas regiões com maior demanda por matrícula. · Construir 8 (oito) Unidades de Ensino de Educação infantil até 2028 nas regiões com maior demanda por matrícula; · Ampliar e reformar 8 (oito) Unidades de Ensino de Educação Infantil, até 2028. · Realizar estudo de viabilidade técnica para garantir a ampliação da oferta de educação infantil na rede pública municipal de ensino de Aracaju, no primeiro ano da vigência do plano e reavaliá-lo após 5 anos. |
| METAS 2 | Universalizar o atendimento educacional de crianças de 4 e 5 anos. | <ul style="list-style-type: none"> · Construir 4 (quatro) novas Unidades de Ensino de Educação Infantil até 2028, nas regiões com maior demanda por matrícula. · Realizar a reforma e ampliação de 8 (oito) Unidades de Ensino de Educação Infantil, até 2035. · Realizar estudo de viabilidade técnica para garantir a ampliação da oferta de educação infantil nas Unidades de Ensino da rede pública municipal de Aracaju, no primeiro ano da vigência do plano e reavaliá-lo após 5 anos. |

| | | |
|----------------|---|---|
| METAS 3 | Ofertar Educação Infantil em tempo integral em, no mínimo, duas Unidades de Ensino por Região Educacional da Rede Pública Municipal. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar diagnóstico técnico das Unidades de Ensino com potencial de implantação de jornada integral no primeiro ano de vigência do plano. · Reformar e/ou construir Unidades de Ensino de Educação Infantil adequadas à oferta de tempo integral. |
| METAS 4 | Adequar 100% das Unidades de Ensino de Educação Infantil com ambientes acessíveis, inclusivos e diversificados, favorecendo o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos. | <ul style="list-style-type: none"> · Adequar 100% das Unidades de Ensino com reformas de banheiros, refeitórios, pátios, áreas abertas e espaços de natureza, conforme padrões de acessibilidade e inclusão. |
| METAS 5 | Assegurar que 100% das instituições públicas de Educação Infantil disponham de materiais pedagógicos que abordem a diversidade étnico-racial e cultural. | <ul style="list-style-type: none"> · Ofertar formação continuada sobre especificidades étnico-racial e cultural; · Adquirir e distribuir materiais adequados à faixa etária que contemplem a diversidade e especificidade étnico-racial e cultural. |
| METAS 6 | Garantir que 100% das turmas de Educação Infantil sejam atendidas por profissionais qualificados de acordo com as exigências contidas na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. | <ul style="list-style-type: none"> · Integrar profissionais das áreas de serviço social e psicologia para ações intersetoriais. · Implantar a disciplina de Educação Física, adaptada à Primeira Infância. |
| METAS 7 | Implementar projetos de fortalecimento do vínculo família-escola em 100% das Unidades de Ensino de Educação Infantil. | <ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver projetos voltados à saúde socioemocional e à prevenção de violências para crianças de 0 a 6 anos. · Capacitar profissionais quanto ao encaminhamento de casos de violência infantil. |
| METAS 8 | Implantar, na vigência do plano, sala de recursos multifuncionais com atendimento educacional especializado (AEE) focado também na estimulação precoce em 100% das Unidades de Ensino de Educação Infantil. | <ul style="list-style-type: none"> · Implantar o AEE nas Unidades de Ensino, com aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. · Disponibilizar professores e profissionais de apoio à inclusão, capacitados para atuação nas SRM. · Disponibilizar estrutura e kit de materiais pedagógicos adequados para salas de recursos multifuncionais de estimulação precoce. |

| | | |
|-----------------|--|--|
| METAS 9 | Atender 100% das crianças com comprometimentos severos, público-alvo da educação especial, em Centro/Escola especializado. | <ul style="list-style-type: none"> · Criar Centro/Escola específico para atendimento educacional especializado. · Compor equipe multidisciplinar com profissionais das áreas da educação, saúde e assistência social. |
| METAS 10 | Executar projetos de visitas educativas temáticas em 100% das Unidades de Ensino, alcançando 60% das crianças de 4 a 6 anos, com 4 (quatro) Unidades atendidas por ano. | <ul style="list-style-type: none"> · Criar o projeto “Turismo na Hora do Recreio”, com visitas guiadas a pontos turísticos e culturais de Aracaju. |
| METAS 11 | Realizar ações educativas voltadas para a preservação do patrimônio arquitetônico, natural, material e imaterial de Aracaju para 100% das crianças de 4 a 6 anos e seus professores. | <ul style="list-style-type: none"> · Promover oficinas sobre o patrimônio material e imaterial de Aracaju para crianças e docentes. · Criar mascote e cartilha temática com a participação das crianças, artistas e instituições locais. · Apoiar as ações de educação patrimonial considerando o projeto pedagógico construído nas escolas. |
| METAS 12 | Garantir a participação de 100% das famílias com crianças matriculadas na Rede e cadastradas nos CRAS em atividades socioculturais. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar eventos culturais integrando família e criança, com foco em prevenção à violência. · Desenvolver atividades intersetoriais, com foco em saúde mental e desenvolvimento integral. · Divulgar calendário anual de eventos para a Primeira Infância. · Promover atividades esportivas e lúdicas inclusivas em espaços públicos. |
| METAS 13 | Ampliar em 100% a oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer para a Primeira Infância e suas famílias em equipamentos públicos, sendo 50% nos dois primeiros anos de implementação do plano e 100% até 2035 | <ul style="list-style-type: none"> · Fomentar uso sustentável de áreas naturais para práticas lúdicas e esportivas. · Expandir as ações do programa “Ruas de Lazer” e requalificar espaços ociosos. · Estimular parcerias para realização de atividades integradas por faixa etária. |
| METAS 14 | Garantir acesso de 100% das crianças de 3 a 6 anos, com ou sem deficiência, a atividades esportivas/recreativas nas escolas. | <ul style="list-style-type: none"> · Ampliar e incentivar práticas esportivas orientadas nas escolas. · Promover capacitações específicas para atuação com a Primeira Infância. · Ofertar atividades nas escolas, centros culturais e equipamentos públicos, incluindo gestantes. |

Eixo 2: Saúde Integral e Inclusão para o Desenvolvimento Pleno

Garantir a saúde integral das crianças para seu desenvolvimento pleno.

“Ser criança é sonhar e acreditar que a vida sempre poderá ser melhor do que já é.” – Marina Moreno

A saúde é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Durante a Primeira Infância, que compreende o período de 0 a 6 anos de idade, ocorre o mais intenso desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social do ser humano. Nessa fase, o acesso a cuidados de saúde adequados é determinante para garantir não apenas a sobrevivência, mas também o florescimento de todas as potencialidades da criança.

O Plano Municipal da Primeira Infância de Aracaju, alinhado aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990) e à Constituição Federal de 1988, reafirma o direito à saúde como um direito universal, gratuito e integral, assegurado a todas as crianças aracajuanas.

Estudos internacionais e nacionais demonstram que investir na Primeira Infância é uma das estratégias mais eficazes para reduzir desigualdades, prevenir doenças crônicas e promover o bem-estar ao longo da vida. O cérebro infantil, nos primeiros anos, é extremamente sensível a estímulos positivos e negativos. A ausência de cuidados adequados, nessa fase, pode comprometer o desenvolvimento físico e emocional da criança de forma irreversível.

Diante disso, o município de Aracaju reconhece a importância de políticas públicas integradas e intersetoriais voltadas à promoção da saúde na infância, fortalecendo a atenção primária, a prevenção de agravos e o cuidado humanizado.

Para o cumprimento dos objetivos deste eixo, estabelecem-se as seguintes diretrizes:

- Promoção da Saúde Infantil, com ações de prevenção e educação em saúde;
- Cuidado Integral e Humanizado, respeitando as especificidades da Primeira Infância;
- Atenção à Saúde Materno-infantil, desde o pré-natal até o acompanhamento do desenvolvimento infantil;
- Vigilância em Saúde e Imunização, com cobertura vacinal universal e controle de agravos;
- Saúde Mental e Fortalecimento de Vínculos, por meio de ações voltadas ao cuidado emocional da criança e de suas famílias;
- Intersetorialidade, integrando as ações das Secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social.

A Política de Saúde surge com a Constituição Federal de 1988, garantindo o direito universal à saúde, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) e, em 1990, com a proteção integral da criança, mediante o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), por meio da Lei n.º 8069/1990, que regulamenta os direitos da criança e do adolescente, considera todos os menores como sujeitos de direitos, garantindo-lhes condições de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em liberdade e dignidade.

O Eixo Saúde vem assegurar o direito à saúde do cidadão, incluindo a criança, com base no artigo 196 da Constituição Federal de 1988: “A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. A Portaria nº1.130, de 5 de agosto de 2015, instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A PNAISC está estruturada em princípios, diretrizes e eixos estratégicos, com objetivo de promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante atenção e cuidados integrais e integrados, da gestação aos 9 anos de vida, com especial atenção à Primeira Infância (crianças até completar 6 anos de idade) e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento.

As crianças precisam de um ambiente favorável ao seu crescimento e amadurecimento, que permita, junto ao seu potencial genético, o desenvolvimento pleno de suas capacidades e habilidades motoras, cognitivas e socioafetivas.

Os primeiros anos de vida são aqueles em que melhor se pode estimular o desenvolvimento global do indivíduo, especialmente a sua plasticidade cerebral. A imaturidade, inclusive imunológica, associada a condições de vida desfavoráveis, relacionadas à ausência de saneamento básico, de segurança alimentar e nutricional, de situações específicas das populações vulneráveis, são determinantes não apenas de maior morbidade e mortalidade, tanto infantil quanto na infância, mas de riscos ao pleno desenvolvimento destas crianças.

Nesse contexto, a elaboração do Eixo Saúde do Município de Aracaju foi embasada pela Constituição Federal de 1988, pelo ECA, pela PNAISC, protocolos do Ministério da Saúde, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Para elaborar o Plano da Primeira Infância, foram realizadas reuniões com o Programa da Mulher, Programa Saúde da Criança, Nutrição, Saúde Bucal, Programa de Saúde na Escola e Coordenação da Rede da Atenção Primária. Destacamos os principais desafios e, após avaliações, construímos metas e estratégias. A atenção à Primeira Infância deve ser prioridade nas políticas públicas brasileiras. O período que vai dos 0 aos 6 anos de idade é crucial não apenas para o desenvolvimento individual das crianças, mas também para o crescimento do país e a redução da desigualdade social.

| | METAS | ESTRATÉGIAS |
|----------------|---|--|
| METAS 1 | Reduzir a incidência de cárie dentária em crianças de 0 a 6 anos. | <ul style="list-style-type: none"> · Implementar programas de escovação supervisionada, com distribuição de escovas e creme dental fluoretado. · Implantar a "primeira consulta odontológica, até o primeiro ano de vida". · Capacitar professores e cuidadores sobre higiene bucal, para reforçar hábitos saudáveis no cotidiano das crianças. · Orientar sobre alimentação saudável, com ênfase na redução do consumo de açúcar. · Inserir temas sobre saúde bucal em atividades pedagógicas (histórias, músicas, desenhos, teatro). |
| METAS 2 | Alcançar 90% de cobertura vacinal, com as vacinas preconizadas pelo Programa Nacional de Imunização (PNI), em crianças de 0 a 2 anos, até 2036. | <ul style="list-style-type: none"> · Sensibilizar e mobilizar a população sobre a importância da vacinação na Primeira Infância. · Melhorar o registro e monitoramento das coberturas vacinais. · Reduzir as taxas de abandono do esquema vacinal. · Incentivar a busca ativa das crianças faltosas, para atualização das vacinas, nas Unidades de Saúde da Família. · Treinar profissionais da atenção primária sobre o calendário vacinal e manejo das situações especiais. · Acompanhar mensalmente a cobertura vacinal por faixa etária. · Identificar áreas de baixa cobertura e intervir nelas. · Realizar reuniões periódicas de avaliação com a equipe de saúde. |

| | | |
|----------------|--|---|
| METAS 3 | Capacitar, anualmente, 100% dos médicos e enfermeiros da Atenção Primária em crescimento e desenvolvimento da criança de 0 a 2 anos. | <ul style="list-style-type: none"> · Levantar número total de médicos e enfermeiros na APS. · Definir conteúdo programático. · Realizar capacitação on-line, por meio de videoaulas, e/ou presencial. |
| METAS 4 | Garantir que 100% das Unidades de Saúde da Família do município estejam cadastradas e ativas como Unidades Notificadoras de Violência no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) | <ul style="list-style-type: none"> · Cadastrar, no SINAN, as USF que ainda não são notificadoras. · Garantir acesso à ficha de notificação (manual e digital). · Designar responsável pela notificação em cada USF. · Capacitar profissionais das Redes de Atenção à Saúde do SUS sobre o tema da violência e sobre a importância da notificação dos casos relacionados à Primeira Infância, incluindo automutilação/ tentativas ou suicídio. |
| METAS 5 | Garantir que 100% das escolas da Primeira Infância, cadastradas no Programa Saúde na Escola (PSE), realizem ações sobre alimentação saudável. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar reunião de planejamento com as Secretarias de Educação e Saúde, para pactuação de ações, com foco na temática Alimentação Saudável. · Monitorar, mensalmente, as ações realizadas pelas escolas, por meio de prontuário eletrônico. · Reunião de sensibilização das ações do PSE, com foco no tema prioritário em todas as Unidades aderidas. |
| METAS 6 | Garantir que 100% das escolas da Primeira Infância, cadastradas no Programa Saúde na Escola (PSE), realizem ações de educação em saúde bucal. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar reunião de planejamento com as Secretarias de Educação e Saúde, para pactuação de ações, com foco na temática Orientações em Saúde Bucal. · Monitoramento mensal das ações realizadas pelas escolas, por meio de prontuário eletrônico. · Reunião de sensibilização das ações do PSE, com foco no tema prioritário, em todas as Unidades aderidas. |

| | | |
|-----------------|--|--|
| METAS 7 | Garantir que 100% das escolas da Primeira Infância, cadastradas no Programa Saúde na Escola (PSE), realizem ações educativas de controle do <i>Aedes aegypti</i> . | <ul style="list-style-type: none"> · Reunião de planejamento com as Secretarias de Educação e Saúde, para pactuação de ações, com foco na temática Controle do <i>Aedes aegypti</i>. · Reunião de sensibilização das ações do PSE, com foco no tema prioritário, em todas as Unidades aderidas. |
| METAS 8 | Garantir que, pelo menos, 75% das gestantes, cadastradas na Atenção Primária, realizem 7 ou mais consultas de pré-natal, com o primeiro atendimento até a 12ª semana de gestação. | <ul style="list-style-type: none"> · Garantir disponibilidade de horários para pré-natal nas equipes de Saúde da Família. · Acompanhar evolução do número de consultas de cada gestante. · Capacitar as equipes sobre atualização da Rede Alyne e protocolos do pré-natal, conforme Ministério da Saúde. |
| METAS 9 | Garantir que, pelo menos, 75% das crianças, acompanhadas na Atenção Primária, realizem 07 ou mais consultas de puericultura no primeiro ano de vida, conforme o calendário preconizado pelo Ministério da Saúde. | <ul style="list-style-type: none"> · Levantar o total de crianças menores de 01 ano cadastradas. · Identificar quantas crianças realizaram 07 ou mais consultas · Analisar USF com menor cobertura. · Disponibilidade de agendamento remoto para atendimento em puericultura. · Orientar os profissionais os pais e/ou responsáveis sobre a importância da puericultura. |
| METAS 10 | Reduzir a mortalidade infantil em crianças de 0 a 6 anos em 30%, até 2036. | <ul style="list-style-type: none"> · Ampliar o número de equipes de Saúde da Família, com foco em acompanhamento de gestantes e crianças. · Garantir acesso ao pré-natal de qualidade com, no mínimo, 07 consultas. · Implantar vigilância ativa dos óbitos infantis com comitês locais. · Garantir a disponibilização do esquema básico vacinal para as crianças menores de 2 anos. · Realização de visita pela equipe de Saúde da Família para recém nascido e puérpera. · Garantir a oferta da realização de 07 ou mais consultas de puericultura, no primeiro ano de vida. |

| | | |
|-----------------|--|--|
| METAS 11 | Garantir o atendimento de crianças menores de 6 anos, no ambulatório de Saúde Mental. | <ul style="list-style-type: none"> · Estruturar equipes multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental. · Promover capacitações regulares da equipe multiprofissional sobre saúde mental infantil, desenvolvimento infantil e vínculo familiar. · Incluir temas como: sinais de alerta, transtornos do neurodesenvolvimento, autismo, fatores psicossociais e estratégias de intervenção precoce. |
| METAS 12 | Aumentar a prevalência da amamentação, com foco no aleitamento materno exclusivo até os seis meses e na continuidade até os dois anos ou mais. | <ul style="list-style-type: none"> · Oferecer orientação e apoio sobre aleitamento materno e alimentação saudável durante as consultas de pré-natal, grupos de gestantes e puericultura; · Criar ou adequar salas de apoio à amamentação em equipamentos públicos e oferecer programas de conscientização para a população sobre a importância do aleitamento materno; · Monitorar o estado nutricional das crianças e o percentual de amamentação exclusiva para identificar vulnerabilidades e orientar a atuação dos serviços. |
| METAS 13 | Prevenção, detecção precoce, tratamento, assistência e cuidados paliativos do câncer em crianças de 0 à 6 anos. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar reuniões com as organizações de apoio, assistência e saúde para crianças em tratamento de câncer; · Garantir para as crianças, em fase de diagnóstico, o atendimento preferencial e emergencial em todos os exames a que for submetida; · Promover campanhas de conscientização sobre o câncer infantojuvenil e em especial com alusão ao setembro dourado. · Capacitações nas modalidades à distância e presencial para os profissionais da atenção primária sobre os sinais e sintomas do câncer infantojuvenil. |

Eixo 3: Assistência Social, Cuidado e Garantia de Direitos na Primeira Infância

Promover condições para que todas as crianças cresçam em contextos de proteção social e fortalecimento familiar, com garantia de acesso aos seus direitos, ao desenvolvimento integral e à participação comunitária, desde a Primeira Infância.

ODS: 1, 2, 5, 10, 11,16

A política pública de Assistência Social, estruturada como um direito social pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), integra o sistema de seguridade social junto às políticas de saúde e previdência. A partir da consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), formalizado pela Lei n.º 8.742/1993, os municípios passaram a contar com parâmetros técnicos e normativos que qualificam os serviços e fortalecem a centralidade da família como unidade de cuidado, proteção e desenvolvimento.

O advento do Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016) representou um avanço fundamental no fortalecimento das políticas públicas voltadas a crianças de zero a seis anos, conferindo diretrizes claras para que União, estados e municípios implementem ações que assegurem o desenvolvimento integral, por meio da articulação de redes de proteção e do estímulo a vínculos afetivos e sociais, desde a Primeira Infância.

Em consonância com os princípios constitucionais e as normativas que regem a proteção integral de crianças, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei n.º 8.069/1990, reafirma que crianças são sujeitos de direitos, devendo receber atenção prioritária para seu pleno desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo. A partir desse entendimento, cabe ao estado, em todas as suas esferas, assegurar condições para que a infância transcorra em ambientes seguros, protetores e que favoreçam o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Apesar dos avanços normativos, a realidade social reflete as profundas desigualdades estruturais presentes no Brasil, que geram restrições de acesso a direitos e oportunidades, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, a Assistência Social desempenha um papel estratégico na promoção da equidade e no enfrentamento das violações de direitos.

No âmbito do município de Aracaju, a Rede da Assistência Social está organizada em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A Proteção Social Básica é direcionada à prevenção de riscos sociais e busca fortalecer vínculos familiares e comunitários. As ações são desenvolvidas prioritariamente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que constituem a principal porta de entrada dos usuários na Rede socioassistencial e que executam, entre outras atividades, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Por outro lado, no caso do público da Primeira Infância, a Proteção Social Especial atende situações em que há violação de direitos ou rompimento dos vínculos familiares. Organiza-se em dois níveis: Média Complexidade, operacionalizada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que atuam em casos de violência, negligência, abuso sexual, trabalho infantil, entre outros; e Alta Complexidade, voltada ao acolhimento de crianças e adolescentes que se encontram em situações que exigem afastamento do convívio familiar.

As equipes multiprofissionais que integram os equipamentos socioassistenciais atuam de forma articulada com os demais órgãos da Rede de Proteção Social, como saúde, educação, segurança pública, conselho tutelar e sistema de justiça, construindo fluxos de atendimento integrados, com foco na proteção integral, na promoção de direitos e na valorização da Primeira Infância.

No âmbito municipal, a Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS), em conjunto com demais pastas que compõem a Administração, traçou diretrizes orientadas ao enfrentamento das desigualdades sociais que impactam diretamente as crianças e suas famílias, a partir de um processo de escuta ativa e de análise situacional das demandas territoriais.

Essas diretrizes priorizam ações intersetoriais que garantam acesso a direitos e promovam qualidade de vida, desde os primeiros anos. O compromisso do município de Aracaju com a proteção integral da Primeira Infância se reafirma a partir de uma abordagem que reconhece a criança como sujeito de direitos, singular em suas necessidades, e que deve crescer em ambientes seguros, protegidos, inclusivos e fortalecidos no convívio familiar e comunitário. Esse eixo estrutura-se sob a premissa de que garantir segurança e cidadania, desde os primeiros anos, é fundamental para a construção de trajetórias de vida mais justas, equitativas e promotoras de desenvolvimento humano.

As diretrizes, aqui estabelecidas, estão alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente aqueles relacionados à erradicação da fome, igualdade de gênero, cidades e comunidades sustentáveis e paz, justiça e instituições eficazes. Esse alinhamento reflete um compromisso não apenas local, mas também global, com a proteção social e o desenvolvimento sustentável da infância.

Nesse sentido, as ações da Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social (SEMFAS) estão orientadas pela implementação de estratégias que assegurem o fortalecimento da Rede de Proteção, o enfrentamento às diversas formas de violência, a ampliação do acesso a serviços qualificados e a promoção da cidadania plena, para crianças de 0 a 6 anos e suas famílias.

O conjunto de metas para esse eixo abrange, desde o aprimoramento dos sistemas de informação e diagnósticos territoriais, passando pela reestruturação física dos equipamentos socioassistenciais para torná-los mais acessíveis, lúdicos e acolhedores, até o fortalecimento das equipes técnicas, com incremento de profissionais especializados no atendimento à Primeira Infância. Inclui ainda o desenvolvimento de ações específicas para garantir o direito à alimentação adequada, à inclusão de crianças com deficiência nos programas socioassistenciais e ao combate sistemático das violências, com a criação de canais, como o Disk Criança e o fortalecimento dos fluxos de notificação e atendimento.

Adicionalmente, reconhecendo a importância de dar visibilidade e identidade às políticas voltadas para a Primeira Infância, está prevista a criação de uma identidade visual específica para esse público, além da implementação do Serviço de Família Acolhedora, como alternativa protetiva que prioriza o cuidado familiar temporário em detrimento do acolhimento institucional.

Dessa forma, o fortalecimento da convivência familiar, da proteção social e da garantia de cidadania para a Primeira Infância em Aracaju se consolida como um eixo estruturante das políticas públicas da gestão municipal. O presente eixo permite a construção de uma cidade mais inclusiva, segura e acolhedora, onde todas as crianças, sem exceção, tenham assegurado o direito de crescer em ambientes que promovam seu desenvolvimento integral, protegidas de qualquer forma de negligência, discriminação, violência ou exclusão social.

| | METAS | ESTRATÉGIAS |
|----------------|---|---|
| METAS 1 | Realizar diagnóstico para a Primeira Infância | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar a aquisição do sistema de dados. · Mapear os dados da Primeira Infância, em todos os equipamentos da assistência social, e realização de diagnóstico socioassistencial. · Criar canal de comunicação mensal de divulgação dos dados (boletins, redes sociais). |
| METAS 2 | Ampliar, em 50%, o número de atendimentos da Primeira Infância no SUAS, com suas famílias, nos equipamentos sociais, de acordo com a NOB/RH. | <ul style="list-style-type: none"> · Reforçar a Rede de assistentes sociais, psicólogos, terapeutas ocupacionais e educadores sociais, com foco na Primeira Infância. · Promover capacitações contínuas sobre o cuidado integral à criança. · Implementar serviços de acolhimento, conforme orientações técnicas do MDS. · Promover ações específicas de cuidado e proteção que garantam um atendimento humanizado a crianças em situação de vulnerabilidade. · Proporcionar momento de integração dos pais com suas crianças, fortalecendo os vínculos familiares, diminuindo, assim, o risco de vulnerabilidade. |
| METAS 3 | Reestruturar 50% dos equipamentos sociais da SEMFAS, para melhorar a qualidade no atendimento às famílias com crianças na Primeira Infância. | <ul style="list-style-type: none"> · Adequar espaços físicos com acessibilidade, estrutura lúdica e segura (brinquedotecas, fraldários). · Priorizar as Unidades socioassistenciais, com maior demanda infantil. · Implantar ludotecas da Primeira Infância. |
| METAS 4 | Aumentar, em até 10%, o número de crianças com deficiência a serem inseridas no Programa Criança Feliz, até 2036, de acordo com o número total de beneficiários assistidos. | <ul style="list-style-type: none"> · Atualizar o mapeamento das crianças de 0 a 6 anos com deficiências, acompanhadas pelo BPC (Benefício de Prestação Continuada), para a inclusão das crianças com deficiência no PCF (Programa Criança Feliz) Primeira Infância, no SUAS. · Garantir a cobertura, por meio da busca ativa, e a vinculação de crianças com deficiência, no Programa Criança Feliz. |

| | | |
|----------------|---|---|
| METAS 5 | Diminuir, em 25%, até 2036, o número de notificações de violências cometidas contra crianças de até seis anos de idade, na cidade de Aracaju. | <ul style="list-style-type: none"> · Implementar o Disk Criança. · Realizar campanhas contínuas de sensibilização, durante todo o ano, com intensificação nos meses de maio e junho, voltadas para o combate ao trabalho infantil e às violências sexuais contra crianças de 0 a 6 anos. · Realizar formação com os profissionais da Redes socioassistencial e Rede intersetorial para ações de prevenção, combate e fortalecimento da Rede do sistema de garantia de direitos. · Notificar os casos de violência via SALVE. · Realizar uma articulação eficiente entre a Rede de Proteção, a Rede de Atendimento, Creche, Escolas e outros serviços, voltados às crianças e às suas famílias. |
| METAS 6 | Criar Identidade Visual de todas ações implementadas, com foco na Primeira Infância. | <ul style="list-style-type: none"> · Elaboração da logomarca da Primeira Infância. |
| METAS 7 | Fortalecer os serviços socioassistenciais, com o aumento dos atendimentos para a Primeira Infância. | <ul style="list-style-type: none"> · Implantar o projeto Família Acolhedora. |
| METAS 8 | Garantir o acesso à alimentação adequada para crianças de 0 a 6 anos, em situação de vulnerabilidade. | <ul style="list-style-type: none"> · Implantar/adequar o Restaurante Popular, com refeições específicas, para a Primeira Infância. · Criar ações educativas sobre alimentação saudável, na Primeira Infância. · Elaborar o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. |

Eixo 4: Segurança, Proteção e Cidadania

Garantir que todas as crianças, em suas especificidades, possam se desenvolver com segurança, proteção e integração no ambiente familiar, comunitário e social, assegurando o pleno exercício da cidadania, desde a Primeira Infância.

ODS: 2, 5, 11, 16

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consolidaram um marco jurídico que reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento, voltando-se, de fato, à sua proteção. Neste contexto, segurança, proteção e cidadania deixam de ser apenas garantias formais e passam a constituir deveres efetivos do Estado, da família e da sociedade.

A partir do diagnóstico construído de forma participativa e integrada, a Secretaria Municipal da Defesa Social e da Cidadania (SEMDEC) e a Secretaria Municipal do Respeito às Políticas para as Mulheres (SERMULHER) estabeleceram metas conjuntas voltadas à implementação de ações de prevenção, proteção e promoção da cidadania infantil. A integração dessas secretarias evidencia a compreensão de que a proteção integral das crianças na Primeira Infância passa, necessariamente, pela garantia de direitos e condições dignas também para as mulheres, em especial gestantes, mães e cuidadoras.

Voltada à defesa social e à promoção da cidadania, a SEMDEC tem por competência atuar nas áreas de manutenção e controle da ordem pública, executar e controlar as ações de defesa civil, visando prevenir e minimizar riscos. Nesse sentido, com vistas à operacionalização das ações, atuam de maneira estratégica a Coordenadoria de Defesa Civil de Aracaju (COMPDEC); o Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Aracaju); a Guarda Municipal de Aracaju (GMA), órgão de natureza especial; e a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT), órgão da Administração Indireta.

A SERMULHER, por sua vez, criada em 2025, tem como atribuições a promoção da cidadania, o enfrentamento à violência contra a mulher, o fortalecimento da autonomia feminina e a articulação de políticas públicas que assegurem ambientes familiares mais seguros e protetores. Sua atuação intersetorial com a SEMDEC garante que políticas voltadas para a segurança pública, mobilidade urbana e defesa civil estejam articuladas às políticas de proteção e acolhimento das mulheres em situação de vulnerabilidade, repercutindo diretamente na vida das crianças pequenas.

A diversidade das ações exercidas por essas secretarias está diretamente ligada às comunidades e, portanto, também englobam as crianças e suas famílias. Diante desse desafio, o Núcleo de Registro e Análise de Informações (NURAI) da GMA, em articulação com a SERMULHER, analisou dados sobre os índices de violência contra crianças e mulheres no município, fornecidos pela Coordenadoria de Estatística e Análise Criminal (CEACRIM) da Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (SSP). Esse levantamento permitiu compreender vulnerabilidades vivenciadas no cotidiano das famílias e pensar estratégias integradas que potencializem a proteção da Primeira Infância.

Faz parte das atribuições da COMPDEC a realização de ações de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação voltadas à proteção da sociedade. Nesse processo, os Núcleos de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs) têm sido espaços de diálogo e orientação comunitária, onde também se incluem medidas específicas para famílias com gestantes, lactantes e crianças de 0 a 6 anos em áreas de maior vulnerabilidade. A articulação com a SERMULHER reforça esse trabalho, ampliando o olhar para a proteção de mulheres e crianças em situações de risco.

Além de planejar, organizar, dirigir e controlar os serviços de transporte e trânsito, a SMTT promove campanhas educativas permanentes, que ganham maior alcance ao dialogar com as ações da SERMULHER voltadas à conscientização sobre cidadania, respeito às diferenças e fortalecimento da cultura de paz.

A GMA, por sua vez, atua na proteção dos direitos humanos fundamentais, na preservação da vida e na promoção da cidadania, por meio de patrulhamento ostensivo e preventivo. Para a Primeira Infância, destacam-se a Patrulha Maria da Penha (PMP), que atua em sintonia com a SERMULHER no acompanhamento de mulheres com medidas protetivas de urgência, incluindo gestantes e mães de crianças pequenas; a Ronda Escolar (RE), que fortalece a cultura de paz nas escolas da Rede Municipal de Ensino; e o programa Anjos Azuis, que desenvolve atividades lúdicas e educativas com crianças e adolescentes, abordando temas como bullying, drogas e violência.

As atividades lúdicas, como as promovidas pelo programa Anjos Azuis, mostraram-se fundamentais no fortalecimento de vínculos com as crianças e suas famílias, garantindo protagonismo infantil e empoderamento comunitário na formulação do diagnóstico. Já a integração com a SERMULHER amplia o alcance dessas ações, ao assegurar que o cuidado com as mulheres reverta em maior proteção e segurança para as crianças.

As metas propostas, fruto dessa ação intersetorial, buscam fortalecer os vínculos familiares, ampliar a rede de proteção e proporcionar ambientes mais seguros para o desenvolvimento saudável da Primeira Infância. Ao conjugar medidas de segurança pública, defesa civil, mobilidade e cidadania com políticas de proteção e valorização das mulheres, SEMDEC e SERMULHER reafirmam o compromisso de Aracaju com a atenção integral às crianças desde os primeiros anos de vida.

| | METAS | ESTRATÉGIAS |
|----------------|---|---|
| METAS 1 | Capacitar, anualmente, 80% do efetivo da Guarda Municipal de Aracaju que trabalham com a Primeira Infância (Anjos Azuis, Patrulha Maria da Penha, Ronda Escolar), com temas voltados ao público-alvo. | <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um planejamento de capacitação continuada da Guarda Municipal de Aracaju, com foco na Primeira Infância, contemplando conteúdos como: desenvolvimento infantil, políticas públicas intersetoriais, direitos da criança, escuta qualificada, abordagem humanizada e atuação em contextos de vulnerabilidade social. Inclusão de conteúdos sobre políticas socioassistenciais nos cursos de formação, aperfeiçoamento e capacitação específica, com foco no papel da Guarda Municipal como agente de apoio, orientação e encaminhamento qualificado de situações, envolvendo crianças na Primeira Infância. |
| METAS 2 | Garantir, anualmente, a realização das ações de prevenção de risco de desastres, em 80% dos núcleos comunitários de proteção e defesa civil, para famílias com crianças de 0 a 6 anos. | <ul style="list-style-type: none"> Realizar diagnóstico anual, nos Núcleos de Proteção e Defesa Civil, para identificar famílias com crianças de 0 a 6 anos. Realização de ações de prevenção de risco de desastre, nos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil, para o público-alvo. |

| | | |
|-----------------------|--|--|
| <p>METAS 3</p> | <p>Garantir, anualmente, 50% das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)s atendidas com ações de promoção à cultura de paz pela Guarda Municipal de Aracaju (GMA)</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Realização do mapeamento anual das EMEIs do município, com priorização daquelas localizadas em territórios com maior vulnerabilidade social, para subsidiar o planejamento estratégico das visitas e ações preventivas da GMA. · Integração do planejamento das ações educativas da Ronda Escolar e do Programa Anjos Azuis à agenda das Unidades de Ensino de Educação Infantil, respeitando suas especificidades pedagógicas e necessidades locais. · Desenvolvimento de atividades lúdicas e interativas, adequadas à faixa etária de 0 a 6 anos, abordando temas como: convivência pacífica, respeito mútuo, cidadania, segurança, inclusão, valorização da diversidade, entre outros. · Ampliação e diversificação dos materiais educativos de apoio, utilizados nas ações, como cartilhas, jogos, vídeos e recursos acessíveis, que reforcem as mensagens trabalhadas pela GMA. |
| <p>METAS 4</p> | <p>Garantir a divulgação de 80% das atividades relacionadas à Primeira Infância, realizadas pela SEMDEC.</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Criar uma agenda de comunicação, para divulgação de todas as ações geradas na SEMDEC, em relação à Primeira Infância, no site da PMA. · Criar uma agenda de comunicação, para divulgação de todas as ações geradas na SEMDEC, em relação à Primeira Infância, para a população em geral |
| <p>METAS 5</p> | <p>Priorizar o atendimento a 100% das mulheres grávidas ou com filhos de 0 a 6 anos, assistidas pela Patrulha Maria Penha.</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Realização de ações de orientação e acolhimento às mulheres gestantes ou responsáveis por crianças de 0 a 6 anos, em situação de violência doméstica, por meio de palestras, rodas de conversa e atividades educativas, promovendo o fortalecimento da Rede de Apoio, o acesso à informação e o rompimento de ciclos de violência. · Promoção de ações conjuntas entre a Patrulha Maria da Penha e o Programa Anjos Azuis, para ampliar o alcance preventivo e protetivo das ações, nos territórios atendidos. · Sistematização de dados e indicadores sobre o perfil das mulheres atendidas, gestantes ou com filhos na Primeira Infância. |

| | | |
|----------------|---|---|
| METAS 6 | Impedir, anualmente, a quebra de medida protetiva de urgência de 80% das mulheres, assistidas da Patrulha Maria da Penha, grávidas e/ou com filhos de 0 a 6 anos. | <ul style="list-style-type: none"> · Intensificação do acompanhamento das mulheres assistidas pela Patrulha Maria da Penha, gestantes e/ou com filhos de 0 a 6 anos, por meio de visitas regulares, rondas preventivas e uso de protocolos específicos de monitoramento de risco. · Fortalecimento da comunicação direta e contínua com as assistidas prioritárias, por meio de canais seguros (ex.: telefone institucional, aplicativo, visitas agendadas), favorecendo o fortalecimento da confiança e da prevenção de reincidências. |
| METAS 7 | Alcançar 50% das escolas da Rede Municipal de Aracaju com o curso de Agente Mirim de Trânsito, nos 42 bairros da cidade de Aracaju, para contemplar, de forma igualitária, todas as regiões. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar levantamento das escolas da Rede Municipal de Educação que serão atendidas. · Analisar a territorialidade das escolas, para atingir diversas regiões da cidade de Aracaju. · Estimular o interesse e o aprendizado sobre segurança no trânsito nas crianças envolvidas no projeto. · Promover a habilidade de multiplicar as informações passadas para o meio em que vivem. |
| METAS 8 | Alcançar 60% das escolas municipais com o Projeto Volta às Aulas, nos 42 bairros da cidade de Aracaju, para contemplar, de forma igualitária, todas as regiões. | <ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver atividades pedagógicas nas escolas do município: orientações, contação de história e peças teatrais com temas: educação, violência, direitos humanos, Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Trânsito e Palestras |
| METAS 9 | Fortalecer a rede de proteção da primeira infância, promovendo ações direcionadas às mulheres, com foco na prevenção da violência doméstica e de gênero, assegurando que crianças de 0 a 6 anos tenham um desenvolvimento saudável, seguro e acolhedor. | <ul style="list-style-type: none"> · Desenvolver atividades educativas de forma lúdica nas escolas municipais, abordando temas como igualdade de gênero, direitos das mulheres e proteção da infância. As ações devem promover práticas de cuidado saudáveis e prevenir situações de risco para as crianças, com a meta de alcançar pelo menos 70% das unidades das EMEIs até 2035. · Realizar de forma ostensiva oficinas, palestras e rodas de diálogo voltadas para mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças de 0 a 6 anos, abordando temas como desenvolvimento infantil, cuidados afetivos, parentalidade positiva e prevenção da violência doméstica e de gênero. |

Eixo 5: Habitação, Ambiente Urbano, Esporte, Cultura e Lazer

Garantir e proporcionar locais de moradia e ambientes urbanizados com atenção especial à acessibilidade, aos espaços de lazer, esporte e cultura, à sustentabilidade ambiental e à disponibilidade de áreas verdes para todas as crianças e suas famílias.

Ao abordar as políticas públicas do Eixo V, o Município de Aracaju deve considerar a concretização do Direito à Cidade como uma diretriz essencial na Política de Desenvolvimento Urbano, conforme estabelecido no artigo 175, inciso II da Lei Orgânica do Município, no qual versa sobre o direito à cidade como um conjunto de medidas que promovam a melhoria da qualidade de vida, mediante adequada ordenação de espaço urbano, e a fruição dos bens, serviços e equipamentos comunitários por todos os cidadãos, por toda a população, inclusive a população representativa da Primeira Infância. Esse compromisso está diretamente relacionado às orientações do Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI), que define a cidade como um espaço que deve favorecer o pleno desenvolvimento infantil, assegurando ambientes urbanos inclusivos, acessíveis e seguros para todas as crianças.

A organização territorial e a execução das políticas urbanas devem seguir os princípios do PNPI, promovendo ações que respeitem as necessidades específicas da Primeira Infância e garantam um planejamento sustentável. Para isso, é essencial que o poder público minimize os conflitos entre diferentes grupos sociais e se oriente pela justiça social, pela viabilidade econômica e pela preservação ambiental. Nesse sentido, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, instituído pela Lei Complementar n.º 42, de 4 de outubro de 2000, é um dos principais instrumentos de implementação dessas diretrizes.

A perspectiva da Primeira Infância, no planejamento urbano, ganha relevância diante das recomendações da URBAN 95, iniciativa internacional que, em sintonia com os princípios do PNPI, destaca a importância de espaços públicos que favoreçam o livre brincar e a interação das crianças com o meio ambiente, em áreas verdes urbanas. Experiências sensoriais estimuladas por áreas verdes contribuem para o desenvolvimento motor e cognitivo, permitindo que as crianças explorem cores, sons, texturas e temperaturas; ao compreender o mundo por meio das paisagens, captando cores e formas, com a visão; sons, por meio da audição; texturas e temperaturas, por meio do tato. Além disso, esses espaços oferecem oportunidades de convivência para os responsáveis, fortalecendo vínculos familiares e comunitários.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju reafirma o compromisso da cidade com a sustentabilidade e inclusão, alinhando-se ao Objetivo 11 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A proposta busca promover uma transformação significativa no ambiente urbano, garantindo que ele seja pensado para acolher a Primeira Infância e oferecer condições adequadas ao seu desenvolvimento. Entre as estratégias prioritárias adotadas pelo município, destacam-se a arborização e a ampliação de áreas verdes, visando criar espaços propícios para que as crianças possam explorar e interagir com a natureza. Realçamos a importância da educação ambiental, incorporando atividades culturais e lúdicas que incentivem a conscientização, desde a infância, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional da Primeira Infância (PNPI).

Outro aspecto essencial é a expansão do saneamento básico que desempenha um papel fundamental na melhoria das condições de saúde pública, contribuindo para a redução de doenças de veiculação hídrica, prevenindo óbitos infantis e promovendo bem-estar às famílias aracajuanas. Essa expansão também representa um passo decisivo na garantia de moradias dignas, especialmente para famílias de baixa renda. O município deve implementar ações estruturantes no sentido de assegurar infraestrutura sanitária adequada para erradicação de unidades habitacionais sem banheiro, garantindo que todas as moradias tenham condições mínimas de higiene e salubridade. A execução dessa medida requer um esforço coordenado entre o poder público e programas habitacionais, visando à universalização do acesso ao saneamento básico e à promoção de ambientes mais seguros e saudáveis para a população. Dessa forma, Aracaju avança na construção de uma cidade mais justa, fortalecendo políticas de inclusão social e sustentabilidade.

Por fim, a manutenção e implantação de equipamentos de lazer em áreas públicas, especialmente nos logradouros e Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs), garantem espaços adequados para que as crianças possam brincar, aprender e socializar em ambientes seguros e estimulantes.

Além de melhorar as condições estruturais das EMEIs, o PMPI também inclui metas para ampliar a Educação Ambiental nas escolas. O objetivo é promover a conscientização das crianças, alinhando conceitos teóricos, adequados a cada faixa etária, com a vivência prática proporcionada pelo maior contato com a natureza – foco central do eixo V.

A Educação Ambiental aborda um tema crucial para o planeta e, em especial, para a Primeira Infância: as mudanças climáticas. Educar a sociedade sobre emergências do clima é essencial para garantir um futuro às crianças de hoje e melhorar as condições relativas à Primeira Infância das próximas gerações, pois as crianças são especialmente vulneráveis aos danos causados pelas emissões de gases de efeito estufa, que comprometem diretamente a qualidade do ar, e também aos impactos das mudanças climáticas, como enchentes, alagamentos e a poluição hídrica decorrente de resíduos sólidos e efluentes não tratados, em rios e oceanos.

Incluir a criança como participante, ou mesmo protagonista, no enfrentamento das mudanças climáticas, aumenta a eficiência das ações. Isso porque, na infância, os princípios de preservação ambiental e harmonia com a natureza são assimilados com maior facilidade, graças à maior capacidade de aprendizado nessa fase.

Dessa maneira, a atuação do Município de Aracaju, fundamentada nas diretrizes do Plano Nacional da Primeira Infância, fortalece a construção de uma cidade mais inclusiva e sustentável. Ao reconhecer a criança como sujeito de direitos, essas iniciativas consolidam políticas públicas essenciais para a promoção do bem-estar infantil, assegurando que o desenvolvimento urbano contemple as demandas da Primeira Infância e de toda a população.

O Grupo de Trabalho do Plano Municipal da Primeira Infância, com suporte do Instituto da Infância (IFAN), construiu, coletivamente, um quadro contendo desafios, metas, estratégias e ações, de acordo com cada Secretaria. As contribuições foram alinhadas dentro dos eixos estratégicos, apresentados no presente Plano, agregando Secretarias Municipais, mediante a ideia de intersetorialidade, visando à promoção de ações articuladas entre os órgãos da Administração que, embora desenvolvam diferentes atribuições e operem serviços diversos, atuam em espaços comuns, nesse caso, as áreas urbanas, verdes ou construídas, abrangidas pelas políticas de desenvolvimento urbano.

Nesse sentido, a intersetorialidade das ações se dá com base nas atribuições das pastas respectivas do poder executivo, como resposta às demandas suscitadas pelas políticas de desenvolvimento urbano, sendo estas: a habitação, os espaços públicos urbanos e o estímulo ao seu uso pelos cidadãos como um todo e, também, ao público da Primeira Infância. Nesse Eixo, deve ser considerada a dificuldade de dedicar as estratégias e ações, especificamente ao público da Primeira Infância, em função da natureza difusa das políticas de meio ambiente e urbanismo.

Assim, a intersetorialidade do Eixo V se dá no momento do planejamento das políticas de habitação e urbanização, entre SEPLOG, SEMINFRA/EMURB, EMSURB e SEMA. No contexto da cultura e do lazer, as práticas culturais e recreativas, no meio urbano, são a razão de ser do uso dos espaços públicos planejados e construídos, dinamizando a vida comunitária nas praças e escolas dos bairros. Nesse sentido, os setores envolvidos se ampliam para órgãos municipais, como SEMED, FUNCAJU, SEMFAS, SEMICT, SEJESP, SMS, SEMDEC e quaisquer outros que se utilizem dos espaços urbanos para desenvolver suas atividades.

| | METAS | ESTRATÉGIAS |
|----------------|---|--|
| METAS 1 | Plantar 30.000 mil árvores, até 2035 (50% até 2030). | <ul style="list-style-type: none"> · Ampliar a cobertura de área verde, em Aracaju, com plantio de 30.000 mil árvores. |
| METAS 2 | Desenvolver ações de Educação Ambiental nas EMEIs, alcançando 100% das Unidades de Ensino até 2035. | <ul style="list-style-type: none"> · Contemplar 50% das Unidades de Ensino, até 2030 e, os 50% restantes, entre 2030 e 2035.” · Ofertar formação e capacitação em Educação Ambiental às equipes escolares, especialmente aos professores, |
| METAS 3 | Ampliar, em Aracaju, a oferta em 80% de saneamento, aprimorando os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, em benefício da Saúde Pública do Município, conforme o Projeto de Lei n.º 292/2017. | <ul style="list-style-type: none"> · 75%, até 2035, com coleta de esgoto, mantendo o parâmetro de 100% tratado. · 75%, até 2035, no índice de atendimento urbano de esgoto. · Manutenção de 100% do atendimento de água (dados de zona urbana), até 2035; 80% de famílias com crianças atendidas, até 2035, com acesso à água e ao esgoto. |
| METAS 4 | Elaborar 100% dos projetos de áreas públicas, sendo praças, calçadas, existentes e em áreas novas, atendendo às exigências normativas. Os projetos de adequação e reformas de áreas urbanas em locais consolidados, por exemplo, avenidas, ruas, praças e parques, atendem, parcialmente, as regras dentro das condições razoáveis que as normas técnicas exigem. | <ul style="list-style-type: none"> · Implementar acessibilidade universal nas construções e/ou revitalizações de 100 praças e parques no Município de Aracaju, com foco na Primeira Infância, 10%, até 2025, 40%, até 2030 e 50%, até 2035. |
| METAS 5 | Contemplar 50% de áreas públicas (praças) do Município voltadas para a Primeira Infância. | <ul style="list-style-type: none"> · Implantação de equipamentos de lazer em 100 praças e parques do Município de Aracaju, localizadas em bairros estratégicos, com foco na Primeira Infância: 10%, até 2025, 40%, até 2030 e 50%, até 2035. · Construção de 20 novas praças para a Primeira Infância, incluindo crianças com deficiência, dentre outras especificidades que assegurem os direitos, cuidados e estímulos para contribuição do desenvolvimento integral, para o público-alvo de 0 a 6 anos, até 2035. |

| | | |
|-----------------|--|--|
| METAS 6 | Ampliar a oferta do serviço de coleta seletiva para 70% dos bairros da cidade de Aracaju, até 2035. | <ul style="list-style-type: none"> · Desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental, nesses espaços públicos, em parceria com a SEMA, a SEMED e a SEMDEC, com particular ênfase na Primeira Infância. · Ampliação do número de Ecopontos (implantação de mais 08 Ecopontos, totalizando 14), para atender com qualidade à população aracajuana. · Realização de visitas, com a Primeira Infância, às cooperativas e aos Ecopontos (locais de correto descarte de materiais recicláveis e reutilizáveis, eletrônicos, restos de construção civil, além de outros resíduos volumosos), a fim de promover a consciência lúdica do processo regular de descarte de lixo e coleta seletiva. |
| METAS 7 | Garantir a disponibilização de espaços públicos (praças, parques, ruas e orlas), para a execução das ações voltadas para a Primeira Infância no Município de Aracaju. | <ul style="list-style-type: none"> · Realização de limpeza e manutenção dos espaços públicos destinados a eventos direcionados à Primeira Infância. · Avaliação, periódica, dos serviços ofertados pela EMSURB, para o desenvolvimento das ações, nos espaços públicos vinculados ao Plano Municipal pela Primeira Infância. |
| METAS 8 | Garantir instalações sanitárias funcionais e seguras, conforme os princípios da habitabilidade e salubridade urbana | <ul style="list-style-type: none"> · Erradicação da existência de unidades habitacionais sem banheiro, até 2035, visando garantir que o acesso ao saneamento básico seja universalizado e que nenhuma moradia permaneça sem condições mínimas de higiene e salubridade. |
| METAS 9 | Elaborar um mapa de bairros prioritários para ações de arborização, a partir do cruzamento de dados sobre ilhas de calor urbano e densidade populacional infantil, até 2030. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar levantamento e análise geoespacial dos dados ambientais e demográficos, priorizando áreas mais vulneráveis ao calor e com maior presença de crianças, para orientar as ações de plantio de árvores e ampliação da cobertura vegetal. |
| METAS 10 | Desenvolver jardins sensoriais no Horto Municipal, até 2030, com espécies aromáticas, texturizadas e coloridas, voltadas à exploração infantil e acessíveis às EMELs, mediante solicitação prévia. | <ul style="list-style-type: none"> · Planejar e implantar espaços de jardinagem sensorial no Horto Municipal, com foco pedagógico, estimulando o uso pelas EMELs em visitas monitoradas e atividades de Educação Ambiental, respeitando a demanda das Unidades de Ensino. |

| | | |
|-----------------|--|---|
| METAS 11 | Implementar rotas ecológicas naturais em Aracaju, até 2030, utilizando corredores verdes formados por áreas vegetadas, elementos da paisagem natural e APP, com foco na preservação ambiental e na valorização dos ecossistemas urbanos. | <ul style="list-style-type: none"> Utilizar rotas, já mapeadas, e, com planejamento prévio, para fins de rotas ecológicas, baseadas em áreas verdes existentes, como margens de rios, fragmentos florestais e trilhas naturais, promovendo sua conservação e adaptação, para visitação responsável, com sinalização educativa, manejo ambiental adequado, baixo impacto à biodiversidade local. |
| METAS 12 | Garantir que o Plano Municipal da Primeira Infância contribua para que o princípio da proteção integral seja garantido pelo estado, através das ações promovidas nos Centros de Apoio ao Turista, em parceria com o Ministério Público. | <ul style="list-style-type: none"> Através da promoção de qualificação dos atendentes dos CATs, para ser aplicada ainda neste segundo semestre de 2025, e sempre que forem renovados novos contratos para os atendentes. A qualificação será baseada nas diretrizes do disque 100, com orientação de quais órgãos procurar, no caso de identificação de abuso infantil, nesses estabelecimentos. Será criada uma cartilha de orientação para as crianças, até o final de 2025, com linguagem de fácil entendimento sobre o “mapa da educação sexual”, sendo este um conjunto de diretrizes sobre como abordar a sexualidade com crianças, de forma adequada e segura, levando em consideração que crianças, quando estão em viagem, podem ficar mais vulneráveis. |
| METAS 13 | Oferecer acesso ao lazer na cidade de Aracaju, através das ferramentas utilizadas no turismo, os Tours Pedagógicos, com viés lúdicos, educativos e identitários, para serem realizados de forma periódica mensal, em parceria com a Secretaria de Educação, Meio Ambiente e Funcaju. | <ul style="list-style-type: none"> Será ampliado o projeto, já existente, de Tour Pedagógico, o qual aborda, em linguagem turística, a cultura e história de Aracaju, para crianças na faixa etária de 13 a 14 anos. Assim, será criado o projeto “TourZINHO Pedagógico, voltado para crianças de idade entre 4 a 6 anos, tendo como proposta unir os recursos utilizados no turismo, como tour guiado pelos pontos turísticos e a ludicidade, através da presença recreativa de personagens que representem, de forma simbólica, figuras importantes da nossa cidade, como Maria Feliciano e Zê peixe. |
| METAS 14 | Desenvolver programas itinerantes de lazer e esportes para a Primeira Infância, em territórios com baixa oferta de atividades regulares. | <ul style="list-style-type: none"> Criar o “Projeto Hora de Brincar - Jogos e Brincadeiras: Esporte na Primeira Infância.” Realizar, ao menos, 100 edições do programa itinerante, até 2030, com foco em comunidades periféricas e/ou em situação de vulnerabilidade social. |

| | | |
|-----------------|---|--|
| METAS 15 | Estimular a integração entre esporte, saúde e educação na Primeira Infância, por meio de ações intersetoriais. | <ul style="list-style-type: none"> · Promover oficinas de movimento e brincadeiras educativas em conjunto com Unidades de Saúde e escolas infantis, integrando agendas da SEJESP, SMS e SEMED. · Criar, até 2027, um calendário unificado, com ações conjuntas para a Primeira Infância, em datas comemorativas e campanhas institucionais. |
| METAS 16 | Promover eventos públicos periódicos voltados à Primeira Infância, com foco em vivências motoras, brincadeiras dirigidas e integração familiar. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar, ao menos, um evento temático por ano, por região, voltado a crianças, promovendo o brincar ao ar livre e a socialização. · Fortalecer a articulação com escolas, creches e serviços de assistência, para mobilizar famílias e garantir a participação comunitária. |
| METAS 17 | Capacitar, anualmente, profissionais da área de educação física, recreação e assistência social, para atuarem com atividades físicas e lúdicas, voltadas à Primeira Infância. | <ul style="list-style-type: none"> · Realizar ciclos de formação continuada, por ano, para, no mínimo, 50 profissionais, com conteúdos voltados ao desenvolvimento motor, segurança no brincar e metodologias de ensino lúdico. · Desenvolver e distribuir material técnico-pedagógico, com sugestões de atividades, circuitos motores e práticas seguras e inclusivas, para crianças de 0 a 6 anos. |

Eixo 6: Planejamento, Coordenação e Avaliação de Resultados

Desenvolver e implementar um sistema integrado de protocolos e informações, que assegure o fluxo intersetorial de dados, favoreça a tomada de decisões e possibilite o monitoramento contínuo e qualificado da execução do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).

A garantia dos direitos da criança, na Primeira Infância, exige não apenas a formulação de políticas públicas, mas a consolidação de uma governança estratégica, capaz de articular ações, integrar setores e avaliar, continuamente, os resultados alcançados. Nesse sentido, o fortalecimento da gestão pública municipal, por meio de mecanismos de planejamento, coordenação intersetorial e monitoramento sistemático, configura-se como um eixo estruturante, para a efetivação do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Aracaju.

A gestão da política voltada à Primeira Infância demanda uma atuação articulada entre diferentes áreas – educação, saúde, assistência social, cultura, segurança, entre outras – e requer uma visão sistêmica, orientada por evidências, indicadores e metas pactuadas. Para tanto, o município deverá instituir dispositivos institucionais que favoreçam a integração de informações, o compartilhamento de responsabilidades e a governança colaborativa entre os diversos atores envolvidos.

Nesse contexto, propõem-se o desenvolvimento e a implementação de um sistema municipal de monitoramento e avaliação, em conformidade com a Política Estadual de Gestão e Monitoramento (PEGM), que estabeleça diretrizes comuns para o acompanhamento e a qualificação da execução dos planos públicos, em âmbito estadual e municipal. Tal sistema deve ser capaz de organizar e consolidar dados intersetoriais, em tempo oportuno, subsidiar a tomada de decisões, com base em evidências e orientar ajustes necessários à implementação das ações previstas no PMPI.

O sistema de monitoramento deverá contemplar protocolos padronizados, indicadores qualitativos e quantitativos, e uma metodologia participativa de análise dos resultados. Sua estrutura deve respeitar as diretrizes da PEGM, assegurando a coerência entre os instrumentos de gestão e a articulação entre as esferas de governo, com vistas ao fortalecimento da gestão descentralizada e ao alinhamento das políticas públicas à realidade local.

A coordenação intersetorial será conduzida por Comitês Gestores compostos por representantes das Secretarias Municipais, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Poder Legislativo, do Ministério Público, do Sistema de Justiça e de organizações da sociedade civil. Esses comitês terão papel estratégico na articulação de ações, no acompanhamento da execução do Plano e na avaliação periódica do cumprimento de suas metas e diretrizes.

A transparência e a responsabilização pública também serão princípios orientadores desse eixo. A divulgação sistemática dos avanços, desafios e resultados será realizada por meio de canais oficiais da Prefeitura de Aracaju e em espaços institucionais de participação social, garantindo o controle social e fortalecendo a cultura da corresponsabilidade, na proteção e promoção dos direitos das crianças.

Por fim, a avaliação de resultados não será apenas um instrumento de controle, mas uma ferramenta de aprendizado institucional e aprimoramento contínuo das políticas públicas. Com base em evidências, será possível identificar boas práticas, corrigir rumos e assegurar que cada ação implementada esteja alinhada ao propósito maior do PMPI: garantir o pleno desenvolvimento da criança na Primeira Infância, em todas as suas dimensões.

| | METAS | ESTRATÉGIAS |
|----------------|--|---|
| METAS 1 | <p>Implantar, até 2026, um sistema de governança específico para o monitoramento da execução do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), em conformidade com a Política Estadual de Gestão e Monitoramento (PEGM), assegurando a participação ativa das crianças e da sociedade civil no processo.</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Promover a integração das metas setoriais do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) à Política Estadual de Gestão e Monitoramento (PEGM), assegurando alinhamento estratégico e coerência entre os instrumentos de planejamento. · Desenvolver e manter um painel intersetorial de indicadores, com dados sistematizados e atualizados, periodicamente, por todas as Secretarias Municipais, permitindo o acompanhamento contínuo da execução do PMPI e a avaliação de seus impactos. · Estabelecer fluxos operacionais e protocolos intersetoriais que articulem as diversas políticas públicas, de forma a responder, de maneira integrada e equitativa, às múltiplas realidades das infâncias em situação de maior vulnerabilidade social. · Atualizar o anuário estatístico municipal, com recortes por bairro, com base nos dados mais recentes do Censo Demográfico de 2022, incorporando indicadores desagregados por faixa etária, raça/cor, território e condição socioeconômica. · Estruturar um painel de gestão de dados para monitoramento estratégico do PMPI, com interface amigável e recursos de visualização que facilitem a análise técnica, a tomada de decisão e o controle social. |
| METAS 2 | <p>Garantir a ampla publicização do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), em consonância com as diretrizes do Plano de Comunicação instituído, assegurando o acesso à informação por todos os segmentos da sociedade.</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Definir e implementar, por meio do Plano de Comunicação do PMPI, estratégias específicas para os diferentes canais institucionais da Secretaria Municipal da Educação e da Prefeitura de Aracaju, assegurando a ampla divulgação dos projetos, ações, resultados e agendas relacionadas ao Plano. · Elaborar e manter, durante toda a vigência do PMPI, uma agenda de comunicação externa integrada e compartilhada entre os órgãos envolvidos, com foco na transparência, visibilidade e participação social nas iniciativas voltadas à Primeira Infância. |

| | | |
|-----------------------|--|---|
| <p>METAS 3</p> | <p>Adequar o Plano Plurianual (PPA) e os demais instrumentos orçamentários e de planejamento municipal às diretrizes, metas e estratégias do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), assegurando a vinculação entre planejamento e orçamento.</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Viabilizar parcerias público-privadas (PPP) e outras modalidades inovadoras de captação de recursos voltadas à execução e sustentabilidade das políticas públicas para a Primeira Infância, em conformidade com a legislação vigente. · Instituir dotação orçamentária específica e permanente para a implementação das ações do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), garantindo previsibilidade financeira e priorização das políticas voltadas às crianças de 0 a 6 anos. · Ampliar estratégias e articulações institucionais, para captação de recursos, junto ao Governo Federal, ao Governo Estadual, a organismos internacionais e a outras fontes de financiamento, fortalecendo a execução intersetorial das ações previstas no PMPI. |
| <p>METAS 4</p> | <p>Elaborar, até 2027, um Plano de fomento à pesquisa, voltado à Primeira Infância, com base nas diretrizes do PMPI, em parceria com instituições de ensino superior e centros de pesquisa, visando à produção de conhecimento aplicado e ao aprimoramento das políticas públicas para a infância.</p> | <ul style="list-style-type: none"> · Assegurar a realização de pesquisas sistemáticas sobre a Primeira Infância, com foco na avaliação de políticas públicas, geração de conhecimento qualificado e divulgação de resultados, por meio de publicações acessíveis e cientificamente embasadas. |

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação são instrumentos indispensáveis para assegurar a efetiva implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju. Esses processos possibilitam acompanhar, de maneira contínua e integrada, o desempenho das ações previstas, permitindo ajustes ao longo da execução, bem como a análise dos resultados e impactos das políticas adotadas. Avaliar e monitorar significam, portanto, garantir que os compromissos assumidos com a infância sejam cumpridos com responsabilidade, transparência e qualidade.

O monitoramento visa acompanhar, em tempo real, a execução das estratégias e ações previstas nos diferentes eixos do Plano, verificando sua conformidade com os prazos, metas e recursos estabelecidos. Já a avaliação permite analisar o alcance dos objetivos e mensurar os efeitos e impactos gerados na vida das crianças de 0 a 6 anos e de suas famílias. Ambos os processos devem ocorrer de forma simultânea, contínua, participativa e intersetorial, fortalecendo a articulação entre planejamento, gestão e tomada de decisão, baseada em evidências.

A legislação nacional, por meio do Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016), orienta que os municípios instituam Comitês Intersetoriais de Políticas Públicas pela Primeira Infância, assegurando a participação da sociedade civil organizada, especialmente por meio dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (art. 7º). Em Aracaju, no prazo de até 30 dias após a promulgação da Lei que institui este Plano, será formalizado, por Decreto, o Comitê Gestor Intersetorial da Política Municipal Integrada pela Primeira Infância. Essa instância será composta por representantes das Secretarias Municipais e terá como finalidade coordenar, de maneira articulada, as políticas públicas voltadas à garantia dos direitos da Primeira Infância.

Ainda no primeiro semestre subsequente à instituição do Comitê, será elaborado um Plano de Ação, com objetivos, metas, estratégias e prazos definidos. Esse instrumento será fundamental para orientar o processo de monitoramento e avaliação, funcionando como um guia operativo para as políticas intersetoriais e os compromissos assumidos pelas Secretarias envolvidas. Além disso, permitirá a integração com o planejamento orçamentário do município, reforçando o princípio da prioridade absoluta da infância, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O monitoramento também será transversal à dimensão orçamentária. Cabe ao poder público garantir que os investimentos destinados à Primeira Infância sejam adequados, contínuos e privilegiados, conforme determina o artigo 227 da Constituição Federal. Isso inclui assegurar que os recursos públicos sejam aplicados com transparência, responsabilidade e foco nos direitos fundamentais das crianças.

A responsabilidade pela condução dos processos de monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (PMPI) cabe, prioritariamente, aos gestores públicos, sem prejuízo da participação da sociedade civil. O Plano estabelece que as Secretarias Municipais assumam a tarefa de acompanhar, avaliar e reportar os resultados das ações sob sua responsabilidade, utilizando seus próprios instrumentos de gestão, planejamento e monitoramento. Essa estratégia de descentralização qualificada fortalece a corresponsabilidade institucional, promove maior integração intersetorial e assegura que o acompanhamento das metas e indicadores ocorra de forma contínua, transparente e alinhado às realidades e especificidades de cada área envolvida.

Adicionalmente, o anteprojeto da Lei do PMPI de Aracaju prevê, em seus artigos 6º e 7º, a instituição de uma Comissão de Monitoramento vinculada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), reforçando o controle social e o papel da sociedade civil na fiscalização e no aprimoramento contínuo das políticas para a Primeira Infância.

Outro aspecto relevante diz respeito à produção de conhecimento. O monitoramento das políticas deve estar alinhado às pesquisas científicas sobre a infância, especialmente aquelas que abordam as especificidades das infâncias vividas em Aracaju. Assim, será incentivada a sistematização e a divulgação do conhecimento técnico e científico, por meio de plataformas digitais e periódicos oficiais da Prefeitura Municipal, contribuindo para a qualificação das práticas e para o fortalecimento da cultura de dados no município.

Por fim, o processo de monitoramento, avaliação e gestão das políticas públicas pela Primeira Infância garantirá não apenas a transparência das ações governamentais, mas também a possibilidade de acesso amplo aos resultados, promovendo o direito à informação e fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições. Aracaju reafirma, com esse compromisso, a centralidade da criança nas políticas públicas, reconhecendo que cuidar bem da infância é investir de forma responsável no futuro da cidade.

REFLEXÕES FINAIS

A construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (PMPI) marca um importante avanço na consolidação de políticas públicas comprometidas com a promoção dos direitos das crianças de 0 a 6 anos. Fruto de um processo coletivo, participativo e sensível à diversidade dos territórios e das infâncias existentes no município, o PMPI reafirma que garantir prioridade absoluta às crianças é uma decisão política, ética e social.

Este plano nasce do encontro entre diferentes olhares: técnicos, comunitários, institucionais e vivenciais. Ao reunir dados, evidências, escutas e saberes plurais, o município de Aracaju reafirma sua responsabilidade com o presente e o futuro de suas crianças, reconhecendo-as como cidadãs plenas, sujeitos de direitos e protagonistas, na construção de uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

As escutas realizadas com as famílias, profissionais, gestores e, sobretudo, com as próprias crianças – incluindo aquelas pertencentes a grupos historicamente invisibilizados – garantiram legitimidade ao processo de elaboração e reafirmaram a importância de políticas públicas fundadas no princípio da equidade. Vozes do Quilombo Maloca, da Associação de Catadoras e Catadores de Mangaba, de crianças indígenas, atípicas, surdas e com baixa visão contribuíram, significativamente, para que o PMPI fosse um instrumento verdadeiramente plural e repre-sentativo.

Com 58 metas e 151 estratégias, organizadas em seis eixos estruturantes, o PMPI propõe ações integradas e intersetoriais, orientadas pelo compromisso com o desenvolvimento integral da criança. Mais que um Plano, este documento é um chamado à ação, à corresponsabilidade e à continuidade de esforços entre poder público, sociedade civil, famílias e comunidades.

A efetivação do PMPI exigirá monitoramento constante, alocação de recursos, integração entre setores e instâncias de controle social, além de um compromisso contínuo com a escuta, o diálogo e a participação social. Nesse sentido, o Plano não se encerra com sua publicação, mas se fortalece na medida em que for apropriado, executado e acompanhado por toda a sociedade aracajuana.

Investir na Primeira Infância não é apenas uma estratégia eficaz de desenvolvimento social, humano e econômico: é um gesto de cuidado coletivo e visão de futuro. Ao colocar as crianças no centro das prioridades, Aracaju reconhece que garantir uma infância protegida, plena e feliz é assegurar um amanhã melhor para todos.

O Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju é, portanto, mais do que uma política pública: é a expressão de um pacto coletivo em defesa da vida, da dignidade e dos direitos das crianças. Representa o compromisso do município com a construção de uma cidade que reconhece a infância como prioridade absoluta e que orienta suas decisões presentes, com responsabilidade, sensibilidade e visão de futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. Ostra feliz não faz pérola. 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023:2018 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

AVANTE – Educação e Mobilização Social. Guia para elaboração de planos municipais pela primeira infância. Salvador: Avante, 2017.

BONETTI, Olga; RISTUM, Márcia. A escuta das famílias na construção das políticas públicas para a infância. In: MONTEIRO, Ana Paula; GODOI, Claudia (org.). Políticas públicas e primeira infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2016. p. 133–154.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. SIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta dispositivos ao art. 214 da Constituição Federal, ampliando a obrigatoriedade da educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 nov. 2009.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013: Altera a LDB para dispor sobre a obrigatoriedade da matrícula a partir dos 4 anos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei n.º 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei n.º 9.394/1996, para dispor sobre a oferta de educação bilíngue de surdos.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância: Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico. Brasília, DF: INEP, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SECADI, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Comunidades tradicionais recebem Prêmio Guardiões da Sociobiodiversidade. Brasília: MMA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. Rede Nacional Primeira Infância. Plano Nacional pela Primeira Infância. 2. ed. Brasília, DF: RNPI, 2020. Disponível em: https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Plano-Nacional-Pela-Primeira-Infancia_2020.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

CECIP – CENTRO DE CRIAÇÃO DE IMAGEM POPULAR. Escuta como ato de participação política: ouvindo crianças e adultos na formulação de Planos Municipais pela Primeira Infância. Rio de Janeiro: CECIP, 2022. Disponível em: <https://www.cecip.org.br/publicacoes>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CEB n.º 1, de 7 de abril de 2010: Fixa diretrizes operacionais para matrícula no 1º ano do ensino fundamental.

DAC – ENSINO MÉDIO: POVOS ORIGINÁRIOS DO ESTADO DE SERGIPE. Disponível em: <https://dac-ensinomedio.blogspot.com/p/povos-originarios-do-estado-de-sergipe.html>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FASCIOLO, N. Catadoras de mangaba lutam por território, renda e preservação da natureza. Agência Brasil, 7 set. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

FERNANDES, Edésio. Direito urbanístico brasileiro: fundamentos e instrumentos. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

FRANCO, Maria Aparecida C. Humanização e política pública: desafios para a ética do cuidado. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNCAP – Fundação de Cultura e Arte Aperipê. Governo de Sergipe atua pela preservação da cultura dos povos indígenas. Nossa Senhora do Socorro: SECOM, 19 abr. 2025. Disponível em: https://sergipe.se.gov.br/secom/noticia/educacao_diversidade_e_vivencia_intercultural_marcam_o_dia_dos_povos_indigenas_do_brasil. Acesso em: 20 jun. 2025.

G1 SERGIPE. Quilombo Maloca celebra 110 anos de resistência cultural em Aracaju. G1 Sergipe, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2023/11/27/quilombo-maloca-celebra-110-anos-de-resistencia-cultural-em-aracaju.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2025.

GLAT, R.; BLANCO, R. N. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.

GOVERNO DE SERGIPE. Lei n.º 8.918, de 16 de julho de 2021. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Sergipe a Mangaba e o modo de fazer das catadoras e dos catadores de mangaba. Diário Oficial do Estado de Sergipe, Aracaju, SE, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://www.al.se.leg.br>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HART, Roger A. A participação das crianças na vida das cidades. Florença: UNICEF/UNESCO, 1997.

HECKMAN, James J. Skill formation and the economics of investing in disadvantaged children. *Science*, v. 312, n. 5782, p. 1900–1902, 2006.

IBGE. Aracaju – SE – Percentual da população entre 0 e 6 anos. In: Primeira Infância – Primeiro. Rio de Janeiro: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2024. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/capitais/aracaju-se/>. Acesso em: 15 jun. 2025. primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas da Violência 2021. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama dos Municípios Brasileiros: Aracaju – SE. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/aracaju/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais 2019: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IBGE. Sergipe – Percentual da população entre 0 e 6 anos. In: Primeira Infância – Primeiro. Rio de Janeiro: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2024. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/estado/sergipe/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IMIRANTE. Em Aracaju, chance de homicídio juvenil é 26 vezes maior entre jovens pretos, pardos e indígenas. Agência Brasil/UOL, 25 out. 2024. Disponível em: <https://imirante.com>. Acesso em: 15 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Agência de Notícias IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas populacionais por município, faixa etária e sexo – 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

JUNQUEIRA, Lícia. Integração de políticas públicas: desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2009.

KRAMER, Sonia. Por entre as pedras: arquivos do fazer e pensar a educação infantil. São Paulo: Ática, 2003.

MACE, Ronald L. Universal design: barrier-free environments for everyone. *Designers West*, v. 33, n. 1, p. 147–152, 1985.

MALAGUZZI, Loris. As cem linguagens da criança. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). *As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 23–27.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José de Souza (Orgs.). *Sociologia: textos e contextos*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 64–97.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: uma abordagem da realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2010.

MITTLER, P. Educación inclusiva: contextos sociales y educativos. Madrid: Narcea, 2003.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. Censo 2022: 62% da população sergipana se identifica como parda. Aracaju: Governo de Sergipe, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://observatorio.se.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2010.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York, 2006. (Promulgada no Brasil pelo Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova Iorque, 1989.

PREFEITURA DE ARACAJU. Escolas abordam valorização dos costumes indígenas e respeito às diferenças culturais. Aracaju, 19 abr. 2023. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/71567/escolas_abordam_valorizacao_dos_costumes_indigenas_e_respeito_as_diferencas_culturais.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

PREFEITURA DE ARACAJU. Escolas municipais celebram Semana dos Povos Indígenas com atividades pedagógicas. Aracaju, 18 abr. 2023. Disponível em: https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/99836/escolas_municipais_celebram_semana_dos_povos_indigenas_com_atividades_pedagogicas.html. Acesso em: 20 jun. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU. Educação de Aracaju e MPSE firmam parceria para campanhas que orientam a alimentação escolar saudável. Disponível em: <https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/educacao-de-aracaju-e-mpse-firmam-parceria-para-campanhas-que-orientam-a-alimentacao-escolar-saudavel>. Acesso em: 22 maio 2025.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Letícia L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA – RNPI. Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/fmcsv/docs/guia-para-elaboracao-plano-municipal-da-primeira-i/s/13088249>. Acesso em: 9 junho 2025.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA – RNPI. Plano Nacional pela Primeira Infância. Brasília: RNPI, 2010.

RIBEIRO, Bruna. Pedagogia das miudezas: saberes necessários a uma pedagogia que escuta. São Paulo: Segmento, 2021.

RINALDI, Carla. In dialogue with Reggio Emilia: listening, researching and learning. London: Routledge, 2005.

SANTAELLA, Lucia. Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTOS, C.; XAVIER, D. Ofício das catadoras de mangaba é reconhecido como patrimônio de Sergipe. Infonet, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cultura/oficio-das-cadoras-de-mangaba-e-patrimonio-de-sergipe/>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Escutar as crianças: entre o discurso e a prática. Sociologia da infância. São Paulo: Cortez, 2013. p. 273–289.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SERGIPE. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania. Plano Estadual pela Primeira Infância de Sergipe – Ser Criança: 2024–2034. Aracaju: SEASIC, 2024. Disponível em: <https://assistenciasocial.se.gov.br/wp-content/uploads/2024/12/PLANO-PRIMEIRA-INFANCIA-SER-CRIANCA-2024.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

SHONKOFF, Jack P.; PHILLIPS, Deborah A. From neurons to neighborhoods: the science of early childhood development. Washington, DC: National Academy Press, 2000.

SILVA, E. S.; SILVA, T. F. Infâncias Quilombolas: território, cultura e pertencimento. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 19, n. 57, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/ECC>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, E. S.; SILVA, T. F. Infâncias quilombolas: território, cultura e pertencimento. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, v. 19, n. 57, p. 1–18, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/ECC>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SILVA, Janaina da; NASCIMENTO, Emanuelle Vieira do; GOMES, Marcia Rodrigues. A escuta de crianças como prática de pesquisa e formulação de políticas públicas. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 2024, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: Realize Editora, 2024. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2024/TRABALHO_COMPLETO_EV200_MD1_ID8487_TB3032_14102024125717.pdf. Acesso em: 5 junho 2025.

SKLIAR, Carlos. *A Surdez: um olhar sobre a diferença*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, J. Associação de catadoras de mangaba Padre Luiz Lemper fortalece luta por direitos e preservação. *G1 Sergipe*, 24 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe>. Acesso em: 20 jun. 2025.

TONUCCI, Francesco. *A cidade das crianças: um novo modo de pensar a cidade*. Tradução: Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: Artes Médicas Sul, 1997.

TV CÂMARA ARACAJU. Quilombo Maloca comemora 110 anos com cortejo cultural e celebração da ancestralidade. *TV Câmara Aracaju*, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.camaraaracaju.se.gov.br/noticia/quilombo-maloca-110-anos>. Acesso em: 20 jun. 2025.

UNESCO. *Relatório de Monitoramento Global da Educação para Todos: 2000–2015 – conquistas e desafios*. Paris: UNESCO, 2015.

UNICEF. *As múltiplas infâncias no Brasil: oportunidades e desafios para a inclusão social*. Brasília: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2020.

UNICEF. *Situação Mundial da Infância 2016: Equidade para cada criança*. Nova Iorque: Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2016.

UNIT NOTÍCIAS. *Conheça a história da Maloca – o quilombo urbano de Aracaju*. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2023. Disponível em: <https://www.unit.br>. Acesso em: 15 jun. 2025.

URBAN95; PORVIR. *Quando a cidade acolhe a infância, acolhe todo mundo*. São Paulo: Instituto Alana, 2023. Disponível em: <https://porvir.org/quando-a-cidade-acolhe-a-infancia-acolhe-todo-mundo/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ANEXO



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

Questionário – Vozes das Famílias sobre a Primeira Infância em Aracaju

Este

questionário tem como objetivo ouvir as famílias sobre os desafios, necessidades e prioridades para melhorar a qualidade de vida das crianças de 0 a 6 anos em Aracaju. As respostas são confidenciais e servirão para fortalecer as políticas públicas do município.

Instruções gerais:

- Em cada questão, assinale apenas a alternativa que melhor reflete sua percepção ou realidade.
- Se a questão não se aplicar à sua família (por não se enquadrar no critério indicado), marque "Não se aplica" e siga para a próxima.
- Suas respostas serão utilizadas para aprimorar políticas públicas e serviços dirigidos às crianças de primeira infância em Aracaju, especialmente aquelas em contextos desiguais.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. *

Você mora em Aracaju?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Se não, em qual município você reside?
-

2. *

Você é mãe, pai ou responsável por alguma criança de 0 a 6 anos?

Marcar apenas uma oval.

- Nenhuma
- 1
- 2
- 3 ou mais

3. *

As crianças da sua casa frequentam alguma creche ou pré-escola?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Estão na lista de espera
- Não tem idade para isso, ainda

4.

Você já precisou de atendimento em saúde (como posto ou UBS) para sua criança nos últimos 12 meses? Como avalia esse atendimento?

Marcar apenas uma oval.

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Não utilizei

5.

Você já buscou ou utilizou algum serviço de assistência social em Aracaju (como CRAS, CREAS, Benefício de Prestação Continuada – BPC, cestas básicas, visitas domiciliares ou programas voltados para crianças e famílias)? Se sim, como avalia esse atendimento?

Marcar apenas uma oval.

- Excelente
- Bom
- Regular
- Ruim
- Não utilizei

6.

Quais são os maiores desafios que as crianças pequenas enfrentam hoje em Aracaju?

Marcar apenas uma oval.

- Falta vagas em creche
- Falta de segurança nos bairros
- Poucos espaços de lazer ou parques infantis
- Dificuldade de acesso à saúde
- Outro: _____

7.

Você considera que há espaços adequados para brincar perto da sua casa (praças, parques, quadras, áreas verdes)?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Em parte

8.

Você sente que sua voz é ouvida pelas instituições públicas quando se trata de assuntos relacionados às crianças?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Nunca tentou participar

9.

Você já participou de alguma reunião, conselho escolar, audiência pública ou outra atividade que discute os direitos das crianças?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Não sabia que podia participar

10.

O que você acha que mais precisa melhorar em Aracaju para garantir uma infância feliz e saudável para todas as crianças?

A seguir, algumas questões específicas voltadas a famílias que possuem crianças com características ou contextos diferenciados (atípicas, quilombolas, indígenas, surdas, cegas ou baixa visão, ou vinculadas à Associação das Mangabeiras). Cada questão deve ser respondida apenas se aplicável à sua família.

11.

Questão sobre atendimento a crianças atípicas

Como você avalia o acesso a serviços de saúde e educação especializados para sua criança atípica (por exemplo, com necessidades educacionais especiais, autismo, TDAH, etc.) em Aracaju?

Observação: responder apenas se possuir filho(a) com desenvolvimento atípico.

Marcar apenas uma oval.

- Ótimo
- Bom
- Regular
- Ruim
- Não utilizo/não sei

12.

Questão sobre identidade e cultura quilombola

Sua família sente que as práticas culturais e a identidade quilombola de sua criança são respeitadas e valorizadas nas instituições de educação infantil e nos serviços públicos de Aracaju?

Observação: responder apenas se possuir filho(a) quilombola.

Marcar apenas uma oval.

- Sempre respeitam e valorizam
- Em parte respeitam, mas há falhas
- Raramente levam em consideração
- Não há nenhum tipo de respeito/valorização
- Não se aplica

13.

Questão sobre atendimento a crianças indígenas

A sua criança indígena (língua, tradições, alimentação, saberes) encontra apoio e sensibilidade cultural nas creches, pré-escolas e serviços de saúde de Aracaju?

Observação: responder apenas se possuir filho(a) indígena.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Parcialmente
- Quase nunca
- Nunca
- Não se aplica

14.

Questão sobre acessibilidade para crianças surdas

A criança surda da sua família tem acesso a intérprete de Libras ou material multimídia acessível nas creches, pré-escolas ou serviços de saúde?

Observação: responder apenas se possuir filho(a) surdo(a).

Marcar apenas uma oval.

- Sim, sempre disponibilizam intérprete/recursos adaptados
- Às vezes, mas de forma limitada
- Raramente ou nunca
- Não sei informar
- Não se aplica

15.

Questão sobre acessibilidade para crianças cegas

A sua criança cega tem acesso a materiais adaptados (livros em braille, brinquedos táteis, tecnologias assistivas) e acompanhamento especializado nas creches, pré-escolas ou serviços públicos de Aracaju?

Observação: responder apenas se você possui filho(a) com deficiência visual (cegueira ou baixa visão).

Marcar apenas uma oval.

- Sim, o acesso é garantido com regularidade e qualidade
- Existe algum acesso, mas é limitado ou irregular
- Não há materiais ou suporte especializado disponíveis
- Nunca procurei esse tipo de atendimento
- Não se aplica

16.

Questão sobre suporte da Associação das Mangabeiras

Se sua família é vinculada à Associação das Mangabeiras, quais iniciativas (atividades culturais, esportivas, de lazer ou de inclusão) oferecidas pela Associação têm sido mais importantes para o desenvolvimento integral de sua criança?

Observação: responder apenas se possuir criança associada ou frequentadora das atividades da Associação das Mangabeiras.

Marcar apenas uma oval.

- Oficinas culturais (música, dança, artesanato)
- Atividades esportivas (futebol, capoeira, etc.)
- Espaços de convivência e lazer comunitário
- Programas de reforço escolar ou orientação pedagógica
- Não se aplica
- Outro: _____

ANEXO 02



PREFEITURA DE ARACAJU
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA
COORDENADORIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA USO DE IMAGEM

Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju (PMPI)

Nome da criança: _____
Data de nascimento: _____
Nome do pai, mãe ou responsável legal: _____
Documento de identificação (RG ou CPF): _____
Telefone de contato: (____) _____

Fu, acima identificado(a), na qualidade de responsável legal pela criança mencionada, autorizo a **Prefeitura Municipal de Aracaju**, por meio da **Comissão Intersetorial pela Primeira Infância**, a registrar e utilizar, de forma gratuita, a **imagem, voz e/ou produção espontânea** (como desenhos, falas ou registros escritos) de meu/minha filho(a), captadas durante sua participação nas **escutas qualificadas realizadas no âmbito da construção do Plano Municipal pela Primeira Infância de Aracaju – PMPI**.

Declaro estar ciente de que:

- As imagens poderão ser utilizadas em materiais institucionais impressos e digitais, como relatórios, vídeos, publicações pedagógicas, sites oficiais e redes sociais da Prefeitura, sempre com o objetivo exclusivo de divulgação, mobilização social, transparência pública e promoção dos direitos da criança;
- A presente autorização é concedida de forma **gratuita**, por tempo **indeterminado**, sem qualquer ônus para o município de Aracaju;
- As imagens e materiais não serão utilizados para fins comerciais nem cedidas a terceiros fora do contexto institucional do PMPI;
- A identidade da criança será preservada, sempre que necessário, conforme os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), garantindo sua dignidade e integridade;
- Tenho ciência de que posso **revogar esta autorização a qualquer tempo**, mediante solicitação formal.

Estou plenamente esclarecido(a) sobre os objetivos e implicações desta autorização e, por isso, **consinto de forma livre, informada e consciente** com o uso da imagem e/ou produção de meu/minha filho(a) nos termos aqui descritos.

Aracaju (SE), _____ de _____ de 2025.

Assinatura do pai, mãe ou responsável legal

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável pela escuta



PREFEITURA
ARACAJU

UMA NOVA CIDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DA
EDUCAÇÃO - SEMED